



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

RICARDO REIS PÓLEN

**DINÂMICAS TERRITORIAIS DE COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS
AMAZÔNICAS**

**BELÉM
2014**

RICARDO REIS POLEN

**DINÂMICAS TERRITORIAIS DE COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS
AMAZÔNICAS**

Dissertação de mestrado apresentada
Programa de Pós-Graduação em Geografia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Geografia. Área de
concentração: Gestão Urbana e Regional

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

**BELÉM
2014**

RICARDO REIS PÓLEN

**DINÂMICAS TERRITORIAIS DE COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS
AMAZÔNICAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Gestão Urbana e Regional

Conceito: _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. João Santos Nahum
Universidade Federal do Pará
(Orientador)

Prof. Dr. Carlo Alexandre Leão Bordalo
UFPA/PPGEO
(Examinador Interno)

Prof. José Sebastião Romano de Oliveira
UFRA
(Examinador Externo)

Data: ____/____/____

Aos meus saudosos mortos:

José Roberto Pólen (pai),

Alto Marques da Costa (tio)

Raimunda Reis da Costa (tia)

Aos meus amados vivos:

Maria Lucidea Lameira Reis (mãe),

Aline Magalhães Pólen (esposa),

Itzaac Pólen e Arthur Pólen (filhos),

*Roberto Pólen Júnior e Priscila Pólen
(irmãos)*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela vida maravilhosa;

À minha Mãe, pelos exemplos de sempre seguir em frente e nunca desistir;

Ao meu orientador Dr. João Santos Nahum, pelo acolhimento, e ensinamento;

À minha maravilhosa esposa, pela paciência e, na maioria das vezes, compreensão, sendo pai e mãe nas minhas ausências;

Aos meus filhos Itzaac e Arthur pela inspiração;

Aos amigos do curso de Mestrado, em especial o Denison, pela força e pelas dicas de sua experiência enquanto ribeirinho;

Aos amigos pessoais Guilherme Júnior, Pedro Paulo e Helder pelas dicas, apoio e ensinamentos;

Aos amigos do IFPA: Walber, Welbert, Yngreth, Denis, Guilherme, Pedro Baia, Alex, Josiel e Felix, pelo apoio;

Ao seu Brito, da COFRUTA; aos senhores Nonó e Assopra, do MORIVA; à Manuele e ao Antônio do CRAS; aos colaboradores da AMIA e STR; ao amigo Elias do Capim, ao Anderson de Campompema; pelo apoio, entrevistas, motivação, dicas e orientações;

Aos alunos colaboradores: Diogo, Jardiane, Janaina, Verônica, Brenda, Samantha, Rivanildo e Sidnir, pelo apoio logístico e nas entrevistas;

A todos os camponeses ribeirinhos das comunidades objeto deste estudo e aos demais colaboradores e apoiadores diretos e indiretos que contribuíram para o referido trabalho;

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise de duas comunidades rurais extrativistas do município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins, a partir de suas estratégias de produção, que têm sua base econômica voltada principalmente para o extrativismo do açaí, onde a comunidade Campompema possui vínculos com cooperativismo e a comunidade do Capim tem sua produção marcada por estratégias individualistas de produção e comercialização. Para tal feito trabalhamos a caracterização do camponês típico da região amazônica, que é o ribeirinho, e suas estratégias de produção e reprodução social e de sua territorialidade. O objetivo desta análise foi comprovar que estratégias de ação coletivas, principalmente o cooperativismo, é um elemento que pode ser trabalhado com no intuito de garantir melhores condições de vida para os ribeirinhos e mercados para seus produtos regionais, principalmente o açaí, que nas últimas décadas tornou-se produto de elevado valor comercial nos mercados interno e externo, sem perder o vínculo com a terra e fortalecendo sua territorialidade.

Palavras-chave: Cooperativismo, Dinâmicas territoriais, Comunidades Extrativistas, Ribeirinho.

ABSTRACT

This work makes a analysis of two extractive rural communities in Abaetetuba , in the Baixo Tocantins region from their production strategies, which have the economic base mainly on the extraction of açai , where the Campompema community has links with cooperative and the Capim community that have his production marked by individualistic strategies for production and marketing. For such done we work to characterize the typical peasant from Amazon, the riverine, and their strategies for production and social reproduction and their territoriality. Mainly due the açai in recent decades have become a product of high commercial value in domestic and foreign markets. The objective of this analysis was to demonstrate that strategies of collective action, especially cooperatives, is an element that can be worked in order to ensure better living conditions for the riverines and regional markets for its mainly açai products, without losing the ties with the land and strengthening their territoriality.

Key-words: Cooperative, Territorial dynamics, Extractive communities, Riverine

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região de integração do Baixo Tocantins	20
Figura 2 - Localização das comunidades Campompema e Capim no município de Abaetetuba	26
Figura 3: Ponte sobre o Rio Guamá, Pa 151, Km 11, 05/03/2014.....	37
Figura 4: Ponte sobre o Rio Moju, Pa 151, Km , 05/03/2014	38
Figura 5: Ponte sobre o Rio Acará, Pa 151, Km , 05/03/2014.....	39
Figura 6 – Mapa de localização das comunidades Campompema e Capim no município de Abaetetuba.	41
Figura 7 -Área de várzea com abundancia de açazeiros	74
Figura 8 - Habitação típica da Várzea no Baixo Tocantins	75
Figura 9 - Paisagem típica dos "terreiros" nas comunidades	96
Figura 10 - Área típica de Açaí manejado	102
Figura 11 - Área da Reserva agroextrativista da Ilha do Capim	107
Figura 12 - Habitantes da Comunidade da Ilha do Capim	109
Figura 13 – Ribeirinha, produtora de açaí da Comunidade Capim	112

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Participação relativa das diversas atividades nas exportações da colônia do Grão-Pará , 1755 a 1777 (% do total exportado)	50
Gráfico 2: Composição setorial do PIB do Pará em 1939.....	60
Gráfico 3: Evolução do número de cooperativas no Brasil (2000 a 2007).....	78
Tabela1 : Composição da Renda Interna nos setores de produção animal e vegetal na Amazônia	57/8
Tabela 2: Apropriação do solo na Amazônia: numero de estabelecimentos e área correspondentes por classes de dimensão, Pará, 1920-1960.....	59
Tabela 3 - Quantidade produzida e participações relativa e acumulada de açaí, dos 20 maiores municípios produtores e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente – 2011.....	87
Tabela 4. Produção de açaí no município de Abaetetuba entre 2004 a 2011..	88
Tabela 5. Estimativa da quantidade de açaí (fruto) produzida em Abaetetuba entre maio de 2012 á abril de 2013 (em rasas).....	89

DINÂMICAS TERRITORIAIS DE COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	09
1 - INTRODUÇÃO	12
2 - CAPÍTULO 01 – O EXTRATIVISMO NA FORMAÇÃO RURAL DA AMAZONIA	36
2.1 – A região do Baixo Tocantins e o município de Abaetetuba.....	36
2.2 – O extrativismo na configuração rural da Amazônia.....	43
2.2.1 – Do extrativismo das drogas-do-sertão ao período pombalino na Amazônia.....	47
2.2.2 - Da economia da borracha no século XIX às novas estratégias governamentais para a Amazônia após 2ª Guerra Mundial.....	52
2.2.3 – Pós década de 1950: As visões oficiais sobre a Amazônia e a requalificação do extrativismo	61
3 - CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, COOPERATIVISMO E A DINÂMICA TERRITORIAL DE COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS.....	70
3.1 - Organizações sociais e do cooperativismo: uma aproximação teórica.....	70
3.2 - O cooperativismo no Brasil e na Amazônia.....	76
3.3 – Abordagem teórica sobre a dinâmica territorial de comunidades rurais Extrativistas	82

3.3.1 – O extrativismo no contexto do Baixo Tocantins.....	85
3.3.2 – O extrativismo no contexto socioeconômico do município de Abaetetuba.....	88
4 - CAPÍTULO 03 – A DINÂMICA EXTRATIVISTA DAS COMUNIDADES CAMPOMPEMA E CAPIM NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ.....	92
4.1 - A apropriação do açazeiro pelas populações tradicionais das comunidades Campompema e Capim no contexto amazônico	92
4.2 – O extrativismo do açaí e cooperativismo na comunidade Campompema.....	97
4.3 – Extrativismo do açaí na comunidade do Capim a partir de estratégias individualistas	105
4.4 – Campompema e Capim: Diferentes estratégias, diferentes vantagens...	114
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6 – REFERÊNCIAS	120

1 - INTRODUÇÃO

Enfocamos, no presente trabalho, a atividade extrativista e as dinâmicas territoriais de comunidades rurais extrativistas amazônicas e suas formas de organização visando a subsistência ou a uma complementação de sua renda, das quais se destacam, entre outros, o ribeirinho, que, segundo Nahum (2011) “o gênero de vida ribeirinho sobrevive graças a sua capacidade criativa de reprodução diante de fortes adversidades”. Entretanto, a concepção de ribeirinho está atrelada, no caso específico da região amazônica, ao camponês, ao caboclo, ao pequeno agricultor familiar, ou seja, a todo aquele personagem que está atrelado ao meio rural.

As concepções de Nahum (2011, p.10) confirmam isso quando o mesmo afirma:

O gênero de vida ribeirinho é um modo de vida rural, posto que o rio/várzea/terra firme é núcleo estruturante das comunidades, principal meio de produção e força produtiva. Em torno deste núcleo organiza-se a divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho, as habilidades, os instrumentos técnicos e força motriz, reproduzem um leque de atividades que tem em comum a predominância da unidade familiar de produção, cuja mão-de-obra predominante é familiar e de agregados, sem emprego de máquinas agrícolas e baixo uso de instrumentos e técnicas modernas, baixa produtividade e precária integração com mercado.

Compreendemos aqui que o caboclo amazônica, o ribeirinho, o pequeno agricultor familiar na Amazônia, com seu modo de vida voltado principalmente para a subsistência, através do extrativismo e da agricultura familiar não era especificado nos planos de desenvolvimento voltados para a Amazônia por ter seu modo de vida considerado arcaico e deficitário do ponto de vista da reprodução capitalista pensada para a região. Além do mais, estes grupos tradicionais como caboclos, ribeirinhos e até mesmo agricultores familiares não tinham, segundo Abramovay (1998 p. 23), qualquer forma de reconhecimento de seus direitos, enquanto agentes sociais, antes da constituição de 1988.

Complementando a colocação, Adams (2002) *apud* Nahum (2011), afirma ainda que:

Além disso, muitos dos recursos necessários à reprodução do campesinato não são tradicionalmente valorizados pela economia (florestas, solos aluviais, rios), colocando a economia cabocla numa posição completamente marginal ao “desenvolvimento econômico” tecnocrata do capital.

Apesar da definição do homem amazônida enquanto caboclo ter sido consolidada como uma forma pejorativa e impregnada de etnocentrismos, de se classificar os amazônidas resultantes de um processo de miscigenação e adaptação do homem ao meio amazônico, mas que define o modo de vida peculiar da região, seja nas margens dos rios, seja em terra firme, nas florestas ou nas cidades, Cruz (2007 p. 25), fazendo uma análise de diversos estudiosos e suas definições a respeito do caboclo, do camponês e do ribeirinho na Amazônia afirma que:

Os autores que pesquisaram a região amazônica com base no conceito de camponês designaram diversos termos para este morador da várzea amazônica. Assim, Fraxe (2000) utilizou o termo ‘homens anfíbios’; para identifica-lo, procurando representar o modo de vida desses moradores que habitam dois ambientes: a terra e a água. Já Oliveira Júnior (1991) em suas pesquisas na região das ilhas do município de Gurupá, próximo à foz do rio Amazonas, identificou dois tipos que ele denominou de ‘ribeirinhos’, para os moradores das várzeas e de ‘roceiros’ para os moradores da terra firme. Por outro lado, Cruz (1999), em seu trabalho desenvolvido no careiro da várzea, estado do Amazonas, designa para esses habitantes ‘caboclos ribeirinhos’. Witkoski (2006) no seu estudo na calha do rio Solimões-Amazonas denomina para os moradores da várzea de ‘camponeses amazônicos’. Castro (1997) reconhece como ‘ribeirinhos’ mostrando a intensa relação desse morador das margens dos rios, lagos, paranás e igarapés com a natureza na região.

Diversos autores buscam classificar o homem amazônida, com seu modo de vida peculiar, alternando ou vivendo concomitantemente entre o rio, a várzea, a floresta e a terra firme, nas suas mais diversas formas de produção ou extrativismo, identificando sua cultura comum e a intensa relação com o meio amazônico, mas que, entretanto falam do mesmo personagem identificando-o com características semelhantes às do camponês.

A realidade das comunidades enfocadas nesta pesquisa, que se reconhecem enquanto ribeirinhos e vivem às vezes nas várzeas, outras vezes no rio ou na floresta, algumas vezes na cidade e que criam alternativas de sobrevivência a partir de atividades extrativistas, como a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais, ou da pequena agricultura familiar, como a roça e a criação de pequenos animais ou o comércio nas feiras se assemelha ao que Cruz (2007) convenientemente chamou de “camponeses ribeirinhos”, justificando da seguinte forma:

Ribeirinhos, aqui entendidos, literalmente, como quem mora às margens do rio, ou em alguns casos, sobre o rio, em casas flutuantes ou palafitas. Assim, temos ribeirinhos no campo e na cidade, os quais moram às margens do rio, igarapés. O que nos interessa, são os camponeses ribeirinhos, pois ser ribeirinho, para esses camponeses, é muito mais que uma opção geográfica – morar às margens do rio. O rio (a água), é um elemento da vida, ou a própria vida (CRUZ, 2007, p. 8).

Compreendemos por isso que o ribeirinho nas comunidades da Ilha de Campompema e ilha do Capim, município de Abaetetuba, objeto deste estudo, que buscam alternativas complementares de subsistência e complementação de sua renda familiar, muitas vezes, adaptando-se ao meio e sobrevivendo a partir de estratégias voltadas para o extrativismo, a caça, a pesca, a pequena agricultura familiar, criando pequenos animais ou produzindo alimentos básicos como a mandioca, hortaliças ou frutas no sistema de roça. Por esse motivo optamos simplesmente pela definição de ribeirinho. Porém compreendendo que este ator social na região objeto deste estudo possui características híbridas se comparadas com outros atores sociais, sejam urbanos ou rurais.

Esta constatação decorre das observações empíricas no recorte espacial objeto deste estudo, onde pudemos constatar que, dos mais de 54% da população do Baixo Tocantins e 41,2% da população do município de Abaetetuba que vivem na zona rural (IBGE 2010), principalmente nas ilhas e nas áreas de várzea e possuem um modo de vida tradicional, voltado para as características já indicadas no presente trabalho por Cruz (2007), Nahum (2011) e Witkoski (2006).

Além do mais, Diegues (1996) complementa a concepção deste modo de vida tradicional, da seguinte forma:

[...] a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constroem o modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadoria possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; d) pela importância das simbologias mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; e, e) pela auto definição ou identificação por outros por pertencer a uma cultura distinta (DIEGUES, 1996, p. 87-8).

Dessa forma, compreendemos que nas comunidades objeto deste estudo, localizadas nas ilhas do município de Abaetetuba, que possuem centenas de famílias que sobrevivem da pesca, do artesanato, do extrativismo e do manejo do açaí, respeitando a cultura e modos de vida tradicionais, que se demonstram como agentes de um processo de sustentabilidade, sendo essenciais no processo de preservação da biodiversidade e tem baixo impacto sobre o meio ambiente. Estas comunidades possuem uma temporalidade diferente, onde normalmente necessitam respeitar o tempo das marés altas ou baixas para lançarem suas redes ou seus matapís na busca por alimento, o que para aqueles que observam a partir de um olhar apressado não compreende sua dinâmica. Muitas vezes essas populações buscam também na pequena atividade agrícola para complementar sua renda e subsistência e, comumente respeitam a “lua certa” para o seu plantio. São, de fato, camponeses ribeirinhos.

Nesse caso, a compreensão da categoria camponês, enquanto categoria social, que de acordo com Shanin (2008) e Nahum (2011), possui uma intensa capacidade de se reproduzir mesmo nas adversidades é de suma importância para o referido trabalho devido ao fato da região objeto deste estudo possuir 1/3 de sua população vivendo na zona rural (I.B.G.E, 2010) da atividade extrativista, na várzea, na floresta ou nos rios sem muito acesso a saneamento, serviços básicos ou estruturas adequadas.

Sobre as características do campesinato, os estudos de Shanin, apontam que:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não a acumulação, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem a crise. E, no

centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (Shanin, 2008, p. 25-26)

Nesse caso a realidade do ribeirinho nas ilhas no município de Abaetetuba, objeto deste estudo, está voltada muitas vezes para uma reprodução social e subsistência a exemplo das formas de uso dos recursos naturais de acordo com a lógica da natureza amazônica, que inclui adaptação ao meio muitas vezes hostil da floresta e da várzea. Adaptação esta feita à custa de muita precariedade e ausência de incentivos. Este comumente encontra-se com características que demonstram aspectos voltados para o modo de vida tradicional, sem relações de trabalho capitalistas e ao mesmo tempo a necessidade de obter alguma renda para a complementação de sua subsistência, portanto características híbridas ou excluídas do modo de produção capitalista.

Chayanov (1974), que reconhece o campesinato fora do modo de produção capitalista. Norteia o presente trabalho quando consolida a ideia de reprodução do modo de vida do camponês:

o campesinato é um modo de produção, cujas características são: a força do trabalho familiar – unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se vêem obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas.

Portanto, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário rural, à busca de geração de lucro ao investir seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção. Trata-se de uma simples remuneração que permite ao mesmo determinar o tempo e a intensidade do trabalho, ou seja, a lógica camponesa não é de acumulação de capital, mas reprodução de seu modo de vida e independente das relações capitalistas. (CHAYANOV, 1974).

A concepção de camponês aqui presente afirma que o mesmo busca a reprodução de seu modo de vida e não a acumulação, por isso o comportamento econômico do campesinato, apesar de se apropriar de algumas lógicas do capitalismo, se difere do mesmo quando objetiva não simplesmente a reprodução do capital, mas de seu modo de vida.

Hurtienne (2005), em seu trabalho a respeito da agricultura familiar na Amazônia, contradizendo a visão oficial de que o sistema tradicional é considerado predatório e, portanto, problemático ao meio ambiente, afirma que há uma visão

equivocada do pequeno agricultor familiar na região como aquele que trabalha somente no sistema de agricultura migratória, de corte e queima de culturas temporárias voltadas para a subsistência, quando na verdade, a agricultura familiar na Amazônia já possui muitos sistemas complexos de produção agrícola. Segundo este autor para se compreender o campesinato amazônida temos que levar em conta a sua complexidade.

De acordo com Hébette (2004, p. 45), a precariedade é uma característica que integra a vida do camponês na região:

Precariedade essa que nas comunidades locais passa pela baixa escolaridade, baixo uso de insumos, pouca capacidade de produção e comercialização, grandes distâncias dos centros de comercialização, o que facilita a ação de atravessadores e dificulta o acesso a assistência técnica.

Este autor comentando sobre o processo de ocupação da Amazônia afirma ainda que “a Amazônia teve a infelicidade de ser entregue para uma nova ocupação e novas formas de exploração no mais triste e caótico período da história política do Brasil independente”. (*Hébette, 1989*).

No pós 2ª guerra mundial, e, mais particularmente de 1964 a 1985, período em que o Brasil viveu a ditadura militar, vários projetos de grande porte, voltados para a intensa exploração dos recursos naturais foram implantados na região. Consolidando a visão governamental de região periférica, fornecedora de matérias-primas e grande reserva de recursos naturais.

Este fato também retoma surtos econômicos de cunho extrativista vividos pela região amazônica desde o século XVII e que continuam na segunda metade do século XX, com uma nova roupagem, consolidada principalmente a partir da década de 1990, devido às novas visões impostas sobre a Amazônia, como nova fronteira (BECKER, 2007) de recursos. Esse novo foco para a região favorece uma maior expressividade de produtos extrativistas tipicamente amazônicos, que passam a ter sua produção intensificada e apropriada por interesses capitalistas, como é o caso do açaí (*Euterpe Olerácea* Mart) e muitos outros produtos, que normalmente, no seu processo de exploração, deixam as populações locais à margem de qualquer benefício.

Diante do exposto, compreendemos que os produtos extrativistas amazônicos de maior valor comercial, desde o período colonial, sempre foram explorados em

surtos econômicos (BECKER & EGLER, 2010 p. 78) a partir de interesses, visões ou necessidades externas à mesma, sem que houvesse qualquer incentivo ao desenvolvimento regional de cunho endógeno. Esse contexto proporciona que os produtos extrativistas amazônicos sejam explorados gerando riqueza mundo afora e distribuindo migalhas na Amazônia (BUENO 2002).

Entretanto, apesar de ainda nos dias atuais, haver incentivo apenas a exploração dos recursos naturais com maior valor e apelo comercial como as inúmeras espécies madeireiras ou os minérios como o ferro, a bauxita e outros, aliados a um grande incentivo a imigração para a Amazônia, ainda assim diversos produtos extrativistas, como o látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*), o açaí (*Euterpe Olerácea* Mart), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K) , o cacau (*Theobroma cacao* L.), várias espécies de peixes e inúmeros outros produtos extrativistas de valor comercial ou não, têm sustentado milhares de famílias amazônicas, sejam das várzeas, ou da terra firme. Alguns deles têm sofrido “surtos” de valorização econômica, outros garantem apenas a subsistência, mas mesmo assim, todos têm a sua importância para a população regional.

Desde meados da década de 1990 do século XX, os produtos do extrativismo amazônico tem tido um crescente destaque, mais particularmente nessas primeiras décadas do século XXI, como a castanha-do-pará, o cacau e o açaí (*Euterpe Olerácea* Mart), principal foco deste estudo, que teve sua produção intensificada em virtude da crescente demanda nacional e internacional deste fruto, a partir da confirmação e difusão de seus benefícios à saúde e seu potencial energético.

Fato este confirmado nas palavras de Ferreira & Pinheiro (2010, p.10):

Nas últimas três décadas, o açazeiro vem se destacando por seu impacto positivo na economia paraense. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açazais nativos manejados e de cultivos implantados, principalmente nas áreas de várzea. Ou seja, seu padrão produtivo está sendo alterado, (de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado), em função da crescente procura no comércio externo à região.

Exemplo característico dessa nova dinâmica socioespacial na Amazônia pode ser vislumbrado no contexto da região do Baixo Tocantins, no Pará, em seus vários municípios, e de forma mais particular em algumas comunidades rurais extrativistas do município de Abaetetuba. Nesta região, através de atividades

voltadas para o extrativismo e a produção do açaí, a dinâmica territorial das comunidades rurais deixa traços que nos remetem à reprodução do modo de vida.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012) a produção de açaí somou 215 381 toneladas em 2011, sendo 73,1% maior que a de 2010. Este fruto, por sua vez, é responsável pelo sustento de milhares de famílias amazônicas, em especial na região do Baixo Tocantins (Figura 1), no estado do Pará, maior produtor brasileiro do fruto.

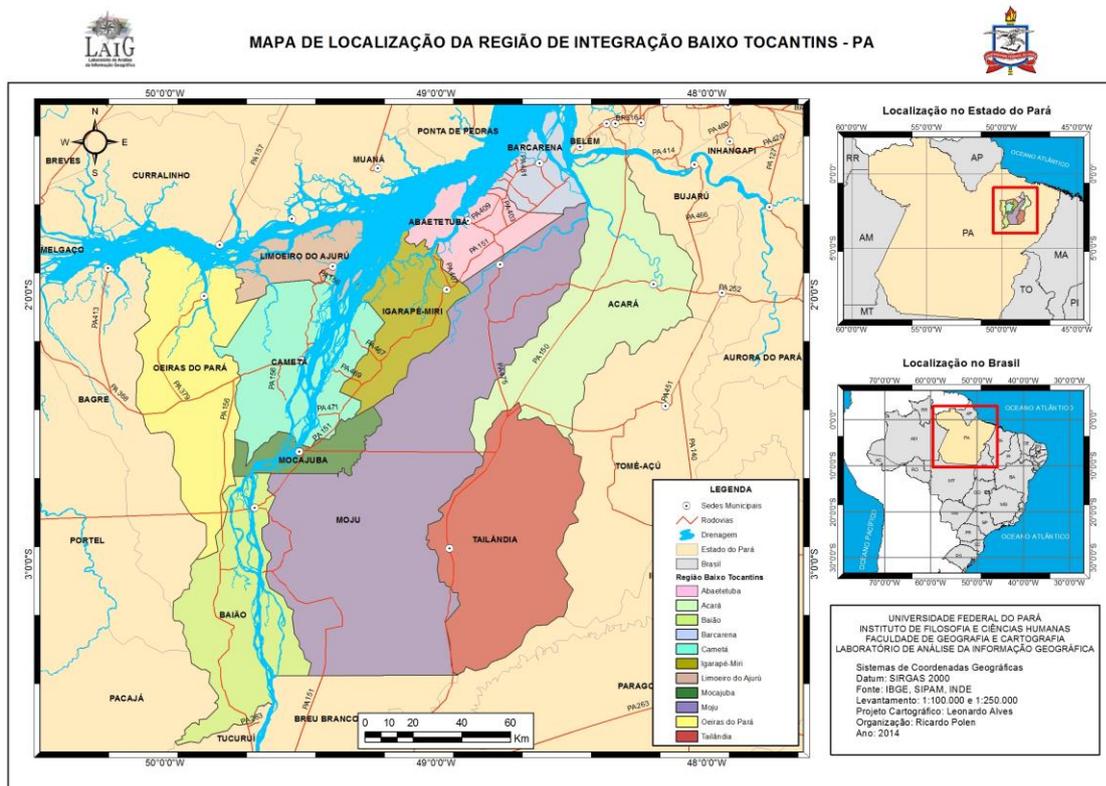


Figura 6 - Região de integração do Baixo Tocantins

A opção pelo estudo de comunidades rurais localizadas no município de Abaetetuba, localizado na região do Baixo Tocantins, baseia-se no fato das áreas de várzea deste município, serem das mais abundantes em termos de açazais naturais, onde o referido produto assume, muito comumente, o papel de principal produto da dieta e da economia de várias comunidades locais (XIMENES 2010, s/p) e também pelo fato de possuir uma enorme parcela de sua população vivendo, precariamente, na zona rural e sobrevivendo do extrativismo e comercialização do açaí. Dados do IBGE, confirmados no censo de 2010 nos mostram que o IDH médio de Abaetetuba ficou em 0,628, estando portanto abaixo do IDH do estado do Pará, que no mesmo ano chegava a 0,755, e a incidência da pobreza chegava a 51,34% para o total do município e na zona rural esse percentual de pobreza chega a 79,57% da população. Esta mesma população que habita áreas ribeirinhas, nas várzeas ou nas 72 ilhas do município, onde o extrativismo possui enorme participação econômica e cultural na vida de milhares de famílias.

Segundo o I.B.G.E. (2010), já no início do século XXI, os municípios paraenses de Limoeiro do Ajuru, Igarapé -Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Barcarena, que fazem parte da região do Baixo Tocantins, além de Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Cachoeira do Ararí, e Inhangapí respondem por quase 70% da produção nacional de açaí. Entretanto, o município de Abaetetuba, segundo dados não oficiais coletados por Pereira, Vavier e Barbosa (2013), possuiu somente no ano de 2013 uma produção de mais de 3.225 toneladas de açaí, contrastando com os dados do IBGE que contabilizaram apenas 650 toneladas. A partir destes dados compreendemos que Abaetetuba configura-se entre os grandes fornecedores do referido fruto.

A região do Baixo Tocantins, corresponde à parte norte do rio Tocantins, área situada entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a foz do rio Tocantins, próximo ao projeto ABRAS/ALUNORTE (ISAAC; BARTHEM, 1995). Essa área é composta de nove municípios que são cortados por esse rio ou estão sob sua influência: Abaetetuba, Moju, Igarapé-Miri, Barcarena, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará. Tais municípios integram três microrregiões do Estado do Pará: a microrregião de Cametá, da qual fazem parte os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará e Abaetetuba; a

microrregião de Belém, da qual faz parte o município de Barcarena; e a microrregião de Tomé-Açu, da qual o município de Moju faz parte (IBGE, 2000).

O nome da região relaciona-se ao rio Tocantins, que tem uma extensão de 2.500 km, com uma área de drenagem de 830.250 km² até a sua foz, fluindo dos estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e também Distrito Federal. A região compreende as sub-bacias do rio Itacaiunas, do rio Araguaia – a maioria delas – e sub-bacias do rio Tocantins, a montante da confluência com o rio anterior. A área de drenagem a montante da barragem é de 758.000 km³. O regime fluvial do rio Tocantins é bem definido, apresentando as maiores vazões de dezembro a maio e as menores de agosto a outubro.

A referida região teve sua ocupação iniciada ainda no século XVII a partir de missões de reconhecimento e defesa do território por parte da coroa portuguesa. Missões estas que faziam parte da estratégia geopolítica de afirmação do domínio territorial perante as outras potências econômicas europeias e estava pautado num padrão econômico voltado para a exportação, (LOUREIRO, 2002 p. 109).

É dentro dessa lógica que se inicia o processo de povoamento do rio Tocantins nos séculos XVII e XVIII, efetuado pelos portugueses sob uma lógica geopolítica de defesa do território, conforme indicado por, Loureiro (2002), Gonçalves (2008), Becker (2007, 2010) e Costa (2012), bem como por interesses mercantilistas nas drogas do sertão obedecendo aos interesses externos, porém, vinculado a um padrão definido por Gonçalves (2001) como padrão *rio-várzea-floresta*, que possui o rio como elemento fundamental para a circulação e penetração do espaço regional e um fator essencial na geopolítica do território, assim como para a obtenção de alimentos como o pescado; a várzea que devido a sua dinâmica natural favorecer a fertilização natural do solo a partir dos períodos de estiagem e períodos cheia dos rios amazônicos, o que possibilita a pequena agricultura familiar; e a floresta onde se obtém pequenos animais para a subsistência o extrativismo de frutos e outros alimentos.

A partir de então vários núcleos de povoamento foram instalados na região consolidando, devido a fundação de aldeamentos, vilas e entrepostos comerciais, esse padrão, que se fundamenta economicamente no extrativismo. Os estudos de Costa (2012) nos mostram que ao longo do processo de colonização da região, no século XVIII e mesmo com a independência do Brasil no século XIX, o extrativismo animal e vegetal continuou intenso na região amazônica, criando assim, um modo

de vida peculiar, voltado principalmente para a subsistência e com poucas características mercadológicas, e um processo de desenvolvimento bem menos intenso se comparado com a colônia do Brasil. Fato este que perdurou durante todo o século XX e continua, de certa forma, até os dias atuais na região do Baixo Tocantins e no município de Abaetetuba.

No final do século XX o açaí (*Euterpe Olerácia* Mart) passa a se destacar em mercados externos à região, passando por um intenso processo de valorização, o que remonta novos projetos e estratégias, locais ou regionais, para o aumento desta produção. Dessa forma encontramos milhares de famílias do Baixo Tocantins e mais particularmente no município de Abaetetuba, que passam a ter no extrativismo do açaí, não somente um alimento básico, mas agora, uma importante fonte de renda.

Hoje, nos vários municípios do Baixo Tocantins, as estratégias para a extração e comercialização do Açaí (*Euterpe Oleracia* Mart.) são variadas e, dependendo da forma como se obtém o referido fruto na região, podemos identificar vários tipos de trabalhadores, que vivem da produção, extração ou comercialização do açaí, como por exemplo: os ribeirinhos que, são trabalhadores e trabalhadoras que residem nas proximidades dos rios e, caracterizam-se por ter como principal atividade de subsistência, a pesca e o extrativismo vegetal; os atravessadores, indivíduos que servem de intermediários na distribuição do açaí e, segundo o IMAZON (2007), podem ser classificados em: passadores, que são os que recolhem o produto; marreteiros, que são os que negociam a mercadoria; geleiros, que são os que negociam grandes volumes de açaí congelado e os feirantes, que são os que comercializam nos portos os produtos de outros atravessadores ou produtores; os trabalhadores cooperados ou associados (normalmente também ribeirinhos), que se organizam com outros produtores para negociar seus produtos em conjunto objetivando melhores condições de venda; os empregados de grandes proprietários/empresas rurais que produzem em larga escala o fruto e recebem salário (fixo ou comissionado) pelo seu trabalho, dentre outros.

No município de Abaetetuba, temos, segundo dados obtidos através de observações e entrevistas na sede do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e das Várzeas de Abaetetuba – MORIVA e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba - STR, aproximadamente 56 comunidades que habitam as 72 ilhas deste município e que se dedicam ao extrativismo do açaí, e dentre estas chamou-nos a atenção a realidade da população ribeirinha de duas. São elas: Campompema e

Capim, que possuem, segundo dados do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e das Várzeas de Abaetetuba – MORIVA e SEMAS, sua população vivendo direta ou indiretamente da atividade extrativista, principalmente do açaí e do pescado.

A definição destas localidades enquanto comunidades encontra-se em Betto (1999), que afirma que no início do povoamento da área amazônica as pessoas que não tinham condições de ter terra elas procuravam lugares onde a terra não era mercantilizada que normalmente eram lugares longe do urbano e geralmente eram áreas rurais ou ribeirinhas, as pessoas preferiram o ribeirinho por que havia maior facilidade de acesso, de transporte, pois na região era muito difícil o acesso, uma vez que não haviam estradas ou outro tipo de transporte que não fosse o rio, pois este serviria de estrada, de rua, meio de vida. Morando ao longo destes rios, normalmente a mais de um quilometro de distancia uma das outras. Até que um dia representantes da igreja católica chegaram com estas famílias e disseram “*vamos congregar as pessoas próximas a igreja*” (BETTO, 1999), dessa forma formaram-se enquanto comunidades por que as pessoas tem algo em comum, uma condição, um modo de vida comum.

A comunidade de Campompema, na ilha Campompema, localizada no rio Pará, a aproximadamente 5 quilômetros de distância da sede do município ou 20 minutos de barco da orla da cidade de Abaetetuba, possui, segundo pesquisas, uma extensão de 450 hectares, cerca de 90% encontram-se em áreas de várzea, recebendo grande influencia dos rios Pará e Marataúira, com períodos de enchente e vazante bem definidos. Das 350 famílias, segundo dados coletados em campo, mais de 300 vivem de alguma atividade extrativista e sua base econômica está centrada na atividade pesqueira e na extração do açaí e do “miriti” (*Mauritia Flexuosa*) e no artesanato do matapí, comercializados na cidade de Abaetetuba, ou pequena agricultura familiar, sendo que 296 famílias estão no registro de beneficiários do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Estas famílias possuem características peculiarmente amazônicas, definidas neste trabalho como um modo de vida tradicional (CRUZ, 2007), com uma intensa relação com o rio, produção principalmente artesanal e um tempo diferenciado com relação ao seu modo de vida, ou seja, respeitando os ciclos da natureza, com relações de trabalho familiares e sem emprego da máquinas agrícolas e baixo uso de insumos.

A comunidade do Capim, a cerca 10 quilômetros de distancia ou 40 minutos de barco da sede do município de Abaetetuba, possui uma extensão de 1226

hectares é uma ilha diferente das demais ilhas do município, pois possui um cerca de 70% do seu território com áreas de terra firme e outros 30% com áreas de várzea, sofrendo assim forte influencia das marés de enchente e vazante, o que proporciona a fertilização natural das áreas de várzea, e tornando-a propícia à expansão dos açais naturais e manejados; à produção nos moldes da pequena agricultura familiar e à atividade pesqueira. Esta ilha parece estar afastada das demais devido sua localização em plena Baía do Capim e, portanto, cercada pelas águas dessa baía, enquanto as demais são ilhas cercadas por águas de rios e igarapés. Segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Abaetetuba – SEMAS, existem hoje na ilha cerca de 180 famílias, das quais muitas sobrevivem da maneira caracterizada neste trabalho como tradicional, ou seja, alternando-se entre o rio/várzea/terra-firme, tendo o predomínio da unidade familiar de produção, com uma intensa relação de dependência ou simbiose com a natureza e respeitando os ciclos desta. Além do mais, a base econômica dos camponeses ribeirinhos desta ilha também esta centrada na atividade pesqueira e no extrativismo do açaí.

Estas comunidades não foram escolhidas ao acaso, ou seja, a escolha das mesmas para este estudo baseou-se em entrevistas que constataram que em Campompema existem famílias que estão diretamente relacionadas com atividades extrativistas com foco no açaí e que há, nesta comunidade uma influencia do cooperativismo através da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA, e na comunidade da ilha do Capim, segundo informações coletadas em entrevistas com diversos moradores desta, apesar de algumas famílias demonstrarem vontade de trabalhar na forma de cooperação, não há cooperativas voltadas para a atividade extrativista na ilha e muito menos pessoas cooperadas em outros lugares.

Observe a localização das comunidades na figura 2, abaixo:



MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: COMUNIDADES CAMPOPEMA E CAPIM

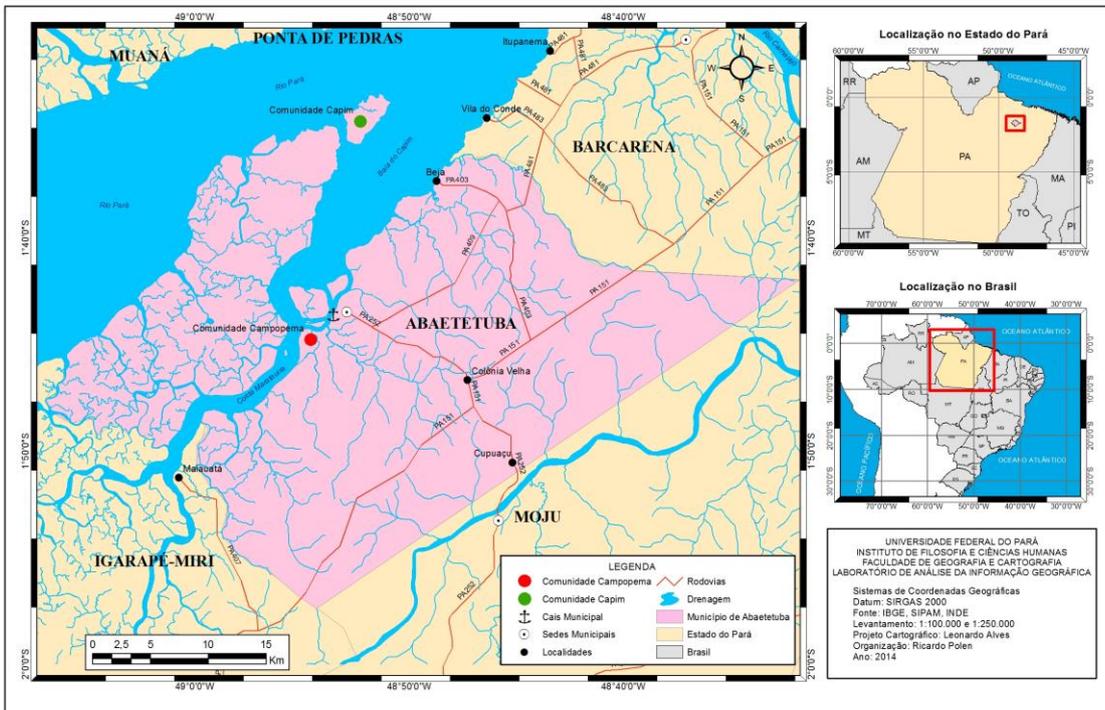


Figura 7 - Localização das comunidades Campopema e Capim no município de Abaetetuba

Estas comunidades possuem características que chamaram a atenção para o referido estudo devido possuírem realidades semelhantes e ao mesmo tempo distintas no seu modo de vida e processos produtivos, pois ambas sobrevivem principalmente da atividade extrativista. Entretanto, o fato que nos despertou a atenção para o referido estudo foi que na comunidade Campompema, encontramos muitas famílias que criaram estratégias de produção e comercialização coletivas, para a sua atividade, fazendo parte de associações ou cooperativas, enquanto que na comunidade Capim observamos que não há formas de comercialização coletiva e os produtores normalmente buscam alternativas individuais para a sua produção.

Enquanto pesquisador fomos questionados pelas pessoas das comunidades que nos indagaram sobre formas de obter estratégias para se conseguir obter melhores condições de renda e de qualidade de vida em virtude de suas atividades econômicas voltadas pelo extrativismo. Este fato nos chamou a atenção para a necessidade de se analisar alguma estratégia de organização de cunho coletivo que, de forma eficiente, oriente os ribeirinhos para os mesmos atuarem de forma organizada e obterem melhores condições de competitividade para seus produtos, assim como conquistarem novos mercados e principalmente melhores condições de trabalho e vida, alterando de forma positiva seus indicadores sociais.

Assim, de acordo com Gomes, Maneschy *et al* (2010), Hébette (2010) e Hébette, Alves & Quintela (2010), partindo do pressuposto de que estratégias de organizações coletivas seriam mais efetivas no intuito de garantir formas de produção mais eficazes do ponto de vista da reprodução socioespacial para a atividade extrativista nas comunidades objeto deste estudo, buscamos compreender algumas das formas mais comuns de organizações coletivas, como as associações, que de acordo com a Lei nº 10406 de 10 de janeiro de 2002 e a Lei nº 11.127, de 28 de Julho de 2005, são o resultado da reunião legal entre dois ou mais indivíduos, com ou sem personalidade jurídica, com a concretização de uma meta em comum. Entretanto, as associações não possuem cunho comercial, pois a associação é uma entidade que tem por finalidade atividades sociais; as cooperativas, que são regidas por uma Legislação específica, a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que as define como uma associação independente de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de uma organização, com força de pessoa jurídica, voltada a buscar, numa economia de mercado, o justo preço de seus produtos e serviços, por meio da

solidariedade e da ajuda mútua, de propriedade conjunta e gestão democrática; os sindicatos, que são agremiações fundadas para a defesa comum dos interesses de seus associados. Vale ressaltar que os tipos mais comuns de sindicatos são os representantes de modalidades profissionais, mais populares como os sindicatos laborais ou de trabalhadores, além dos sindicatos de classes econômicas, conhecidos como sindicatos empresariais ou patronais.

Partindo de observação empírica, após reuniões e entrevistas com diversas pessoas, compreendemos que a população das comunidades objeto deste estudo poderiam, através de ações coletivas, criar estratégias mercadológicas para obterem melhores condições de venda para seus produtos, em virtude da intensa valorização do Açaí nos mercados nacionais e internacionais e devido ao fato de que na comunidade Campompema haver influencia cooperativista, que favorece, conforme observado, melhores condições de inserção a novos mercados e melhores preços a seus produtos, optamos, neste estudo, pela compreensão do cooperativismo, pois das formas de organização indicadas é aquela que tem condições de organizar as comunidades, com opções voltadas para a lógica de mercado, sem perder o vínculo com o coletivo e o modo de vida das mesmas.

Buscando fundamentar a opção pelo cooperativismo, analisamos as origens e as características dessa forma de organização que, segundo a Aliança Cooperativa Internacional – ACI (Pereira 2008 p. 43), organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas, e possui sua sede em Genebra, na Suíça, é uma forma de organização de trabalhadores que pode trazer muitos benefícios locais, regionais ou até mesmo nacionais, pois favorece maiores possibilidades para os trabalhadores conquistarem competitividade para seus produtos e obterem melhores condições de vida.

Dados da ACI dos anos de 1993 a 1996 (Pereira 2008 p. 45), mostram que setores econômicos estratégicos em diversos países são impulsionados por cooperativas, inclusive nas regiões centrais do capitalismo moderno como os Estados Unidos, que possuía, em 1996, 41 cooperativas entre as quinhentas maiores empresas do país e, no mesmo ano, cerca de 30% da produção agrícola do país foi comercializado por cooperativas.

Pereira (2008. P. 46) ainda ratifica a importância do cooperativismo para o desenvolvimento de várias regiões e países do mundo quando afirma que “uma vez que importante percentual da população de diversos países tem suas ações

vinculadas ao cooperativismo. Consequentemente seus níveis de inclusão social são afetados por empreendimentos cooperativos geradores de emprego e renda”.

Segundo dados de 1993 da ACI apresentados por Nicacio (1997, s/d):

verificou-se que 8% do PIB da Suécia, em 1993, e 15% do PIB da Região Basca na Espanha, em 1989 eram movimentados por cooperativas. Dados da produção agrícola da Áustria, Finlândia e Suécia, em 1993, informavam que 55% provinham de cooperativas, sendo que, no Japão, 95% da produção de arroz foi realizada por cooperativas. No Brasil, dados referentes a Dezembro de 2007, da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) revelam que as cooperativas possuem sua força na produção agrícola nacional(...).

Compreendendo que, além do Brasil, vários países do mundo, seja em zonas urbanas, ou zonas rurais, várias experiências de cooperativas têm oferecido vantagens para seus associados e podem tornar-se uma via de contribuição para o desenvolvimento, gerando benefícios para a região e para os indivíduos das organizações. A ACI aponta como um dos principais princípios cooperativistas:

O interesse pela comunidade: embora a cooperativa seja uma entidade cujo objetivo seja o bem estar de seus associados, a entidade está inserida na comunidade local através de suas atividades e ações junto com os governos locais e outros parceiros, podendo contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local, visando melhorar as condições de vida de toda a comunidade. (PEREIRA, 2008. p. 43).

No caso dos trabalhadores das localidades objeto deste estudo, que poderiam organizar ou fortalecer suas atividades para conquistarem novos mercados, melhores preços, acesso a crédito para beneficiamento de seus produtos e acesso a bens de consumo, conquistando com isso maior autonomia e independência, a indicação do cooperativismo, de acordo com as características como ajuda mútua, gestão democrática, inserção a novos mercados, fortalecimento da comunidade e vínculo com o local, pode vir a ser uma alternativa para consolidar tais benefícios, tanto para os indivíduos que integram as organizações como para as comunidades como um todo.

Assim, indicando que o cooperativismo pode ser o caminho para um processo simultâneo de emancipação política e econômica inserido em uma dimensão social

mais ampla, da qual toda a sociedade é responsável, nos apropriamos desta forma de organização social para referenciar o presente trabalho.

No caso das comunidades das ilhas de Campompema e Capim e sua dinâmica territorial voltada para a atividade extrativista, usaremos para o desenvolvimento desta pesquisa, como base as concepções de Raffestin (1993, p. 160), que considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema".

As concepções de Haesbaert, (2004, p. 20), que em suas análises territoriais afirma ainda que "Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, "territorial". E de Raffestin (1993) de que "a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações dos homens com os outros". Também Norteiam o presente trabalho.

Estas concepções podem ser relacionadas às condições sociais, espaciais e históricas das comunidades objeto deste estudo devido às mesmas viverem de forma a reproduzir o seu modo de vida, buscando novas estratégias de sobrevivência de acordo com sua temporalidade, mas se adequando, pelo menos em parte, às necessidades impostas pelo mercado.

Dentro da lógica de vida das comunidades objeto deste estudo, a definição a de territorialidade em Soja (1971, p. 19), torna-se pertinente quando este afirma que:

no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, a territorialidade pode ser vista como "um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam.

Dessa forma, a atividade extrativista, principalmente o extrativismo do açaí realizada pelas comunidades objeto deste estudo é estruturada de maneira a influenciar no modo de vida das mesmas, onde estas se organizam para criar estratégias, individuais ou coletivas para obterem maior eficácia na sua produção.

Para Sack (1986) *apud* Cruz (2007, p.10):

a territorialidade humana envolve o controle sobre uma área ou espaço, que deve ser concebido ou comunicado. Para ele, a territorialidade deve ser entendida como uma estratégia especial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada.

Entretanto, apesar de observarmos que os camponeses ribeirinhos também buscam estratégias mercadológicas para obterem melhores condições de renda através do extrativismo do açaí, O que se propõe nesta abordagem não é tratar de um território “unifuncional”, definido por Haesbaert (2007) como aquele “proposto e produzido pela logica capitalista hegemônica”, mas, de uma concepção de território enquanto espaço-tempo-vivido, resultado de processos múltiplos, diversos e complexos produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2004), ou seja, na vivência cotidiana e na identidade das pessoas.

Compreendemos assim, que a territorialidade resultaria de uma construção social, ou seja, são relações sociais formatadas espacialmente.

Dessa forma, para que não se repitam os erros do passado, referentes à exploração indiscriminada de produtos amazônicos voltados para interesses externos à região e objetivando compreender as dinâmicas territoriais de comunidades extrativistas amazônicas, observamos a necessidade dos ribeirinhos de Abaetetuba que trabalham com o extrativismo do açaí em se organizarem para obterem melhores condições de venda para o açaí extraído.

Diante do exposto a respeito do modo de vida e das dinâmicas territoriais das comunidades indicadas, o presente estudo tem como propósito realizar uma análise na comunidade de Campompema, que tem sua população vivendo da atividade extrativista, principalmente do açaí, e que possui tradição de cooperativismo, com relativa organização produtiva, trabalhando com o extrativismo do açaí, observando e discutindo algumas variáveis como: maior acesso a crédito, aumento da produção ou melhorias no manejo, maior facilidade para a comercialização do produto e agregação de valor ao produto do extrativismo e também realizar uma análise das dinâmicas territoriais e estratégias de produção na comunidade da Ilha do Capim, com sua população vivendo do extrativismo do açaí mas que não possui cooperativas ou qualquer associação de produtores. Ambas, como já especificado,

no município de Abaetetuba, região do Baixo Tocantins. O objetivo é identificar se há vantagens ou benefícios do cooperativismo como estratégia organizacional dos camponeses extrativistas, passível de gerar melhorias nas condições materiais dos mesmos, na organização da produção e comercialização do seu produto, assim como promover o desenvolvimento de suas comunidades.

Partimos da hipótese de que o cooperativismo é um elemento estrutural na dinâmica territorial das comunidades ribeirinhas produtoras de açaí, haja vista que os ganhos sociais, econômicos e materiais advindos da organização coletiva pode influenciar estratégias que favoreçam mudanças na forma de produção de açaí nas comunidades locais e alterações no seu modo de vida, o presente trabalho analisa as seguintes questões:

- a) o cooperativismo contribui para que haja mudanças nas formas de produção do açaí na comunidade onde ele existe?
- b) como se processa a atividade extrativista em comunidades que não possuem estratégias de organização coletiva?
- c) Como as práticas cooperativistas contribuíram na transição do cooperativismo para a produção do açaí?

A partir do referencial teórico apresentado, até o presente momento buscamos compreender se o cooperativismo se apresenta como uma estratégia viável para as dezenas de milhares de famílias de camponeses ribeirinhos extrativistas, não só da região do baixo Tocantins, mas de toda a região amazônica, manterem ou aprimorarem suas estratégias produtivas, por conta do crescimento da demanda do açaí nos últimos anos e também para garantir a exploração sustentável dos açais da região evitando o desperdício e a degradação dos mesmos.

Pois, como já citado anteriormente, vivemos mais um período de valorização de um ou vários produtos amazônicos com o aumento da demanda dos produtos extrativistas com destaque para o açaí nos mercados nacional e internacional e as comunidades de Abaetetuba, com princípios cooperativistas e organizações produtivas, poderiam, criar estratégias objetivando a potencialização das formas de produção do açaí.

Neste sentido, analisamos, a partir da observação e estudo de algumas variáveis como já indicado: acesso a crédito bancário para adquirir insumos e equipamentos; condições para o aumento da produção, assim como a melhoria da qualidade de seu produto; maior facilidade de comercialização, assim como a abertura de novos mercados; e agregação de valor ao açaí extraído sem ter que passar pelas mãos de atravessadores, as dinâmicas territoriais de comunidades rurais extrativistas amazônicas e o acesso a infraestruturas e serviços dos camponeses amazônidas do baixo Tocantins a partir da extração, beneficiamento e comercialização do açaí, e como objetivos específicos, temos:

- a) Entender como o cooperativismo contribui para que haja mudanças na atividade extrativista para a atividade de produção do açaí.
- b) Identificar como se processa a atividade extrativista em comunidades que não possuem formas de organização coletiva.
- c) Compreender como se processam as mudanças da atividade extrativista para a produção do açaí.

A opção para o desenvolvimento desta pesquisa ocorrerá a partir de um estudo de caso, pois se caracteriza pela investigação de uma situação contemporânea da realidade regional e por isso enquadra-se na pesquisa qualitativa, pois segundo YIN, (2001) “a metodologia qualitativa tradicionalmente se identifica com o Estudo de Caso que é, por sua vez, caracterizado como um método de pesquisa que investiga fenômenos contemporâneos em seu contexto real”. Constituem-se como objeto deste estudo duas comunidades que sobrevivem do extrativismo, beneficiamento ou comercialização do açaí regional no baixo Tocantins. A comunidade Campompema, no município Abaetetuba, que possui um histórico de cooperativismo para a cadeia produtiva do açaí regional e a comunidade Capim, no mesmo município, que, apesar de possuir sua base econômica voltada para o extrativismo e comercialização do açaí, não participa de nenhuma cooperativa voltada para tal.

A presente pesquisa desenvolve-se com base nas seguintes fases metodológicas:

- 1 - Levantamento bibliográfico para fundamentar o referencial teórico e buscar contextualizar o trabalho dentro de outras produções acerca das estratégias de produção do açaí, cooperativismo e o desenvolvimento rural na região amazônica;
- 2 - Pesquisa de campo documental em órgãos como a EMBRAPA, SAGRI, EMATER, UFPA, UFRA, Secretaria Municipal de Agricultura, etc. Com o objetivo de obter dados sobre os possíveis projetos de incentivo à formação de cooperativas e produção sustentável do açaí no baixo Tocantins;
- 3 - Realização de trabalho de campo com os camponeses das referidas comunidades, com entrevistas objetivando coletar elementos que justifiquem as vantagens da formação de cooperativas de trabalhadores rurais que trabalhem com o extrativismo ou comercialização do açaí.

No que se refere ao instrumental metodológico a ser utilizado na coleta dos dados empíricos a presente pesquisa realizará para a o enriquecimento dos capítulos do presente trabalho a entrevista semiestruturada, que é uma técnica adotada nesta pesquisa por permitir conforme May (2004 p. 148), que sejam apreendidos nos diálogos, não somente elementos quantitativos, mas de igual importância informações qualitativas, uma vez que o entrevistador ao utilizar esta técnica possa ir além da padronização contida nos questionários.

Além da utilização das entrevistas como ferramenta essencial, o aporte metodológico da pesquisa será desenvolvido por visitas ao recorte empírico com observação sistemática e registro fotográfico objetivando também analisar as estratégias que respondem pela reprodução socioespacial dos camponeses ribeirinhos nas comunidades analisadas.

Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, acreditamos assim, que com base nesses elementos e nos autores levantados, poderemos alcançar os objetivos propostos em nosso projeto, compreendendo, com isso, as vantagens do cooperativismo para o desenvolvimento rural das comunidades Campompema e Capim, no baixo Tocantins.

A pesquisa estrutura-se três capítulos, os quais se subdividem em tópicos para o melhor direcionamento do trabalho escrito. Contudo os capítulos resultantes desta pesquisa, não se encontram isolados, mas conectados pela problemática central deste estudo.

No primeiro capítulo intitulado “O extrativismo na formação rural da Amazônia”, onde analisamos a formação rural extrativista da região e refazer o

contexto histórico-geográfico da formação do Baixo Tocantins no contexto amazônico e particularmente município de Abaetetuba, enfocando a importância do extrativismo na Amazônia, de forma geral, e no Baixo Tocantins e município de Abaetetuba em particular.

No segundo capítulo “Organizações sociais, cooperativismo e a dinâmica territorial de comunidades rurais extrativistas”. Discutimos o papel das organizações sociais, a formação do cooperativismo no Brasil, o histórico do mesmo com relação a região amazônica, as perspectivas conceituais acerca da dinâmica rural extrativista, caracterizando estes no contexto amazônico.

Já no terceiro capítulo a “A dinâmica extrativista das comunidades Campompema e Capim no município de Abaetetuba, Pará” analisamos as estratégias de produção das duas comunidades a partir de uma observação entre as formas de organização, coletiva e individual, de cada uma para a atividade extrativista, para a produção e a comercialização do açaí e identificamos as vantagens do cooperativismo para a obtenção de mercados, aumento da produtividade, melhores preços para a produção, acesso à bens materiais e melhores condições de vida para os ribeirinhos envolvidos nesse processo.

2 - CAPÍTULO I: O EXTRATIVISMO NA FORMAÇÃO RURAL DO BAIXO TOCANTINS

Este primeiro capítulo tem como objetivo a caracterização da região do Baixo Tocantins e, particularmente o município de Abaetetuba e as comunidades estudadas, contextualizando sua formação histórica e geográfica, localizando-o espacialmente e definindo sua relação com a atividade extrativista. Assim como busca descrever de forma clara e objetiva, a partir da sua formação rural no contexto Amazônico, a importância da atividade extrativista para as milhares de famílias que vivem da referida atividade neste recorte espacial.

A sistematização das idéias se dará em três itens, onde o primeiro enfoca a caracterização do Baixo Tocantins e do município de Abaetetuba, presentes nos estudos de Isaac e Barthem, 1995, Lira et. al. 1998, Hiraoka, 1993 e Silva, 2008, entre outros, além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No segundo item delineamos a economia e o espaço rural extrativista da região amazônica, desde o período colonial até os dias atuais e enfocamos a importância histórica da atividade extrativista para a região e para o Baixo Tocantins.

2.1 – A região do Baixo Tocantins e o município de Abaetetuba

Diversas são as formas de acesso à região do Baixo Tocantins e, ao município de Abaetetuba, dentre as quais se destacam a terrestre e a fluvial. A principal via de acesso terrestre, tendo como base a Capital do estado, Belém do Pará inicia-se na rodovia Br 316 no (sentido nordeste), já no quilômetro 5 da rodovia BR 316, no município de Benevides pegamos o acesso a rodovia PA 150, conhecida popularmente como Alça Viária, onde dentro de poucos quilômetros percorridos em zona urbana do mesmo município nos deparamos com paisagens deslumbrantes tipicamente amazônicas, com vegetação de mata secundária que foge à vista, um cheiro de ar puro e uma quietude somente quebrada pelo movimento alguns automóveis e caminhões que trafegam diariamente por esta rodovia.

Percorridos então 9 quilômetros avistamos ao longe uma enorme estrutura de concreto que logo no quilometro 11 se mostra como uma das mais belas visões que o caminho por via terrestre nesta rodovia pode proporcionar, a ponte sobre o rio Guamá, com suas vigas esplendorosas apoiadas por enormes cabos de aço puro e

uma arquitetura, que na nossa opinião particular, impressiona não só pela beleza, mas pelos seus mais de 2 quilômetros de extensão (figura 3). Seguindo aproximadamente mais 20 minutos nesta rodovia nos deparamos com mais duas pontes, a do rio Moju (figura 4) e a do rio Acará (figura 5) (ambas com pouco mais de 800 metros de extensão), que não são tão esplendorosas como a anterior, mas que também tem seu mérito por proporcionarem uma bela visão da paisagem amazônica entre o rio e a floresta. Imediatamente após a segunda ponte adentramos o território do município de Moju, já na referida região objeto deste estudo. Entretanto ainda temos de percorrer mais uns 30 minutos até chegar no trevo que encontra a rodovia Pa 151 e percorrê-la por mais 20 quilômetros até encontrarmos a rodovia Pa 252 que no seu sentido Noroeste, já adentra no município de Abaetetuba.



Figura 8: Ponte sobre o Rio Guamá, Pa 151, Km 11, 05/03/2014 (créditos do autor)



Figura 9: Ponte sobre o Rio Moju, Pa 151, Km , 05/03/2014 (créditos do autor)



Figura 10: Ponte sobre o Rio Acará, Pa 151, Km , 05/03/2014 (créditos do autor)

Outra opção é, no centro de Belém, pegar uma balsa no porto de Arapari, que após aproximadamente uma hora de viagem chega ao município de Barcarena, (a 30 quilômetros da capital paraense), já na região do Baixo Tocantins e então pegar a rodovia Pa 481 e logo mais 15 quilômetros a frente encontramos o trevo que dá acesso à rodovia Pa 151, daí então o caminho por terra é o mesmo.

A via fluvial pode ser acessada na zona portuária, no terminal marítimo de Belém, onde se pode optar por qualquer um dos municípios do Baixo Tocantins, seja pelos rios Acará, Pará ou Tocantins, há viagens diárias.

De qualquer uma das formas utilizadas para se chegar aos municípios do Baixo Tocantins, seja rodoviária ou fluvial, o interessante é observarmos que ao longo de todo o trajeto, é muito abundante a incidência de açazais, sejam eles nativos ou cultivados pelas várias comunidades ali existentes.

Sobre a população da região do Baixo Tocantins, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) apontam que corresponde a 607.179 habitantes, dos quais 329.216, ou 54,2% vivem na zona rural. A população rural ocupa duas dinâmicas distintas: terra firme e a região das ilhas. Na primeira, predomina o cultivo

da mandioca para a produção de farinha; enquanto nas ilhas o açaí desponta como a principal produção, seguido também pela pesca e outras atividades (ALMEIDA 2010). Além da palmeira do açaí nas ilhas há grande incidência de buritizais, entre outras espécies.

Tal como os demais municípios do Baixo Tocantins, a configuração espacial de Abaetetuba pode ser subdividida em duas porções: a de terra firme e a região das Ilhas. A de terra firme, que faz limite com os municípios de Acará, Barcarena, Mocajuba e Moju, compreende a sede municipal (cidade de Abaetetuba), o centro, as zonas periféricas da cidade, a zona rural composta pelas estradas e ramais sob os limites geográficos deste município. Já a região das Ilhas, ao longo do rio Tocantins, rio Pará e demais rios que cortam o município, que possui dezenas de comunidades, compreende a porção fluvial sendo geograficamente compostas por aproximadamente 72 Ilhas. (figura 6).

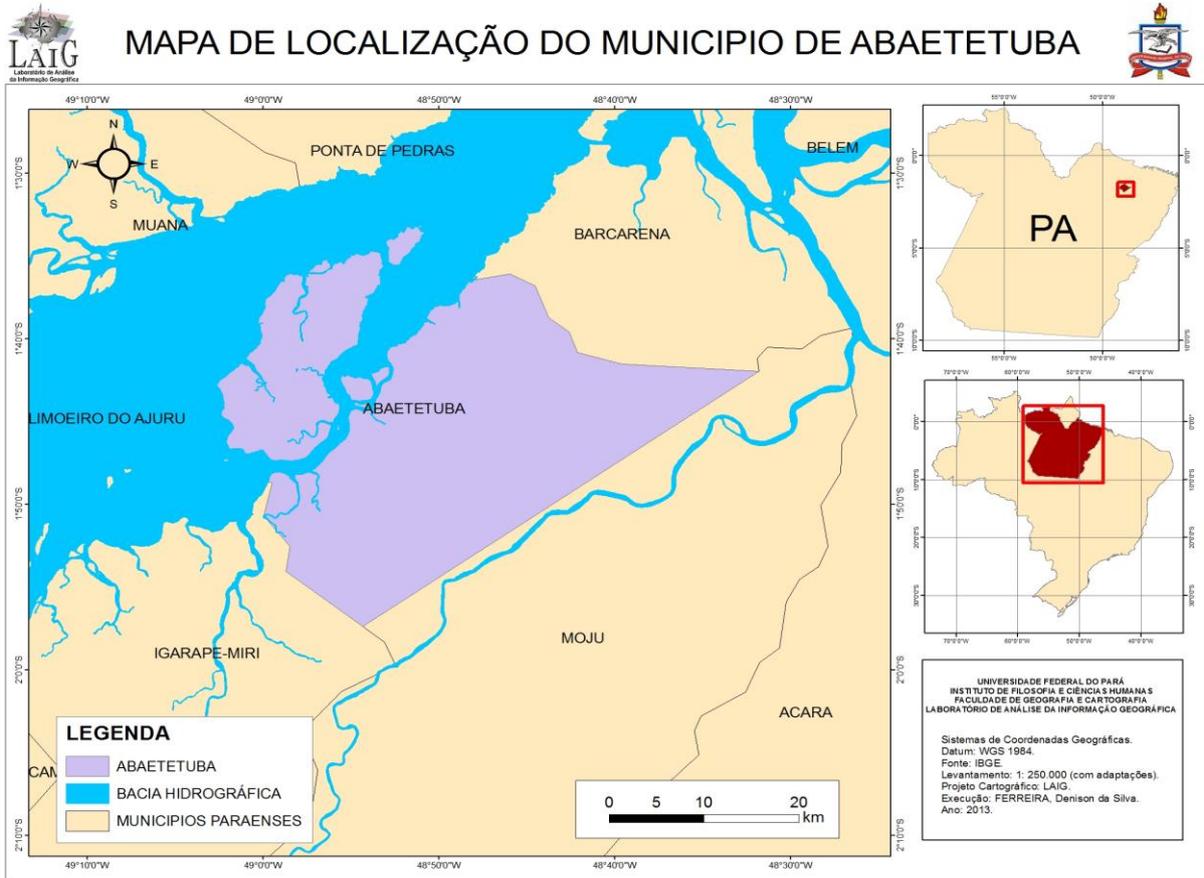


Figura 6 – Mapa de localização do município de Abaetetuba.

Este município tem sua origem histórica datada no final do século XVIII, mais precisamente em 1750 com a chegada de famílias portuguesas (LIRA et. al. 1998). Com o desmembramento das áreas dos municípios de Belém e Igarapé-Miri, foi elevado à categoria de Vila em 1880, tornando-se município, através da lei Estadual de nº 334, de 1895 (LIRA et. al. 1998). Em 15 de Agosto de 2013 o município completou 118 anos de Fundação. O nome Abaetetuba, originalmente Abaeté, provém do topônimo indígena tupi: aba (homem), ete (forte, verdadeiro), tuba (lugar de abundância). O significado, portanto, é: terra de homens fortes e ilustres.

Em termos populacionais este município conta com aproximadamente 141.100 habitantes (IBGE, 2010), onde 58,8% (82.998 pessoas) representam a população urbana; enquanto que 41,2% (58.102 pessoas) habitam a zona rural, incluindo Ilhas e Centro (estradas), caracterizando-se assim como um município que concentra significativa parcela da população rural e que, em virtude disso, ainda possui uma dinâmica voltada principalmente para atividades primárias, com destaque para o extrativismo. As Ilhas de Abaetetuba estão situadas na confluência do rio Tocantins com o rio Pará no estuário do rio Amazonas. São caracterizadas por um relevo baixo e quase plano (HIRAOKA, 1993), constituindo grandes extensões de áreas de várzeas banhadas por água doce e que sofrem diariamente a influencia da dinâmica natural de enchente e vazante das marés e que por conta disso proporciona a fertilização natural destas áreas de várzea, proporcionando-lhe assim uma rica biodiversidade .

Cerca de 1/3 da população do município de Abaetetuba vive na região das ilhas e, assim como em grande parte dos agrupamentos ribeirinhos na Amazônia, se auto-reconhecem como formando comunidades. Nota-se, porém, que esse conceito baseou-se em costume católico, pois tais agrupamentos foram denominados primeiramente de Comunidades Eclesiais de Base (BETTO, 1981, apud SILVA, 2008).

Da mesma forma como grande parte do Baixo Tocantins a população camponesa ribeirinha de Abaetetuba ocupa e vive às margens dos rios e igarapés, ou em pequenas comunidades rurais extrativistas em terra firme e que segundo Cruz (2006) consolidou-se na região a partir de um processo de intercâmbio cultural entre as populações tradicionais que habitavam a região, muitas destas desde antes do processo de colonização, e tinham o seu modo de vida adaptado às condições do meio amazônico e os colonizadores, primeiramente os portugueses que, buscando

introduzir também uma economia de base agrícola, passaram a interagir com essas populações tradicionais a partir do século XVII e que teve seu processo de interação intensificado a partir do ciclo da borracha no século XIX, integrando também habitantes oriundos do Nordeste brasileiro, atraídos para a Amazônia para o trabalho nos seringais e que já possuíam um modo de vida voltado, entre outras coisas, para atividades agrícolas e contribuíram para a consolidação de uma identidade camponesa ribeirinha. Estes povos na região, e mais particularmente no Baixo Tocantins e Abaetetuba são hoje ribeirinhos, extrativistas, pequenos agricultores familiares e camponeses, que interagem e mantém relações sistemáticas com os diferentes ecossistemas que têm acesso.

Nesse sentido, a história do Baixo Tocantins e, particularmente, do município de Abaetetuba não se diferencia muito da história da Amazônia, onde as comunidades usam os recursos naturais disponíveis como forma de subsistência, através do extrativismo e também retirando do meio, preferencialmente, os produtos que o mercado demanda como forma de obtenção de alguma renda.

2.2 – O extrativismo na formação rural da Amazônia.

A histórica apropriação e uso dos produtos da natureza pelas diversas sociedades têm significados distintos e revelam as múltiplas e diversificadas práxis nas relações entre sociedade e natureza.

A atividade de coleta, extração ou cultivo de vegetais que crescem na sua forma silvestre, são de grande importância para a humanidade, dentre outras espécies que deles se utilizam. A forma de apropriação e uso dos produtos naturais tem sido denominada extrativismo. Segundo Mourão (1999), o termo extrativismo, derivado do verbo extrair, é um construto brasileiro e se aplica a diferentes práxis de variados grupos humanos que se utilizam da coleta ou extração dos produtos naturais nos diversos ecossistemas. Essa coleta ou extração pode destinar-se a auto-subsistência e/ou ao comércio nos mercados regionais, nacionais e internacionais.

Segundo Mourão (2011, p. 5) a história das sociedades que da região dos trópicos tem registrado o extrativismo e o cultivo de vegetais, em especial das palmáceas (palmeiras), a exemplo das tamareiras (*Phoenix dactylifera*) em todo o norte da África e do Oriente Médio, do dendê (*Eleais guineensis*), em toda a África,

do sagu (*raphia*) em toda a região asiática, mas principalmente na Índia; como o buriti (*Mauritia flexuosa*), o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), a pupunha (*Bactris gasipaes*) e do açazeiro (*Euterpe olerácea* Mart) na Amazônia, faz parte da história ancestral das sociedades dessas regiões como um importante e constante componente de suas economias milenares.

Entretanto, para darmos continuidade ao desenvolvimento de nosso trabalho temos que nos ater às diferenças fundamentais entre a atividade extrativista tradicional, consolidada ao longo do processo de desenvolvimento socioespacial e econômico de diversas regiões do globo e mais particularmente da região amazônica e esta nova fase de extração dos recursos minerais amazônicos que se impõe a partir da década de 1950.

A atividade extrativista, registre-se aqui principalmente o extrativismo animal e o vegetal, realizado de diversas formas por diferentes populações ao redor do mundo e que é tido como a mais antiga atividade humana (MOURÃO 1999, p. 5), é considerado uma atividade de base primária, e, mesmo nos dias atuais, sendo ainda realizado até mesmo em países altamente desenvolvidos do ponto de vista socioeconômico, é realizado com pouco ou nenhum emprego tecnológico, utilizando geralmente mão-de-obra sem qualificação e normalmente familiar. Na Amazônia, mesmo já no início do século XXI, esta atividade também é realizada com baixíssimo investimento infra estrutural, muitas vezes com técnicas arcaicas de extração.

É comum que o extrativismo seja empregado apenas para a subsistência ou como forma de complementação da renda familiar, e quando é realizado com o interesse mercadológico, também se observa que são poucos os produtos que realmente têm valor comercial de destaque (CRUZ, 2007). Nesta atividade, a natureza tem papel crucial para o desenvolvimento dos recursos extrativistas, pois seu “sistema de desenvolvimento” baseia-se em uma matriz energética solar, que no caso da região amazônica, localizada na zona tropical do planeta, e, portanto, altamente abundante em termos de energia solar. Ou seja, o desenvolvimento dos recursos naturais que são base para a atividade extrativista não necessita de recursos energéticos criados pela atividade humana.

Esta forma de extrativismo, que na visão governamental, segundo autores como Costa (2012), Cruz (2007), Becker (2007) e Gonçalves (2001), durante vastos períodos da história do Brasil, desde a colonização, nos séculos XVI a XIX, no império, século XIX, e em todo o século XX, já no período republicano, sempre foi

considerada como arcaica e deficitária do ponto de vista socioeconômico, historicamente sempre foi crucial para a manutenção do modo de vida das diversas populações tradicionais na região amazônica.

Já o extrativismo mineral, conhecido hoje simplesmente como mineração, também possui suas origens da mesma forma que as demais atividades extrativistas, ou seja, partiu das necessidades humanas para suprir suas necessidades básicas. Essa atividade intensificou-se a partir do século XVIII, com o advento da maquinofatura e da crescente necessidade dos seres humanos pelos mais diversos recursos minerais tornou-se mais aprimorada e complexa, necessitando de enormes infraestruturas e grande emprego de capital para ser realizada, passando assim a ser definida como atividade secundária.

A mineração necessita cada vez mais de elevados investimentos em infraestrutura como estradas, portos, ferrovias, núcleos urbanos e recursos energéticos abundantes para que seja viabilizada. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2014), a economia brasileira sempre teve uma relação estreita com a extração mineral. Desde os tempos de colônia, o Brasil transformou a mineração - também responsável por parte da ocupação territorial - em um dos setores básicos da economia nacional. Atualmente, é responsável por 3 a 5% do Produto Interno Bruto. Hoje essa atividade é realizada na Amazônia, desde meados do século XX, com uso intensivo de tecnologia empregando um enorme contingente de mão-de-obra altamente qualificada, intensificando o fluxo migratório para a região e favorecendo o surgimento de novos núcleos urbanos intensificando o processo de urbanização na Amazônia.

Diferentemente do extrativismo tradicional, a mineração necessita de um sistema intensivo de fornecimento de energia, que no caso da Amazônia é viabilizado na forma de grandes usinas hidrelétricas. Toda essa necessidade energética e infra estrutural vai impulsionar na Amazônia, desde a década de 1950, a criação dos chamados grandes projetos, ou como define Bertha Becker (2007) os “Grandes Objetos”. Alterando muitos dos padrões de vida de grande parte da população.

Na Amazônia brasileira, os estudos de Homma (1996), Mourão (1999) e Costa (2012) nos mostram que o histórico desta região se constitui de uma dimensão relacionada ao extrativismo vegetal, associado ou não a outras atividades

nos últimos cinco séculos, como a pesca, a caça, a pequena criação de animais e o cultivo de roças pelos indígenas à época da colonização, para subsistência.

Ao longo do processo de formação social e cultural da Amazônia, mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus, as diversas populações humanas que habitavam este espaço praticavam diversas atividades no intuito de suprir suas necessidades mais básicas. As atividades baseadas no extrativismo, como a caça, a coleta e a pesca, destacavam-se por serem as mais cotidianas e ao mesmo tempo fundamentais para a subsistência dessas populações. A partir do século XVII, com o início da colonização da região pelos portugueses, que, percebendo o potencial natural da região para o desenvolvimento da atividade extrativista, passaram a coletar as drogas-do-sertão, as especiarias da Amazônia, muitas das quais rapidamente passaram a ter um grande valor comercial no mercado europeu por serem exóticas ou que substituíam algumas especiarias da região das Índias, uma vez que o comércio com esta região encontrava-se em declínio.

Os estudos de Costa (2012) nos mostram que ao longo do processo de colonização da região, no século XVIII e mesmo com a independência do Brasil no século XIX, o extrativismo animal e vegetal continuou intenso na região amazônica, criando assim, um modo de vida peculiar, voltado principalmente para a subsistência e com poucas características mercadológicas, ou seja, via de regra, era praticada com o interesse na comercialização e no lucro, caracterizando um processo de desenvolvimento da região bem menos intenso se comparado com a colônia do Brasil.

O extrativismo animal e vegetal na Amazônia tornou-se ponto vital para a manutenção da região no período colonial. Mesmo quando não havia muito atrativo econômico para determinado produto extrativista, que despertasse o interesse nacional ou estrangeiro para a Amazônia, as populações que aqui se instalaram, imigrantes, colonos ou escravos negros, passaram ao longo dos séculos, a criar estratégias de sobrevivência, se adequando ao meio a partir da influência indígena, que, vez ou outra, não tinha sustento na atividade extrativista. Além do mais, segundo Costa (2012) as tentativas dos colonizadores para implantar o modelo de *plantation*, baseado no latifúndio, monocultura e trabalho escravo negro semelhante ao modelo implantado no Nordeste e no sudeste não tiveram muito sucesso aqui na Amazônia.

É muito comum na literatura sobre a região amazônica, encontrarmos referências ao extrativismo (HOMMA, 2006), (LEITAO 1997), (LOUREIRO 2002), (CASTRO, 2005) em todas as suas formas, e principalmente, quando se fala em comunidades tradicionais, o extrativismo vegetal e animal.

A inserção da Amazônia na economia-mundo como região fornecedora de produtos naturais e matérias-primas para o mercado europeu e posteriormente para outras regiões do globo nos remete imediatamente a exploração dos recursos naturais, principalmente, a partir de características específicas da Amazônia, uma vez que, nos primórdios da colonização da região, a partir de 1616, a mesma não se encontrava, imediatamente propícia a produção agrícola, pelo menos não nos moldes interessados pela metrópole lusa. Fato confirmado nos trabalhos de COSTA (2012: p. 26), que afirma que:

Diferentemente do Maranhão, contudo, onde os fundamentos se alternaram ao sabor do grau de riqueza propiciado pelos produtos agrícolas exportados, na Amazônia a coleta florestal ganhou peso definitivo, posto que as aptidões da região para a atividade agrícola se mostraram limitadas”.

E Prado Jr. (1987: 74-75) ainda discorrendo sobre as tentativas de introdução da atividade agrícola na Amazônia colonial, aduz ao julgamento de que:

não se deu mais que uns miseráveis produtos de expressão comercial mínima e em quantidade restritas”, resultado de “formas de atividades” com tal grau de “instabilidade e incerteza” que “...fazem da colonização amazonense muito mais uma aventura que a constituição de uma sociedade estável e organizada. Prado Jr. (1987: 74-75).

Dessa forma, percebemos que a visão oficial da coroa portuguesa para a colônia do Grão-Pará e Maranhão era de que a mesma precisava gerar lucros de forma acentuada através da atividade agrícola, pois, apesar do extrativismo gerar uma certa lucratividade, o mesmo não se comparava a lucratividade da agricultura.

2.2.1 – Do extrativismo das drogas-do-sertão ao período pombalino na Amazônia.

Tanto o contexto histórico no período colonial do Brasil, quanto especificamente da região amazônica, nos remete à ideia de períodos ou surtos

econômicos, organizados pelo que definiria o nexos principal entre a colônia e a economia-mundo. Onde especificamente na Amazônia podemos definir uma sucessão de períodos, todos extrativistas, que confirmam a referida atividade como a principal, quando não a única, atividade viável que favoreça tanto a relação com os mercados externos, e, portanto área de interesse para a metrópole, quanto como uma via de subsistência de uma enorme parcela de sua população.

Cardoso argumenta com sistematicidade duradoura na configuração de elementos coloniais da Amazônia, indicando a prevalência de um sistema econômico, prevalecente por um século, entre 1650 e 1750, dominado pelas drogas-do-sertão e com um setor agrícola subsidiário; e outro que se afirma a partir de 1750, de cuja configuração se fazia parte um setor dominante com dois subsectores, um ascendente constituído pela agricultura baseada em escravos negros e força de trabalho livre e outro decadente baseado em coleta dependente do sistema de repartição da força de trabalho indígena. Subsidiário seria um *“campesinato agrícola”*. (Cardoso 2012 p. 40).

O período de exploração das drogas-do-sertão caracterizando-se como uma fase colonial, a qual se iniciaria na primeira metade do século XVII, com a chegada dos portugueses na região, em 1616, e se estenderia até meados do século XVIII, proporciona uma maior atenção para a Amazônia, por parte da coroa portuguesa, pois, como já foi visto, as primeiras tentativas de implantação da atividade agrícola não deram resultados muito positivos e ao mesmo tempo por que, nos dizeres de Costa (2012: p. 38) *“o específico do ecossistema amazônico mostrou sua outra face: a condição de produzir, nos seus processos originais, bens capazes de se tornarem mercadorias para o mercado mundial”*, pois as “drogas-do-sertão” eram produtos prontos, passíveis de serem apenas recolhidos e que muitos destes seriam equivalentes ou substitutos das especiarias asiáticas, que já tinham mercado consolidado na Europa.

Por volta de 1755 quando se inicia a era pombalina na Amazônia, com a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marques de Pombal, para ser governador da província do Grão-Pará, e implantar políticas reformistas que caracterizaram suas ações na região, e que organizou esforços no sentido de eliminar a economia extrativista e implantar uma economia de base agrícola, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que deteve o monopólio do comércio regional de 1755 a 1777. Entretanto, havia muitas situações peculiares

referentes à consolidação de uma base econômica que interessasse de fato Portugal. Como podemos observar nos dizeres de Costa (2012: p. 40).

Diferentemente de outras regiões, entretanto, a requalificação do extrativismo de coleta na Amazônia, sua centralidade no projeto colonial local, que praticamente excluía a utilização eficiente de um trabalhador não conhecedor do meio ambiente amazônico, requalificava, igualmente, tanto o europeu ou o africano – agora incapazes, quanto o indígena, único capaz.

De modo que, a questão do acesso ao trabalho indígena que nas outras colônias se associava às condições de determinação do custo de produção e rentabilidade da produção colonial, tanto mais rentável esta, tanto menos importante aquela, aqui torna-se o pressuposto da existência ou não dessa produção e, assim, condição sem a qual, o projeto colonial, como empreendimento mercantil seria posto em dúvida.

Essa tentativa de eliminação da economia extrativista na Amazônia para a implantação de uma economia de base agrícola se dá, entre outros, pelo fato da coroa portuguesa buscar estratégias no intuito de firmar a economia regional com bases produtivas que focam em uma ampliação dos lucros advindos da região e também haver muitos problemas relacionados à requalificação do trabalho do índio no contexto de uma economia baseada na agricultura, e do extrativismo amazônico não ser visto com bons olhos pela coroa portuguesa no sentido de que o mesmo não poderia proporcionar a formação de uma economia estruturadora de uma sociedade colonial com lucratividade constante para Portugal. Costa (2012 p. 56) afirma ainda que o objetivo das políticas pombalinas para a Amazônia não eram simplesmente de implantar ou estruturar uma economia agrícola somente para eliminar a dependência do extrativismo por este ser considerado fraco, mas sim com o intuito de *“superação do que se entendia como os fundamentos da crise, um projeto institucional, de estado, de criação de uma agricultura eficaz – uma retomada do projeto agrícola civilizatório dos primórdios da colônia, que abrigavam um campesinato”*.

Este fato ocorre devido à necessidade da coroa portuguesa estruturar a colônia do Grão-Pará e Maranhão a um padrão de colônias que pudesse gerar o máximo de lucro com o menor investimento possível, como era práxis em outras regiões tanto da colônia do Brasil como nas suas colônias no litoral do continente africano.

A citação de Sodré (1987 p. 129) mostra essa preocupação com a colônia do Grão-Pará e Maranhão por parte da coroa portuguesa:

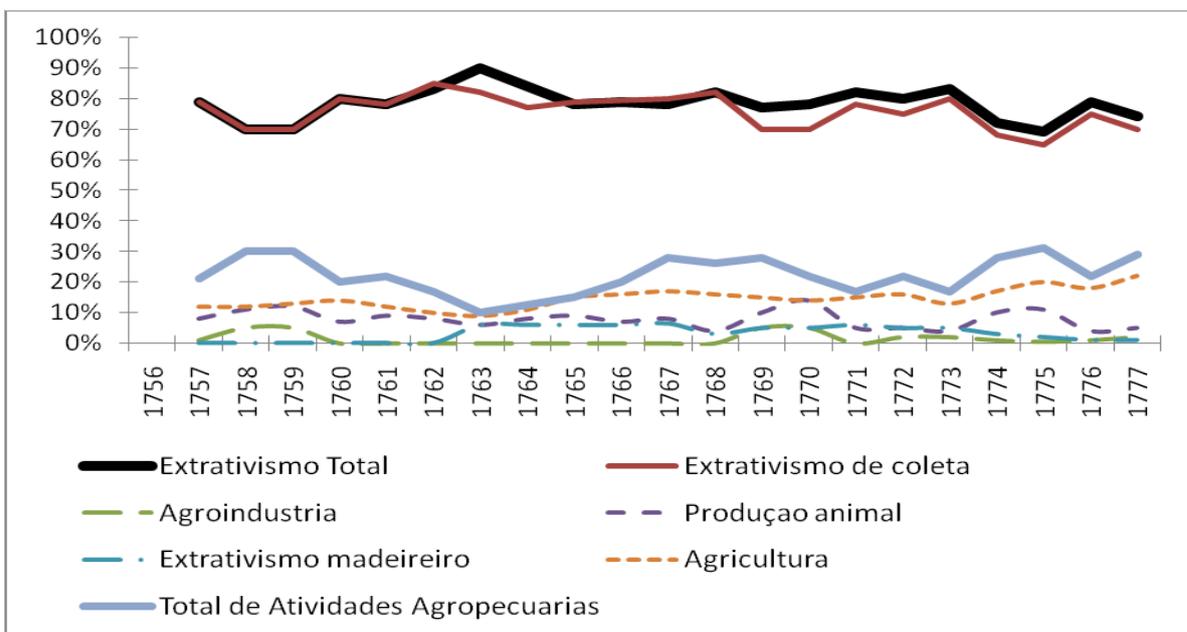
A via de realização do projeto colonial dominada pela economia extrativa é vista como solução inferior, à qual correspondiam situações marcadas pela escravização indígena e pela pobreza estrutural. Para Sodré, “as regiões vicentina e maranhense” se igualavam nessas condições peculiares a todas as zonas coloniais onde não ocorreu o investimento do capital comercial europeu, zonas pobres, de crescimento vegetativo.

O extrativismo era visto como um problema, um atraso para a obtenção de lucro rápido e para a estruturação de uma sociedade consolidada nos moldes da coroa portuguesa.

Cardoso (1984, p. 118) afirma ainda que a colônia do Grão-Pará era, diferentemente de outras regiões do Brasil, pobre e que “o estado de pobreza que a caracterizaria se devia a predominância do extrativismo, em concorrência real com a agricultura em torno da força de trabalho”. Por esse motivo que as políticas pombalinas para a Amazônia sempre buscaram resgatar o projeto “civilizatório” de base agrícola na região.

O gráfico 1 pode ilustrar a realidade indicada por Cardoso (1884):

Gráfico 1: Participação relativa das diversas atividades nas exportações da colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportado)



Fonte: COSTA, Francisco de Assis: Formação rural extrativista na Amazônia – os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)

No gráfico das exportações referentes à colônia do Grão-Pará no período de 1755 a 1777, período que se caracterizou pelas políticas pombalinas na Amazônia, percebemos que a mesma tinha entre 70 e 80% de suas exportações baseadas no extrativismo enquanto que a agricultura variava entre 10 e 20% e a agroindústria nem sequer chegava aos 10% , no período.

Referindo-se já à derrocada do período pombalino na a Amazônia, Costa (2012, p. 61,) afirma ainda que:

Nessa perspectiva, o período pombalino não se demonstrou o momento em que, *enfim*, se estabeleceram os fundamentos de uma economia que funcionava, nem, tampouco, se tratou do evento genial perdido – para o qual não se verificaram conseqüências relevantes na perspectiva da constituição da economia regional. O que vimos indica ser essa fase, como “diretório dos índios” e a “companhia”, um fundamental e criativo momento de uma trajetória já iniciada mais de meio século antes, com o “regimento das missões”, a qual, por uma parte se impôs ao protagonismo reformador que marcou o período de Pombal, por outra, dele recebeu condicionantes que marcariam indelevelmente os próximos períodos.

E conclui sobre a importância do período pombalino para os fundamentos da dinâmica extrativista como base da economia regional afirmando:

O que resulta nas fases finais do período colonial é uma economia ímpar, com capacidade crescente de lidar equilibradamente com dois exigentes departamentos: um extrativista, associado ao bioma único e altamente complexo e outro agrícola, no contexto edafo-climático também único da região. Os sistemas de produção nesses dois departamentos exigiram processos não triviais de aprendizado – o que propriamente qualificaram a especificidade da trajetória – tanto o que permitiu acessar sistematicamente e com produtividade crescente o bioma originário amazônico, quanto o que permitiu estabelecer uma agricultura adaptada às condições peculiares da região. (COSTA, 2012 p. 62).

Essa crescente capacidade de lidar com a atividade extrativista e a atividade agrícola favoreceu uma estruturação econômica relativamente equilibrada, mas que comumente tendia mais para o extrativismo. Entretanto, a partir do segundo quartel do século XIX, com a ascensão crescente da importância da borracha amazônica nos mercados nacionais e internacionais passamos a ter mais um surto extrativista amazônico, que irá provocar profundas transformações econômicas, sociais e

políticas na região, porém, mais uma vez, reforçará a vocação natural da Amazônia para a atividade extrativista.

2.2.2 – Da economia da borracha no século XIX às novas estratégias governamentais para a Amazônia após 2ª Guerra Mundial

Temos que levar em consideração que o projeto pombalino para a Amazônia foi de crucial importância para se definir as bases de uma economia regional, assim como a formação de um campesinato-caboclo, consolidado a partir de um processo de miscigenação da população indígena com a população de origem europeia, favorecendo características únicas a partir de uma situação que Wagley (1988, p. 80) afirmou que “foi o índio que ensinou o europeu a viver no estranho ambiente amazônico”, e que, de certa forma, serviu aos interesses mercantis coloniais, pois:

“parte da estratégia, medidas que incentivavam a miscigenação na constituição de famílias nucleadas aceleraram a criação de um número crescente de famílias com dupla característica: detém o conhecimento índio da natureza circundante e, ao mesmo tempo, se reproduz atendendo necessidades e valores europeus. Tais famílias – nem índias, nem brancas, e sim caboclas – tem endogenamente as pré-condições de conhecimento para viver e reproduzir fora do diretório, fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois, ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldades com o meio ambiente e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias industriais européias. Com tais atributos, essas seriam famílias que poderiam se reproduzir apenas pelo trabalho de seus membros – essa reprodução pressupondo, todavia, a sua inserção, como unidade irreduzível e isolada, no mundo da mercadoria. Tudo leva a crer que, a partir daí, se pode falar em formação de um campesinato típico amazônico, do campesinato-caboclo da própria região”. (COSTA, 2012 p. 56, 57)

A este campesinato-caboclo consolidado na região amazônica, conforme indicado por Costa (2012), caracterizado pela interação de diferentes culturas, e que na região do Baixo Tocantins, em virtude da dinâmica regional influenciada pelo fluxo dos rios, Pará, Tocantins e outros, formaram centenas de ilhas, com uma vasta área de várzea, que são habitadas por milhares de famílias, que conforme já indicado no presente trabalho, sofreram um processo de adaptação ao meio e também enorme influência do processo de colonização e que por isso, além de caboclas, são também camponesas ribeirinhas.

Estas populações tiveram diversos períodos de interação ao meio, miscigenação e reformulação de suas atividades econômicas e de subsistência, mas principalmente no período pombalino (1755 a 1777), quando a coroa portuguesa direcionou políticas específicas para a Amazônia.

Assim sendo, ao final do século XVIII, devido a fatores de ordem estrutural, o projeto pombalino para a Amazônia não teve o êxito esperado (este trabalho não possui a intenção de aprofundar nos fatos históricos). Fato este consolidado já no início do século XIX, devido, entre outros fatores, como a independência do Brasil e, sobretudo, à emergência da borracha como um novo produto extrativista de crescente importância nos mercados mundiais, principalmente devido a Revolução Industrial européia e, posteriormente, a americana, e que em poucas décadas dá início a um novo surto extrativista de crucial importância para a Amazônia, caracterizado como o período da borracha.

Este novo surto extrativista tornar-se-á possível por uma sucessão de fatores: a descoberta do processo de vulcanização da borracha em 1839 por Charles Goodyear, processo esse que permite estabilizar a borracha em relação a temperatura; a diversificação da utilização industrial da borracha, acelerando o desenvolvimento da indústria de produtos que utilizam muita borracha, primeiramente as bicicletas, posteriormente a indústria automobilística. Tudo isso incentiva o crescimento da atividade extrativista na Amazônia, uma vez que, somente nesta região, encontrava-se a *hevea brasiliensis*. Conseqüentemente, nos dizeres de Costa (2012, p. 62) *“a demanda pela matéria-prima cresceu rapidamente, o que se refletiu pela elevação de seus preços. Em Belém, eles triplicaram entre 1848 e 1853, subindo de 8 para 24 Mil-Réis, e multiplicaram por sete, aumentando de 20 para 140 Mil-Réis, entre 1865 e 1898, mantendo-se nesse patamar elevado até 1910”*.

Sabemos que a partir da explosão dos preços da borracha nos mercados mundiais, o império brasileiro iniciou uma série de medidas no intuito de suprir a crescente demanda por este produto na região amazônica, que, apesar de ter formado uma sociedade camponesa-cabocla (COSTA 2012 p. 56), com condições de viver e se reproduzir a partir da atividade extrativista, não havia mão-de-obra suficiente que desse conta de crescente demanda. Para solucionar tal problema incentivava-se um intenso fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia para que estes se tornem seringueiros (WEINSTEIN, 1993).

Referindo-se ao intenso fluxo migratório para a Amazônia no final do século XIX, Costa (2012 p. 65) afirma que:

O crescimento relativamente ágil da produção da seringa, entretanto, tal como ocorreu nesta fase, teve o concurso de um fato fortuito: a grande imigração de nordestinos, responsável pela expansão da população da Amazônia entre 1848 e 1854 a 3,3% a.a., acrescendo no período 64.694 de indivíduos(...).

Assim, a região que já vinha consolidando características peculiares referentes ao modo de vida e cultura da população que aqui vivia, passa a ter na figura do nordestino, mais um elemento étnico agregador que favoreceu a consolidação do homem amazônico, o caboclo, o ribeirinho, o pequeno agricultor familiar, adaptado as mais diversas condições da floresta, várzeas ou rios.

Fato este confirmado nas palavras de Cruz (2007 p.23):

Quando a procura pela borracha se intensificou a partir de meados do século XIX, já estava constituído na Amazônia, um campesinato que é fruto do processo de intercambio cultural dessas duas civilizações: de um lado os europeus, principalmente os portugueses e de outro as inúmeras sociedades indígenas preexistentes. Assim, à medida que os negócios com a borracha se expandiam, esse campesinato ia, cada vez mais, se integrando a essa nova atividade econômica, sem, contudo, deixar de praticar a pesca, a caça, a agricultura, a criação e outras atividades ligadas ao meio ambiente onde viviam.

A economia gomífera teve crescimento tão intenso que proporcionou o abandono ou a estagnação das outras atividades econômicas de menor potencial comercial (WEINSTEIN, 1993). A forma de exploração da borracha se sustentou em um regime arcaico de exploração baseado no sistema de aviamento. Segundo Mourão (2009), o aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica.

No sistema de aviamento o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. É, pois, uma forma de crédito - mais eficiente que o sistema financeiro formal, incapaz de chegar aonde o produtor está. Mas esses dois sistemas de crédito, o

formal e o informal, não são excludentes. Ao contrário, o sistema bancário alimenta as firmas aviadoras com créditos, de modo que o sistema informal não poderia subsistir sem a injeção creditícia do capital financeiro (Banco da Amazônia, 1966, *apud* ARAMBURU, 1992, p. 37).

A partir de então, devido à conseqüências da acelerada valorização da borracha amazônica, seguida por intensa exploração deste produto, sustentada nas profundas contradições ancoradas pelo sistema de aviamento, já no final do século XIX, consolida-se o período áureo da borracha na Amazônia, que eleva esta região ao patamar de altamente estratégica para a economia do Brasil, perdendo somente em importância econômica para São Paulo, devido à produção e exportação de café.

A economia da borracha na Amazônia, sustentada no sistema de aviamento e toda problemática resultante deste, ascendeu novamente à importância da atividade extrativista vegetal na região fazendo com que praticamente todos os projetos que buscassem incentivar a consolidação de uma economia de base agrícola, fossem abandonados e, mesmo aqueles voltados para o incentivo do plantio racional das seringueiras, que eram a base da economia da região, não tiveram a atenção merecida e foram abandonados.

Observada a economia regional como um todo, nas duas últimas décadas que marcam o auge da economia da borracha, entre 1890 e 1910, evidencia-se a importância elevada e crescente das atividades do extrativismo vegetal. Contrastadas *vis a vis* as da agropecuária, enquanto as primeiras saem de 34% para 39%, as últimas reduzem de 15% para 4% da renda, graças ao predomínio crescente da economia do látex, arrastada pelo vertiginoso aumento do consumo de artefatos de borracha nas economias européia e americana e a correlata perda do significado da agricultura e da pecuária(...).(COSTA, 2012 p. 73)

A pujança proporcionada pelas exportações do látex das seringueiras (*Hevea Brasiliensis*) amazônicas se baseou em um crescente processo de industrialização dos Estados Unidos e da Europa, com uma demanda constante de produtos derivados de borracha ou que de alguma forma necessitavam dessa matéria-prima. Entretanto, devido a falta de incentivo ao plantio racional das seringueiras (*Hevea Brasiliensis*) na Amazônia, havia uma constante preocupação por parte dos industriais europeus em garantir que o suprimento de borracha não iria se esgotar

sem alternativas. Dessa forma, a coroa inglesa não mediu esforços para iniciar o plantio racional da *Hevea* ainda no final do século XIX, em uma de suas colônias da Ásia.

A partir de 1912, com a maturidade dos seringais asiáticos, diga-se de passagem, com preços mais competitivos, e o alcance de seus produtos ao mercado europeu e americano, desestruturaram de forma avassaladora a atividade extrativista do látex na Amazônia, que, por falta de investimentos em melhoria da qualidade e oferta do produto, não teve como concorrer com os preços praticados pelos exportadores asiáticos, o que levou a uma profunda crise que ocasionou um enorme retrocesso da economia na região e culminou no fim da economia sustentada na borracha Amazônica.

Neste período, a grave crise econômica se deu, segundo Marques (2007, p.3), devido à produção extrativa, por seu esquema de produção e pelo capital que o controlava não levar a internacionalização da produção, ou seja, não permitia que houvesse uma maior diversificação econômica regional com o incentivo a outras atividades e muito menos à produção local de insumos básicos à população e, limitar-se, grosso modo, à extração primária e à comercialização inibindo outros processos produtivos, como a atividade industrial.

A respeito dessa grave crise, os dados disponíveis relativos aos itens globais da economia e demografia regionais nos anos de 1910 e 1920 são impressionantes e, segundo Costa (2012), informam quanto à profundidade da crise.

A população decresceu, no período, a uma taxa média anual de 1,09%. Segundo estimativas de Roberto Santos, em 1920 a renda interna líquida estaria situada em torno de 1/5 da de 1910 e, ainda, o valor da produção total de mercadorias de origem animal e vegetal teria caído, nesse intervalo, em termos reais, em 84% (Santos 1980: 332-338). Por seu turno, as importações totais despencaram de 355.028 contos, em 1910, para 142.541 contos em 1919, e as importações reduziram-se no mesmo período em 57,8%. (Le Cointe, 1922: 402-404 apud Costa, 2012, p. 78).

A partir de 1920 observa-se uma nova composição do setor rural na Amazônia pós crise da borracha, ocorre, a partir de então uma forte campesinação dos trabalhadores oriundos dos seringais (COSTA 1989 p. 68) e uma reorientação do sistema de aviação para outros produtos que não a borracha, como veremos mais adiante. Ocorre também um forte crescimento da produção de bens agrícolas

no total da produção animal e vegetal, mesmo assim percebemos a continuidade do extrativismo como principal atividade do setor rural e a borracha ainda como seu principal produto, mesmo com uma reorientação do sistema de aviação (COSTA 2012). Observe a tabela 1.

Tabela1 :Composição da Renda Interna nos setores de produção animal e vegetal na Amazônia

	Estimativa de Renda interna (em mil-Réis)		Composição relativa % a preços correntes deflacionados				Fator de incremento da renda (renda interna de 1920 dividida por renda interna de 1910)	
	1910	1920						
Produção animal e vegetal	218.280:714	123.504:978	100,00	100,00			0,57	0,16
Produção agrícola	9.593.097	31.249.004	4,39	25,30	100,00	100,00	3,26	0,93
Arroz		5.271:324	0,01	4,27	0,34	16,87	161,70	46,36
Cacau	32:600	3.399:668	0,73	2,75	16,62	10,88	2,13	0,61
Feijão	1.594:165	273:455	0,00	0,22	0,04	0,88	77,29	22,16
Fumo	3:538	2.344:946	1,96	1,90	44,69	7,50	0,55	0,16
Mandioca	4.286:795	9.568:964	1,53	1,75	34,91	30,62	2,86	0,82
Milho	3.348:548	2.227:175	0,14	1,80	3,23	7,13	7,18	2,06
Tapioca	310:174	34:404	0,01	0,03	0,18	0,11	1,99	0,57
Algodão	17:277	564:761		0,46		1,81		
Gergelim		4:593		0,00		0,01		
Outros		7.559:714		6,12		24,19		
Extração Vegetal	197.810:896	57.181:888	90,62	46,30	100,00	100,00	029	0,08
Azeite e óleo	161:169	855:451	0,07	0,72	0,08	1,55	5,49	1,58
Borracha	194.455:334	33.961:358	89,08	27,28	98,30	58,92	0,17	0,05
Castanha	3.003:439	16.177:500	1,38	13,05	1,52	28,19	5,37	1,54
Cumarú	1:047	288:533	0,00	0,23	0,00	0,50	275,58	79,01
Guaraná	166:520	434:468	0,08	0,35	0,08	0,76	2,61	0,75
Madeira em bruto	11:556	2.383:125	0,01	1,93	0,01	4,17	206,22	59,12
Piaçava	11:645	175:381	0,01	0,14	0,01	0,31	15,06	4,32
Puxuri	0:031		0,00		0,00		0,00	0,00
Salsaparrilha	0:155		0,00		0,00		0,00	0,00

Dormentes		21:514		0,02		0,04		
Patauá		38:093		0,03		0,07		
Sebo vegetal		43:137		0,03		0,08		
Sementes diversas		38:131		0,31		0,06		
Outros		2.722:947		2,20		4,76		
Produção Animal e derivados	10.882:721	35.074:086	4,99	28,40	100,00	100,00	3,22	0,92
Abate de animais		17.857:062	3,62	14,46	72,68	50,91	2,26	0,65
Couros e peles	7.909:893	585:812	0,02	0,47	0,38	1,67	14,26	4,09
Pescado	41:067	9.635:922	0,30	7,80	6,00	27,47	14,76	4,32
Grude de Peixe	652:998	349:838	0,03	0,28	0,52	1,00	6,16	1,77
Plumas e penas de aves	56:785	170:228	0,01	0,14	0,21	0,49	7,55	2,16
Varição de rebanho	22:557	4.626:798	0,01	3,75	20,21	13,19	2,10	0,60
Carne salgada	2.199:421	178:531		0,14		0,51		0,00
Outros		1.670:195		1,35		4,76		0,00

Fonte: Costa, 2012

Enquanto o valor agregado da borracha despenca em termos absolutos, ocorre uma variação da atividade extrativa e novos produtos vão ganhando notoriedade, principalmente a partir da década de 1920, com notável destaque para a castanha-do-pará, que reorientou a economia na região de Marabá, que até meados da mesma década predominava o sistema de castanhais livres. Posteriormente, um novo sistema se implanta “visando a um maior controle político da região cuja densidade demográfica encontra-se em rápida expansão” (VELHO 1972) e implantado um sistema de arrendamento dos castanhais, onde, segundo Costa (2012) “o objetivo era a reprodução, em nível local, das estruturas hierárquicas vigentes em outras áreas do país nesse período”.

Observamos também, que diante deste processo de campesinação definido por Costa (2012), houve um aumento no número de estabelecimentos rurais. A tabela abaixo mostra o aumento do número de estabelecimentos rurais no Pará de 1920 a 1960, o que comprova o aumento do campesinato. Ver tabela 2.

Tabela 2: Apropriação do solo na Amazônia: número de estabelecimentos e área correspondentes por classes de dimensão, Pará, 1920-1960

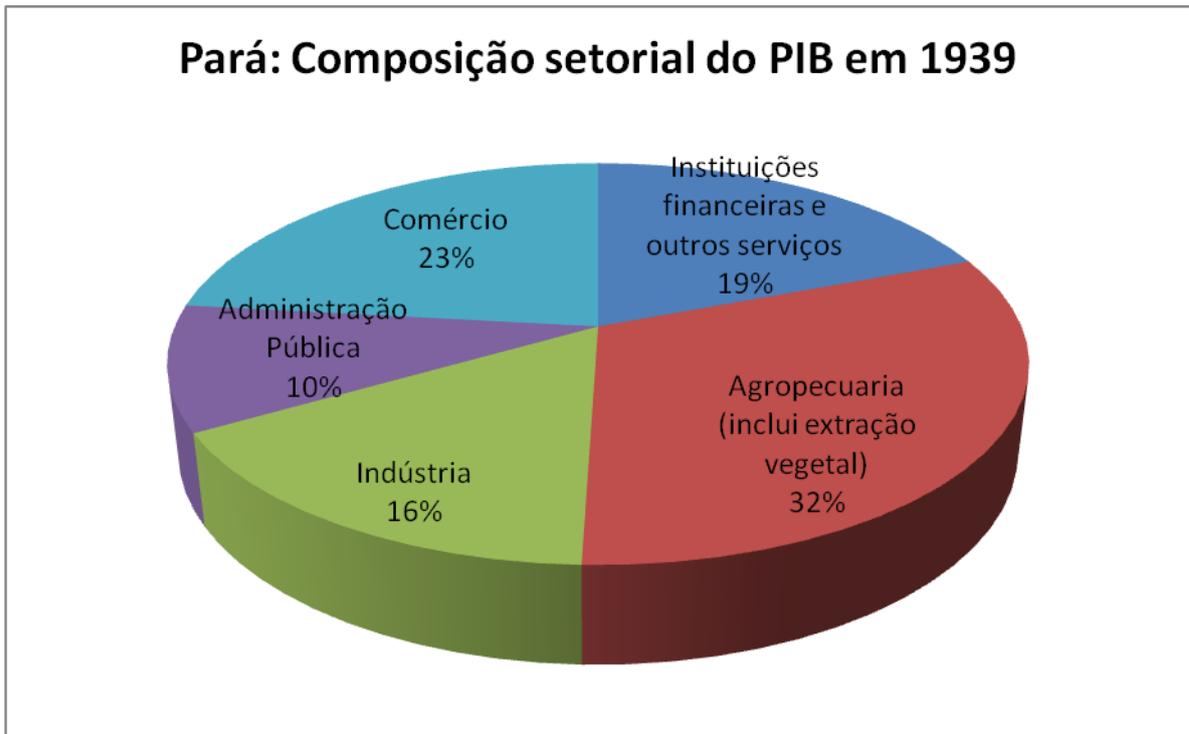
Ha	1920		1940		1950		1960	
		Ha		Ha		Ha		Ha
0-100	19.752	550.866	50.188	992.560	54.888	1.078.613	73.810	1.346.355
100-1000	5.427	1.797.628	6.119	1.800.157	4.292	1.073.196	5.812	1.469.766
1000-10.000	1.577	4.332.057	1.153	3.775.113	608	1.772.611	548	1.488.477
+ 10.000	151	3.149.729	84	3.514.197	63	2.668.979	33	948.676
TOTAL	26.907	9.830.280	57.904	10.082.027	59.851	6.593.399	80.203	5.253.274
MÉDIA		365		174		110		65

Fonte: Costa 2012

Dessa forma o número de estabelecimentos com menos de 100 hectares passou de 19.752 para 50.188, com áreas de, respectivamente, 550.866 e 992.560 hectares, enquanto que os estabelecimentos maiores de 10.000 hectares reduziram em quantidade (porém aumentaram a área média) de 151 com uma média de 3.149.729 hectares em 1920 para 84 em 1940 com uma média de 3.514.197 hectares.

No final década de 1930 a composição do Produto Interno Bruto – PIB, paraense (gráfico 2), apesar de parecer diversificada com atividades como o comércio representando 23% do total do PIB, as instituições financeiras e serviços com 19%, a indústria com 16%, ainda temos a atividade primária, que inclui a agropecuária e o extrativismo vegetal representando 32% do PIB paraense no período, o que ratifica a importância desta atividade para a consolidação da economia amazônica e paraense.

Grafico 2: Composição setorial do PIB do Pará em 1939.



Fonte: COSTA, Francisco de Assis: Formação rural extrativista na Amazônia – os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970) – Belém: NAEA, 2012.

As novas atividades econômicas que passam a ser lentamente introduzidas na Amazônia a partir da crise da borracha e principalmente nas décadas de 1930 e 1940, não visam uma diversificação da economia regional, mas sim a uma manutenção das estratégias consolidadas como o sistema de aviação à época da borracha, mantendo a estrutura vigente, e que remontam à vocação natural da região para o extrativismo. Diferentemente das políticas governamentais voltadas para as demais regiões do Brasil, com destaque para a indústria no Sudeste brasileiro, que objetivam, entre outras coisas, requalificar a economia do Brasil nos moldes de um país que busca consolidar seu papel na economia mundial não somente como mero fornecedor de recursos naturais ou matérias primas, mas como um país com uma economia diversificada capaz de competir com outras regiões do globo.

Dessa forma, Costa (2012), no trecho a seguir demonstra que apesar da diversificação das atividades econômicas no Pará a partir da década de 1940, uma considerável parcela destas atividades prevalecem primárias:

A economia paraense entra na década de 1940 com as marcas da profunda reestruturação que sofrera na esteira da crise da economia da borracha: novos produtos extrativos assumiram proeminência e se

verifica a expansão da produção agrícola, agroindustrial e manufatureira para atendimento do mercado interno, agora com bem menor capacidade para importar. Com base nisso, novas regiões marginais assumem relevância - como é o caso do *planalto Santareno*, que abriga tanto uma ativa colonização agrícola de produtores familiares, quanto a *plantation* da Ford; como é o caso também, da *região Bragantina* que registra um crescimento vertiginoso da população e da produção agrícola; como é o caso igualmente da região do *baixo Tocantins*, palco de agroindústria de grande vitalidade, e de Marabá – onde ganha força a economia dos castanhais com combinação sinérgica com a coleta de diamantes”. (COSTA 2012 p.107)

Essa diversificação não se dá somente a partir de uma necessidade endógena da região, mas aparece também a partir de um contexto em que a região amazônica começa a despertar o interesse do governo para uma nova estruturação econômica no intuito de uma maior integração desta com o restante do território nacional.

De certa forma, a crise da economia da borracha e a retração econômica regional resultante desta crise, favoreceram uma reestruturação interna que possibilitou o surgimento de novos núcleos regionais com dinâmicas econômicas próprias e voltadas agora para a própria região. Mesmo ainda com grande parte da economia movimentada a partir de atividades primárias, com destaque ainda para o extrativismo, percebemos outros produtos e atividades se destacando.

2.2.3 – Pós década de 1950: As visões oficiais sobre a Amazônia e a requalificação do extrativismo

A partir de meados do século XX, vários planos de desenvolvimento governamentais são criados, direcionados e instalados na própria região amazônica, sejam estes financiados com capital nacional ou multinacional, e que sempre buscaram incentivar a introdução da Amazônia na lógica do sistema capitalista moderno, com um grande impulso a atividades urbano-industriais, agrícolas e comerciais que, na lógica do desenvolvimento, pudessem trazer a tão desejada modernidade para a mesma. Dessa forma a atividade extrativista, principalmente a vegetal não madeireira é ignorada nos planos oficiais por ser considerada arcaica pouco rentável e que, segundo a visão governamental, para a maioria da população

camponesa da região, é apenas uma forma de complementação da renda familiar. Esta concepção de atraso econômico e social da região amazônica relacionado à atividade extrativista, já é histórica como mencionado por Costa (2012), Cardoso (1990), Prado Jr. (1987), Sodré (1987).

O modelo de desenvolvimento imposto pelo governo brasileiro, que orientou o processo de ocupação e apropriação da Amazônia a partir da década de 1950, também impregnado por preconceitos relacionados ao extrativismo, esteve pautado na crença de que a modernização seria a única força capaz de desenvolver a região, não importando o seu custo social, cultural e político, segundo Cruz (2006):

Esse projeto está pautado em uma espécie de “fundamentalismo do progresso” que criou um imaginário que se atribui *a priori* uma positividade ao novo e uma negatividade ao velho, ao passado tradicional, justificando um conjunto de práticas e representações marcadas pela violência e pelo colonialismo que servem para justificar a subalternação das populações locais. Tais populações locais e seu modo de vida são concebidos como “tradicionais”, logo obstáculos ao “desenvolvimento” e a modernização.

Neste período as propagandas e ideologias governamentais, orientadas pelos diferentes planos, como os três PDAs, (planos de desenvolvimento da Amazônia), onde o primeiro, organizado de 1972 a 1974, que segundo Nahum (2012) objetiva a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios e, uma reformulação progressiva dos setores produtivos; o Segundo PDA de 1975 a 1979, onde a região é representada como uma região pioneira em fase de mudança; e o terceiro PDA 1980 a 1985 caracteriza a Amazônia predominantemente como um imenso vazio demográfico; já se apropriam das ideias e preconceitos exógenos que desde o período colonial se tem sobre a região e reforçam a ideia de que a Amazônia que precisa ser vitalmente ocupada, pois dela depende o futuro do país.

Nos dizeres de Greenblatt, 1996 *apud* Nahum (2012 p.5)

Em suma, tal representação de natureza denota o local sem lógica de apropriação social e espacial, *a-histórico*, anterior a qualquer começo, palco silencioso à espera dos atores e do enredo. Natureza imaculada - anterior a qualquer Adão e Eva, ou mesmo silenciando-os quando aparecem -, trata-se de algo meio sagrado e profano. Sagrado, posto que

os seres humanos e sua produção e reprodução da vida material e espiritual, não são admitidos; e profano à medida que aparece como fonte de recursos inesgotáveis, possessões maravilhosas.

Observa-se que não havia menção, ou sequer interesse pelas populações tradicionais e seus conhecimentos acumulados sobre a realidade e a dinâmica da natureza amazônica e que a mesma é tida como um espaço extremamente vital para os planos de desenvolvimento para o Brasil traçados pelo Estado Brasileiro e é esse mesmo Estado, segundo Becker (1997), que toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico. Essa situação se vincula a um novo padrão de inserção do Brasil (e outros países periféricos) numa ordem planetária que é moldada por um vetor científico-tecnológico moderno imbricado nas estruturas sociais do poder.

Neste contexto se fortalece a ideia de que a Amazônia poderia tornar-se, grande fornecedora de alimentos para outros países, devido a provável riqueza de seus solos. Além desta visão, reforçada na década de 1950, percebe-se também no mesmo período estratégias governamentais no intuito de promover a chamada integração nacional. Juntamente com estas estratégias começam a ser formuladas uma série de doutrinas como a da segurança nacional, mais particularmente a partir do golpe militar de 1964, que passou uma certa paranoia do Estado nacional militarizado em ocupar e defender as fronteiras, principalmente as amazônicas, no intuito de evitar uma possível invasão às terras brasileiras por grupos estrangeiros, mais particularmente aqueles vinculados aos movimentos guerrilheiros de esquerda alinhados aos interesses da União Soviética, que se multiplicavam na América Latina e em alguns países que fazem fronteira com a chamada Amazônia brasileira.

As implicações geopolíticas de ordem externa também pesaram: a vulnerabilidade da extensa e isolada região quanto à organização de focos revolucionários; o dinamismo interno dos países vizinhos, que, embora menos industrializados, têm também movimentos de investimento e de população para suas Amazônias, que são mais próximas de seus respectivos centros vitais. A essas preocupações soma-se a necessidade de assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana(...) (BECKER 1997 p.13):

Tanto as estratégias de integração nacional quanto a doutrina da segurança nacional estão imbuídas de projetos geopolíticos de garantia de recursos ou mesmo

de militarização da região. Não é a toa que se criou a ideia de que a Amazônia era um vazio demográfico e que deveria efetivamente ser povoada (GONÇALVES 2008). Esses artifícios trazem consigo mais uma série de visões exógenas para a Amazônia, não somente de estrangeiros, sendo grupos multinacionais ou pessoas físicas, até mesmo os chamados sulistas, que mesmo sabendo que a maior parte da Amazônia pertencia ao Brasil, muito pouco sabiam sobre ela, e a maior parte disto estava, como já citado, impregnada de preconceitos e visões equivocadas do homem e da natureza amazônicos.

Concomitantemente à divulgação dos planos e estratégias do Estado brasileiro para a Amazônia começa a era dos grandes projetos para a região. Grandes projetos por que na visão desenvolvimentista uma região tão grandiosa como a Amazônia (diz-se aí grandiosa mais pelo potencial do que pelo tamanho) precisava de forma urgente se integrar aos grandes centros do capitalismo nacional e principalmente do capital internacional, ávido por maiores lucratividades.

Esses grandes projetos são necessários, segundo Becker (2007), pois na visão governamental a Amazônia encontrava-se isolada com relação aos grandes centros urbanos, econômicos e consumidores do Brasil e do mundo, sem as redes técnicas que facilitariam uma maior integração. Entretanto, essa mesma região, longínqua, isolada e subdesenvolvida, possui um enorme potencial em vários aspectos, principalmente, à época, mineral e energético.

Para garantir a exploração deste gigantesco potencial, obviamente, o governo brasileiro associou-se a grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais que se incumbiram de traçar os planos necessários à consolidação dos mesmos. Tudo passa a ser desenvolvido e planejado fora da região, ou pelos tecnoburocratas do governo ou por especialistas vindos do exterior. Em momento algum, segundo Branco (2004) a população local amazônica, o índio, o caboclo, o ribeirinho ou qualquer outro ator social local foi consultado, nem mesmo ilustres estudiosos ou institutos de pesquisa regionais foram ouvidos.

É a partir dessa lógica que começa a surgir uma ocupação a partir da formação de grandes enclaves na região (Becker 1997). O Estado brasileiro passa a definir grandes projetos em todas as áreas, sejam elas agropecuárias, minerais, infra estruturais, energéticas, de colonização. A mobilização é total e as propagandas oficiais do governo enaltecem a importância de tal fato. A Amazônia começa finalmente a ser desmistificada e eleva-se ao patamar de altamente estratégica. A

ideia do Eldorado retorna sob uma nova ótica: “Amazônia, a região do futuro”. Entretanto, segundo Branco (2004), as tentativas de colonização, mineração e cultivo do solo amazônico, segundo as tradições europeias, foram desastrosas, provocando graves impactos ambientais e criando várias áreas desérticas e improdutivas na região. Não se justifica, hoje em dia, contando com a experiência calamitosa do passado e também com a visão oferecida pelo nativo e com as pesquisas, que há mais de meio século vêm sendo desenvolvidas na região, persistir no erro.

Devido aos grandes projetos, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 milhares de pessoas migraram para a região, sejam grandes empresários ou fazendeiros, sejam pequenos produtores ou despossuídos, sejam os flagelados ou aventureiros, de todas as partes do Brasil e que, segundo Bueno (1999) traziam consigo as suas próprias concepções acerca da Amazônia. Das mais românticas às mais cruéis visões e intenções para a região.

Após a década de 1980, segundo Becker (2007 p. 26), a Amazônia passou a ser vista como um santuário ecológico em virtude de intensas mudanças ocorridas no âmbito mundial, principalmente as relacionadas às questões ambientais, e devido às pressões, nacionais e internacionais, a região amazônica passa a ter um novo, porém não menos importante papel.

À crise do Estado e à resistência social, somou-se a pressão ambientalista internacional e nacional para gerar um vetor tecnológico (VTE) na dinâmica regional que, predominando entre 1985 e 1996, configurou na Amazônia uma fronteira sócio-ambiental, entende-se como vetor, uma força resultante da coalescência de múltiplos projetos. (BECKER 2007 p. 27).

Esse fato tem grande influência nos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, que passam a enxergar a Amazônia como um santuário a ser preservado, pois surge com muita força a ideia de que a Amazônia é o pulmão do mundo, sustentando o fato de que a referida região seria a responsável por grande parte do oxigênio disponível no planeta, e nas novas concepções a respeito do chamado desenvolvimento sustentável.

Todas essas visões e formas de concepções sobre a Amazônia que foram criadas, formuladas, construídas e reconstruídas desde o século XVI até os dias

atuais contribuem para a formação de um ou de diversos imaginários populares, mas que sempre remetem à mesma ótica: a externa. Como podemos observar nos dizeres de Gonçalves (2008):

A imagem que normalmente se tem a respeito da região amazônica é mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região. Essa situação decorre da posição geográfico-política a que a região ficou submetida desde os tempos coloniais. Desde os primórdios de sua incorporação à ordem moderna, desencadeada pelo colonialismo, a região tem sido vista mais pela ótica dos colonizadores do que de seus próprios habitantes. Nesse sentido a Amazônia sofre daquelas características típicas de povos/regiões submetidos a desígnios outros que não aos de seus próprios habitantes. (GONÇALVES 2008 p. 12).

Essa visão excludente desencadeou um processo de ocupação violento e de agressão às territorialidades. As populações tradicionais como caboclos, ribeirinhos, indígenas, que historicamente viveram de forma harmoniosa com o meio natural passaram a sofrer um intenso processo de desterritorialização e perda de sua identidade, muitos, no caso, sentem-se realmente inferiores por terem o seu modo de vida tradicional tido como ultrapassado ou com pouco valor econômico agregado e por isso acabam por migrar para as áreas de dinamismo econômico incentivadas pelos grandes projetos, abandonando de vez seu modo de vida.

Nesse contexto, a própria atividade extrativista passa a ser indicada por alguns autores como Homma (1993) como uma atividade fadada a extinção, entre outros fatores devido às redes arcaicas de comercialização, conforme indicado por Emperaire e Lescure (2000), da imagem negativa associada à pilhagem e destruição de agroecossistemas, da baixa rentabilidade econômica (LESCURE, 2000) e da tendência à tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural com profundas consequências nas relações sociais para atender mercados exigentes e globais.

A abertura de fronteiras agrícolas na Amazônia tem refletido a imposição de Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento planejados fora e sem nenhuma discussão ou sintonia com os moradores do local. Com isso os governos incorreram em erros que tiveram efeitos jamais esquecidos pela humanidade, particularmente na Amazônia: os conflitos, as chacinas, os assassinatos, as torturas, perseguições principalmente onde os mais atingidos foram setores marginalizados econômica e

politicamente como os povos indígenas, camponeses, ribeirinhos e seus descendentes.

Diante deste contexto, o camponês ribeirinho, buscando garantir o seu modo de vida cria cada vez mais alternativas para se reproduzir e sobreviver frente a todos esses novos e intensos processos que ocorrem na Amazônia desde meados do século XX. Essas alternativas comumente passam pela pequena agricultura familiar e também pela prática do extrativismo.

Ademais, desde o final da década de 1990, consolidou-se o processo de globalização e com ele abriu-se uma nova leva de possibilidades para a Amazônia com a interconexão não só da economia e das finanças, mas também das arenas política, nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado e a revalorização da natureza (Becker 2004 p 33).

Conforme indicado por Mota *et al* (2008):

Os anos se passaram e a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas, conforme previsto, agoniza em outras, mas também persiste (castanha do Brasil, mangaba, bacuri, por exemplo) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos, nos quais a caça, a agricultura e a pesca são componentes essenciais segundo arranjos variados e com técnicas de baixo impacto ambiental.

Dessa forma, novas discussões tem cada vez mais valorizado o reconhecimento da importância do extrativismo para a conservação da biodiversidade *in situ* (Almeida, 1994, p 260) no atual contexto em que o desequilíbrio ambiental afeta o cotidiano das pessoas; pela valorização cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo (Serra et al. 2007), em que consumidores distantes cobijam produtos rotulados como “verde” e produzidos de forma ecologicamente correta e; pelo reconhecimento de que o conhecimento acumulado por gerações de populações tradicionais no desenvolvimento dessa atividade tem sido um dos guias mais usados nas pesquisas (Almeida, 1994, p.263).

Esse fato somado a um maior acesso a informações fortalece o surgimento de novos atores sociais e dá maiores possibilidades aos atores sociais tradicionais a partir de uma maior conectividade; uma nova estrutura econômica como processo de industrialização; um intenso processo de urbanização regional; uma mudança na estrutura da sociedade regional envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade; e a implantação de uma malha

socioambiental que representa uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais.

Dessa forma, nos dizeres de Pinto (2002 p. 33):

Todos os cálculos econômicos de futuro incluem o fator amazônico como relevante, sobretudo para setores de ponta: a biotecnologia, a engenharia genética, a tecnologia de novos materiais, o controle da poluição e, naturalmente, refúgios de vida selvagem, cada vez mais vitais para a sobrevivência da humanidade, ou a manutenção de seu ciclo de evolução e progresso.

O fator amazônico ao qual se refere o autor define-se a partir da revalorização dos produtos da natureza e dos serviços da floresta. Esses são apenas alguns dos vários fatores estratégicos na região que a tornam nova(s) fronteira(s) atrativa e cobiçada a partir da lógica dos mercados com o chamado capital natural e as enormes possibilidades de mercantilização da natureza com os novos mercados que se abrem com a viabilização deste capital natural.

De acordo com toda essa lógica, Becker (2007) conclui que:

Enfim, a Amazônia adquiriu uma nova escala como região efetiva do país. Nesse processo de conflitos e mudanças, foram elaboradas geopolíticas de diferentes grupos sociais e, fato novo na região, resistências à sua livre apropriação por forças externas, tanto em nível da construção material quanto da organização social, que influem no seu contexto atual.

Essas novas geopolíticas são favorecidas por uma maior capacidade de acesso às informações e de organização dos diferentes grupos sociais locais que passam a buscar alternativas no intuito de garantir o seu modo de vida e sua produção baseada, entre outras coisas no extrativismo e na atividade agrícola.

No caso dos ribeirinhos das comunidades objeto deste estudo, observamos que estes possuem várias estratégias de organização através de movimentos sociais, como o Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e das Várzeas de Abaetetuba – MORIVA, a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Colônias de pescadores, organizações cooperativas como a Cooperativa dos Fruticultores e Fruticultoras de Abaetetuba – COFRUTA, entre outros, e que promovem cursos, assessorias, palestras,

orientações e diversos outros serviços, por conta própria, ou através de parcerias com o poder público ou privado.

Estas organizações também lutam por melhores condições de vida, como acesso a serviços básicos, saneamento, saúde, educação, moradia, direito à posse da terra, acesso a crédito e outros.

3 - CAPÍTULO II: – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, COOPERATIVISMO E A DINÂMICA TERRITORIAL DE COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS

Neste segundo capítulo procuramos fazer uma aproximação teórica a respeito das organizações cooperativistas, refazendo o seu processo de formação histórica da escala global a regional. Assim como buscamos também uma teorização a respeito do desenvolvimento rural no mundo e na região amazônica.

A sistematização das idéias se dará em três itens onde o primeiro organizações sociais e do cooperativismo: uma aproximação teórica, analisa através de uma revisão bibliográfica, o cooperativismo no mundo, definindo seu desenvolvimento histórico e os principais princípios cooperativistas.

No segundo item o cooperativismo no Brasil e na Amazônia buscamos refazer o contexto histórico de inserção e disseminação dos ideais cooperativistas no Brasil analisando também algumas experiências na região amazônica.

No terceiro item abordagem teórica sobre a dinâmica territorial de comunidades rurais extrativistas, fazemos uma revisão teórica a respeito das dinâmicas territoriais de comunidades rurais extrativistas no contexto amazônico, enfocando a região do Baixo Tocantins e o Município de Abaetetuba, onde se localizam as comunidades Campompema e Capim.

3.1 - Organizações sociais e do cooperativismo: Uma aproximação teórica

Uma das estratégias alternativas de ação coletiva que tem se dispersado no Brasil desde a década de 1990 de forma intensa são as cooperativas de trabalhadores. Sejam cooperativas de crédito, de consumo ou de produção, o fato é que essa forma de associação tem se demonstrado uma alternativa eficaz frente ao processo de expropriação capitalista que, nas últimas décadas do século XX, tornou-se intenso. Como veremos mais adiante.

As cooperativas, segundo Salazar (2004, p. 72):

são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer as aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

Os valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia, que orientam esta organização do

trabalho, são contrários à lógica capitalista, que se preocupa prioritariamente com o lucro e a obtenção de mais valia.

Os valores são contrários a lógica capitalista quando se objetiva o lucro, mas as cooperativas podem se apropriar de algumas estratégias mercadológicas no intuito de garantir melhores condições de venda para os produtos de trabalhadores rurais, por exemplo. Entretanto, sem que ocorra a competição, mas sim a cooperação entre os trabalhadores. Como afirma Fusinato (2005 p.23):

Considerando que cooperação é um processo de interação social, onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos, e que competição é um processo de interação social, onde os objetivos são mutuamente exclusivos, as ações são isoladas ou em oposição umas às outras, e os benefícios são concentrados somente para alguns, é inconcebível a prática cooperativa orientada por valores de competição.

Ao longo do processo de disseminação e desenvolvimento dos ideais de cooperação pelo mundo todo, desde o início do século XX, da Europa para o resto do mundo, Valadares (2005 p.40) afirma que surge, no final do século XX, uma necessidade de se definir diretrizes que norteassem os princípios do cooperativismo nos diversos países da Europa, Estados Unidos e Brasil. Essa função coube a Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Segundo Valadares (2005), no congresso de 1995 a ACI definiu os sete princípios cooperativistas, que são:

- a) Vínculo aberto e voluntário (as cooperativas estão sempre abertas a novos membros);
- b) Controle democrático por parte dos membros (as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou sua função na cooperativa);
- c) Participação econômica dos membros (tanto como proprietários solidários da cooperativa, quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos);
- d) Autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações;
- e) Compromisso com a educação dos membros da cooperativa (para lhes facultar uma participação efetiva);
- f) Cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais;
- g) Contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (VALADARES, 2005 *apud* PEREIRA, 2008, p. 42, 43)

Assim, observamos que, desde a definição destes princípios cooperativistas, na década de 1990, a formação de cooperativas objetiva a participação democrática, livre e voluntária por parte de seus membros, sem distinção de cotas ou privilégios de função. Estes princípios têm suas bases consolidadas a partir de princípios morais e de conduta desde os “Pioneiros de Rochdale”. Grupo de 28 trabalhadores que criou uma cooperativa de consumo no distrito de Rochdale, em Manchester, Inglaterra em 1844, para garantir gêneros de primeira necessidade a preços mais baratos comprando em conjunto (PEREIRA, 2008, P. 41). Pioneiros, ainda no século XIX, na consolidação dos ideais do cooperativismo.

Porém, antes dos Pioneiros de Rochdale, as primeiras iniciativas modernas relacionadas à adoção de estratégias cooperativistas datam do final do século XVIII quando trabalhadores ingleses fundaram moinhos de cereais por causa dos altos preços cobrados por empresas que detinham o monopólio local na moagem do trigo. No início do século XIX, quando, na Inglaterra industrial, que já na primeira metade do referido século passava por profunda crise econômica, foram propostas estratégias de cooperação, por um empresário da indústria têxtil chamado Robert Owen, que, buscando alternativas para superar a crise em seu país passa a propor a criação de “aldeias cooperativas”, estratégias no intuito de reincorporar trabalhadores ociosos para que voltassem a consumir e recuperar a economia (PEREIRA 2008). As idéias de Owen foram, de início, rejeitadas pela classe empresarial, porém, posteriormente, influenciaram o pensamento dos movimentos sindicais. Charles Fourier, francês, contemporâneo de Owen, fez várias propostas incentivando o pensamento cooperativo na França.

Através de Owen e Fourier o cooperativismo recebeu inspiração fundamental trazendo consigo forte crítica operária e socialista ao capitalismo, conforme avalia Singer (2002), cujo corpo de idéias lhes rendeu o título de Socialistas Utópicos, pois imaginavam sempre sociedades ideais em perfeita harmonia. Estas idéias, no entanto, influenciaram Marx e Engels em seus estudos de socialismo científico. (PEREIRA, 2008).

No século XX os ideais cooperativistas espalham-se da Europa pelo mundo, como por exemplo o Brasil e América Latina, como alternativas para se superar problemas de atraso econômico e social e muitas vezes no intuito de se criar alternativas frente a novos processos de expansão da lógica capitalista,

principalmente devido ao crescimento e dispersão da atividade industrial e o intenso processo de urbanização que lhe acompanha.

Este processo é sentido de forma intensa nas zonas rurais de diversos países, inicialmente na Europa, onde ocorre a penetração da grande empresa e a lógica capitalista se espalha pelo campo. Diante disso, desde o século XIX, vários pensadores como Lênin (1985) e Kautsky (1972) defendem teorias que afirmam a desintegração do campesinato ou a consolidação das grandes empresas capitalistas no campo. E propõe estratégias para a sobrevivência da propriedade familiar:

Mesmo afirmando a superioridade das grandes fazendas capitalistas, Kautsky (1972 p. 160) sugere que a organização em cooperativas seja uma alternativa de sobrevivência dos pequenos produtores afirmando a organização dos camponeses em ligas no sentido de superarem as dificuldades da industrialização na agricultura, ou seja, uma organização coletiva do campo ou organização socialista da produção com vistas ao *“enfrentamento do capitalismo agrário”* (KAUTSKY 1972).

Chayanov (1974) *apud* Alves (2009 p. 152), ainda no início do século XX, vê nas cooperativas coletivas as únicas alternativas para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. E afirma que *“para permanecer no modo de produção camponesa o caminho é a unidade econômica camponesa familiar e em caso de ingresso no modo de produção capitalista, os camponeses devem se aliar se unir em cooperativas”*.

Dessa forma Chayanov deixa claro que no desenvolver do sistema capitalista, a unidade econômica camponesa não tem condições de competir com a lógica do mercado e que estratégias cooperativistas por parte destes camponeses poderiam lhes proporcionar melhores condições de competitividade no modo de produção capitalista.

O desenvolvimento das ideias no presente capítulo pode nos levar a crer que a opção pelo cooperativismo seria a mais viável no sentido dos trabalhadores obterem melhores condições de vida e trabalho, obtendo alternativas de reprodução social sem perder sua essência em virtude do avanço do capitalismo, principalmente no campo. Entretanto, não podemos deixar de observar que em cada região ou país, em cada realidade, temos condições diferenciadas de trabalho e conscientização humana perante a situação social vigente e em alguns casos as próprias cooperativas podem ter seus ideais distorcidos, como veremos a seguir.

Ao longo das entrevistas e pesquisas realizadas para o presente estudo, pudemos observar que existem muitas dificuldades em se estruturar uma cooperativa, sendo comum que pessoas, ou mesmo famílias criem ou incentivem cooperativas e na realidade se consideram “donos” das mesmas, conforme pudemos observar na fala de um entrevistado:

Tem uma questão que vem se levantando debates, porém de forma desordenada, e tem relação com a cadeia produtiva e tem uma provocação na região que fala que no passado, algumas décadas atrás, as cooperativas tinham um dono, esse dono era o presidente, tesoureiro, secretário, ou seja, tudo ele era. Era uma cooperativa repassada por imigrantes de outras regiões do país e chegavam aqui e implantavam o negócio para se dar bem no processo e “lascar” o povo que não tinha conhecimento. (...)

(...) Em função dos nossos debates, parece que perdemos algumas situações, alguns espaços e é vantagem pra eles (imigrantes) e é prejudicial para nós, porque quando tratamos da monocultura do açaí, apresentar um produto diferente para a sociedade, para o mercado você começa a dizer que não gosta do que está se metendo, por conta disso, resolvemos organizar uma cooperativa composta por agricultores da terra, e não gente de fora. (Seu Brito, presidente da COFRUTA)

Assim, mesmo na Amazônia, longe de ser uma forma de organização perfeita, as cooperativas também passam por problemas que, muitas vezes são resultantes de distorções dos princípios cooperativistas ou simplesmente estratégias de alguns grupos no intuito de burlar leis trabalhistas ou tributárias.

Na visão de Pereira (2008 p. 43, 44):

O cooperativismo representa, segundo alguns autores, uma alternativa ao modo de produção capitalista, cuja formação histórica esteve ligada a idéia de formação de uma sociedade igualitária e mais justa. No entanto, a prática revela que muitos empreendimentos cooperativos reproduzem a lógica da gestão capitalista hierarquizada e autoritária. Nesses empreendimentos que poderíamos chamar de “pseudo-cooperativas”, observa-se o domínio do coletivo por um pequeno grupo de pessoas mais influentes entre os associados. Estes componentes, muitas vezes mal intencionados, procuram ocupar cargos de influência (diretorias ou presidência) e passam a ditar os rumos a ser seguidos pela instituição de acordo com seus interesses pessoais.

Temos ainda vários exemplos de distorções ou problemas relacionados à forma como são conduzidas algumas cooperativas encontrados nos trabalhos de Souza (2008) e Pereira (2008), a exemplo das cooperativas de trabalho, que muitas vezes são organizadas apenas no intuito de burlar leis trabalhistas por parte de alguns empresários, definidas por Pereira (2008) como “coopergatas”. Ou cooperativas de trabalhadores rurais que comumente passam por problemas quando ocorre entrada de recursos financeiros externos, provenientes de convênios ou outras atividades e com isso se iniciam disputas internas por recursos. Em cooperativas de crédito onde muitas vezes ocorre concessão de empréstimos a partir de “apadrinhamentos” gerando inadimplência para a instituição. Encontram-se também, de acordo com Souza (2008) problemas no processo de auto gestão quanto os cooperados perdem o interesse nas questões mais gerais da entidade e não procuram participar das assembleias, deixando cada vez mais as decisões no âmbito interno da diretoria e que os associados apenas acatam sem discordar.

Tavares (2005 p. 43) *apud* Fusinato (2004, p.129-130), fazendo uma crítica as cooperativas na era da acumulação flexível afirmando que as mesmas não possuem nenhuma pretensão transformadora assinala que:

no setor de serviços, em que a cooperativa se presta com muita propriedade aos interesses capitalistas, há indivíduos que se tornam empresários da cooperação. Para isso, recrutam desempregados, geralmente com experiência suficiente para serem imediatamente absorvidos pelo mercado, precisando apenas de “educação” para trabalharem sob o regime de cooperação. Estatutos, conselhos e regimentos internos são criados, diante de trabalhadores confusos que precisam incorporar a idéia de que são sócios duma entidade que lhes é imposta. Em outras situações, a cooperativa é criada pelo próprio proprietário da empresa de serviço, como um dono de hotel, por exemplo, ou um dono de uma administradora de condomínios. A cooperação opera a mágica de fazer desaparecer a relação empregado-empregador, eliminando qualquer tipo de reivindicação trabalhista e os desagradáveis constrangimentos que denunciam a luta de classes.

Os exemplos são muitos, entretanto, não podemos deixar de observar que na maioria dos casos citados ocorrem processos que levam a cooperativa ou seus cooperados, desinformados ou desinteressados, a desviarem dos verdadeiros princípios da ética e da solidariedade cooperativistas.

Apesar dos vários desvios e problemas, referentes a algumas cooperativas, indicados neste trabalho, temos que levar em consideração que há inúmeras cooperativas em todos os ramos de atividades que se tornaram bem sucedidas e que em muitos casos, o cooperativismo movimenta parcelas significativas da economia de vários países, tendo assim uma enorme importância estratégica para os mesmos (PEREIRA 2008 p. 45, 46).

3.2– O cooperativismo no Brasil e na Amazônia

Segundo Pereira (2008 p.47) as primeiras cooperativas surgiram no Brasil por volta de 1887, ou seja, próximo ao período republicano e abolição da escravatura. Momento em que o Brasil passava por profundas mudanças na sua estrutura política e econômica. Entretanto, as condições para que o cooperativismo se disseminasse em território brasileiro antes desse momento esbarravam na proibição do governo imperial para qualquer atividade desta natureza.

Assim como na Europa, as primeiras cooperativas de que se tem notícias no Brasil foram as cooperativas de consumo (Pereira 2008) e ainda no começo do século XX, já no período republicano, mesmo não tendo qualquer definição legal, essas entidades já haviam lentamente se disseminado pelo país.

Segundo SCHNEIDER (1982 p. 32):

até 1930 o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente no sul do país. A depressão de 1929 fez o governo se interessar pelo cooperativismo, especialmente como instrumento de política agrícola. Foi a partir de 1932, com a implantação do Decreto nº 22.239, do governo Getulio Vargas, que se regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas, verificando-se nesta época, um surto relativamente apreciável do cooperativismo brasileiro.

Nas décadas posteriores (1940 e 1950) ocorre certo incentivo governamental as cooperativas, sendo criado em 1951 o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC (FUSINATO 2005 p. 53) que concedia vários incentivos fiscais e materiais as cooperativas.

A partir da década de 1970 através do decreto-lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 são organizadas as definições legais do cooperativismo, através da Lei do

Cooperativismo. Neste momento é criada a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, órgão nacional de representação das cooperativas existentes no Brasil e que permanece até a atualidade.

De acordo com Pereira (2008 p. 48). A definição legal do cooperativismo encontra-se na legislação brasileira, artigo 4º da lei nº 5764/71:

Diferente das demais sociedades, as cooperativas são regidas por uma Legislação específica, a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que as define como uma associação independente de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de uma organização, com força de pessoa jurídica, voltada a buscar, numa economia de mercado, o justo preço de seus produtos e serviços, por meio da solidariedade e da ajuda mútua, de propriedade conjunta e gestão democrática.

As diferentes cooperativas organizadas no Brasil, desde o final da década de 1960 passaram a seguir uma estrutura hierárquica obrigatória onde a Organização das Cooperativas Brasileiras é o órgão que tem como competência a representação máxima (FUSINATO, 2005) por ser técnico-consultivo do governo nos termos da legislação vigente. Além da OCB, em nível estadual temos a Organização das Cooperativas do Estado OCEs, presentes em todos os estados brasileiros, que, segundo Fusinato (2005 p.59) *“congrega e representa todos os segmentos do cooperativismo no respectivo estado e presta serviço às filiadas, conforme o interesse e necessidade das mesmas”*. Para a legalidade de uma cooperativa é obrigatório que a mesma esteja filiada a OCE.

Sobre as condições específicas para que uma cooperativa consiga o reconhecimento legal, Pamplona (2001) afirma que:

para que determinada entidade seja considerada efetivamente uma cooperativa, é imprescindível que todas as características elencadas nos incisos do transcrito art. 4º da lei 5.764/71 estejam presentes, sob pena de sua descaracterização como participante da ‘Política Nacional de Cooperativismo’”. E complementa: outro requisito legal importante está elencado no art. 3º, que é o exercício de atividade econômica, de proveito comum, mas sem finalidade de lucro. “Para que não parem quaisquer dúvidas, é preciso se entender que a expressão ‘lucro’, e utilizada no sentido de que o resultado econômico da atividade não poderá retornar à pessoa jurídica da

cooperativa, mas sim e somente a seus associados, através das sobras líquidas do exercício”. Durante a década de 1980, quando Brasil passa por profunda crise econômica e social, a inflação chegava a valores exorbitantes e o desemprego era altíssimo, nesse contexto as cooperativas passaram a se disseminar rapidamente, pois seriam alternativas de emprego e renda.

Na década de 1990 vivemos ainda os reflexos da década perdida e uma nova realidade econômica e política nacional, através da abertura econômica e com a adoção da política neoliberal que proporcionou um intenso processo de privatização de empresas estatais, uma maior flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização da economia e um aumento do desemprego no país.

Esses fatores impulsionaram a criação de novas cooperativas, conforme dados da OCB (2007) em 1990 havia no Brasil 3.440 cooperativas filiadas a essa organização e em 2007 esse número já era de 7.672 cooperativas filiadas. Observe o gráfico 3:

Gráfico 3: Evolução do número de cooperativas no Brasil (2000 a 2007)



Fonte: Pereira (2008 p.45)

Na região amazônica, em virtude de seu processo de ocupação ter tomado um rumo diferenciado com relação ao restante do território brasileiro devido às diferentes estratégias de povoamento e ocupação implantados na mesma, observamos que a consolidação de uma economia de base capitalista que privilegiava o desenvolvimento urbano-industrial, principalmente durante o século XX, não teve muito sucesso devido, entre outras coisas, às características naturais e econômicas da região, que, como já tratado no capítulo 1 do presente trabalho, indicavam aptidão natural ao extrativismo, e, portanto, dificultaram o desenvolvimento de uma economia de base agrícola nos moldes capitalistas tradicionais (COSTA 2012, p. 63). Este fato proporcionou que até meados do século XX a Amazônia ainda mantivesse uma economia considerada arcaica ou subdesenvolvida, se levada em consideração a economia do restante do território. Entretanto, durante o século XX, da mesma forma como ocorreu no restante do território brasileiro, ocorreram tentativas de implantação de cooperativas na região.

Assim, compreendemos que o cooperativismo não é uma prática recente na região amazônica, pois ainda na primeira metade do século XX, conforme indicado por Bordallo Junior *Apud* Sousa (2009, p. 22) “*uma das primeiras cooperativas criadas foi a Cooperativa dos Pecuáristas do estado do Pará, fundada em 09/06/1931 e composta por pecuaristas predominantemente da ilha do Marajó*”. A partir de então outras foram surgindo na região com o intuito de fortalecer atividades e setores da economia, a partir de produtores locais.

Todavia, em 1963, o Banco de Crédito da Amazônia, atualmente Banco da Amazônia, foi responsável por impulsionar o cooperativismo no estado do Pará, ao implementar um sistema de cooperativas para congregar produtores do estado. Grande parte da produção estadual era de responsabilidade de produtores regionais, entretanto, os mesmos não tinham como fazer frente à atuação de empresas capitalistas que dominavam o comércio regional. (SOUSA, 2009, p. 22)

Essa iniciativa buscava fortalecer os produtores regionais, que não tinham condições de competitividade com produtores estrangeiros, entretanto, não houve participação efetiva de outras instituições governamentais que realizassem um trabalho conjunto de acompanhamento sistemático e incentivo à essas cooperativas.

Já na década de 1970, ocorre o Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará – PRODECO, coordenado pela Superintendência de desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (SOUSA, 2009), que previa a realização de um trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições envolvidas, com o objetivo de prestar assistência técnica, contábil, creditícia e administrativa. Porém, Segundo Sousa (2009 p. 23) *“a falta de interesse das instituições de crédito motivada pela inadimplência apresentada pela maioria das cooperativas inviabilizou o programa”*.

Outra tentativa ocorre em 1975, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, lança o Plano Integrado de Cooperativismo do Estado do Pará – PICEP, fundamentado, segundo Sousa (2009), na ideia de integrar instituições federais e estaduais ligadas aos problemas do cooperativismo no Pará. A partir de então. Sousa (2009 p. 24) indica que:

Entretanto, antes da implementação do PICEP, foi lançado em esfera nacional, em 1976, o Programa Nacional de Cooperativismo – PRONACOOP, o qual reforçou o projeto estadual e fomentou a criação de uma agência estadual do PRONACOOP, representada pela Comissão Estadual do Cooperativismo – CECOOP, esta comissão foi constituída por instituições como INCRA, Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, Organização das Cooperativas do Estado do Pará – OCEPA e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Cada instituição se encarregaria de uma atividade distinta, afim de evitar a sobreposição de funções e desempenhar as competências atribuídas a cada instituição: o INCRA seria responsável pelas funções normativas; a competência da EMATER seria a assistência técnica e capacitação dos cooperados; a responsabilidade de repassar os créditos coube ao BNCC; à OCEPA coube a divulgação das políticas cooperativistas e a integração com as instituições vinculadas ao sistema cooperativista; e, a SAGRI seria responsável por promover o cooperativismo junto aos usuários do sistema.

Observamos então que a partir da década de 1970 novas estratégias são incentivadas não só no âmbito da Amazônia, mas esforços nacionais também são criados no intuito de fortalecer o cooperativismo no Pará e na região amazônica como um todo. Estes esforços encontram suas bases em instituições governamentais, o que pode ser considerado um contraponto com relação aos princípios do cooperativismo indicados no início do presente capítulo, entretanto, essas estratégias se faziam necessárias, segundo Bordallo Junior (1985), para

organizar e fortalecer as estruturas produtivas na região. Abrindo caminho para o desenvolvimento de atividades baseadas em estruturas consolidadas do ponto de vista do capitalismo, como a atividade industrial ou a agricultura moderna.

As diferentes estratégias governamentais indicadas durante as quatro últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI, com o objetivo de modernizar e integrar a região amazônica ai restante do país, proporcionaram enormes transformações econômicas, sociais e políticas que geraram profundas alterações no modo de vida das diferentes populações tradicionais aqui existentes. Principalmente no que diz respeito à década de 1990, onde fortes mudanças, principalmente nas formas de trabalho e de relação com a terra acabaram sofrendo muitas alterações, conforme indica Andrade *et al* (2008):

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, especificamente na década de 1990, tiveram substanciais impactos na estrutura do emprego formal e nas relações de trabalho no Brasil. Na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, esses impactos repercutiram nas áreas dos grandes projetos – metalurgia, siderurgia e extração mineral. Mas, na Amazônia, a agricultura familiar e, principalmente, o padrão agroextrativista das populações tradicionais da região, teve na criação de reservas, uma forma de resistência. Exemplar, neste sentido, através do aproveitamento racional e sustentável de reprodução são as experiências existentes – no Amapá e no Acre com a Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K. Mart.) e o látex da seringueira (*Hevea Brasiliensis*). Estas populações extrativistas organizaram-se em trabalho coletivo nas suas respectivas comunidades, como meio de sobrevivência ao modelo capitalista hegemônico, o que veio estimular a mobilização e organização destes agricultores em associações e cooperativas.

É dessa forma, com alterações profundas na estrutura do emprego, no modo de vida e no padrão agroextrativista das populações tradicionais que as mesmas passam a buscar estratégias alternativas de sobrevivência, que, entre outras estratégias, encontram sustento nas diversas formas de organização em trabalho coletivo, buscando se adequar, ou mesmo sobreviver neste novo modelo de desenvolvimento imposto sobre a região. Assim,

É neste cenário que a economia solidária, baseada na autogestão, buscando a geração de trabalho e renda e melhoria de vida, portanto, inclusão social, emerge como alternativa para acesso ao

trabalho e renda de grande parte da população normalmente excluída do trabalho formal. (ANDRADE *Et Al*, 2008, p.3).

Estas formas de economia solidária que passam a ser desenvolvidas na Amazônia, encontram nos atores locais, nos vários municípios da região, novas possibilidades de mercado e desenvolvimento para suas atividades e também possibilidades de mudanças no âmbito socioeconômico para milhares de famílias que buscam melhorias de renda e de vida. O exemplo prático no presente trabalho está na organização de cooperativas de produtores de açaí no município de Abaetetuba, onde neste início do século XXI, observamos através de entrevistas e análises *in loco*, uma crescente necessidade dos atores locais de se organizarem conjuntamente para incorporarem benefícios a partir de suas atividades extrativistas, sobretudo, do açaí.

As comunidades objeto deste estudo apresentam características semelhantes referentes ao modo de vida e estratégias de produção e sobrevivência. Entretanto, as populações residentes nas mesmas encontram-se muitas vezes submetidas aos desígnios de um sistema que as torna submissas aos interesses externos vinculados a uma necessidade de acumulação capitalista que não as inclui nas vantagens do seu processo. Conforme veremos no próximo capítulo.

3.3 – Abordagem teórica sobre a dinâmica territorial de comunidades rurais extrativistas

Na visão de Saquet (2009, p, 81) o território é considerado um produto de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve um grupo social. Território significa “apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas” (SAQUET, 2010, p. 81). Considera que um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar. Este autor considera ainda que o território é resultado e condição da relação social-natural (SAQUET, 2010). Há no território a multidimensionalidade do homem, que é natureza e sociedade ao mesmo tempo. “O social contém a natureza homem e sua natureza exterior. Nós homens, somos, estamos e reproduzimos a natureza e sociedade,

simultaneamente. Produzimos o (s) território (s) e territorialidade (s)” (Idem, p. 173). Isso pressupõe entender que:

O território, (...) é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; *obras* e *conteúdos*. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

Na compreensão de que as comunidades rurais extrativistas objeto deste estudo possuem múltiplas dimensões (social, cultural, política, econômica), de vida e ações no território em que se situam, partindo de uma dinâmica territorial compreendida somente a partir de um olhar mais detalhado a respeito de suas estratégias de sobrevivência, seja dentro da lógica capitalista ou não, podemos compreender que para elas:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, (...), uma dimensão simbólica, cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, formas de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (...): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização do indivíduo. (HAESBAERT, 2007b, p. 41)

A partir de então entendemos que as formas de apropriação deste território estão sempre imbuídas de relações que muitas vezes nos remetem à lógica da resistência, mesmo de forma espontânea ou até mesmo implícita nas relações entre os indivíduos que compõem as comunidades. A esse respeito, Santos (1999) afirma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08).

Os diferentes usos do território que remetem a diversas formas de apropriação do mesmo em virtude de que um mesmo recurso natural, como no caso

do açaí pode ter diferentes formas de apropriação. O grande exemplo disso é o fato de haver inúmeros atores sociais que trabalham na cadeia produtiva do açaí, como os peconheiros (personagem que sobe na árvore para colher o fruto), os barqueiros (que transportam o produto até o centro de comercialização mais próximo), o proprietário da terra e seus familiares (que cultivam, recolhem e/ou realizam o manejo do açaí), os feirantes (que vendem o açaí nas feiras), os batedores (que processam o fruto produzindo o “vinho”), os atravessadores (que compram do produtor e repassam aos feirantes ou a empresas de processamento), os empresários (que beneficiam em suas fábricas e geralmente exportam o produto para outras regiões ou países), entre outros, e que refletem diferentes usos do território.

Observamos a partir dos usos que são atribuídos ao território que o mesmo passa a ter uma “identidade” definida a partir da coletividade que nele vive e produz a partir de um conjunto de relações, definindo-se assim a territorialidade, que segundo Raffestin (1993, p. 160), pode ser definida como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”.

Ainda de acordo com Raffestin (1993), a territorialidade pode ser compreendida pelo conjunto daquilo que se vive cotidianamente, levando em consideração tudo aquilo que a construiu. Compreendendo que a territorialidade é o acontecer de todas as atividades do cotidiano, e por isso múltipla, os territórios também o são, Saquet (2009, p. 8) afirma:

“Compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana”.

Assim, a territorialidade está ligada ao cotidiano e ao lugar de vivência dos indivíduos e dos grupos sociais que se reproduzem no território e é de extrema importância para a construção da identidade dos mesmos. Por esse fato os territórios sempre são distintos uns dos outros devido às relações, ou à territorialidade que se processa no âmbito deles. Ademais, a territorialidade, vista como atributo do território, deve ser concebida como relacional e dinâmica

(RAFFESTIN, 1993), manifestando-se em distintas escalas espaciais e sociais, mudando no tempo e no espaço – conforme as características de cada grupo social.

Dessa forma compreendemos que território e territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade (SAQUET 2009). O território e a territorialidade consistem em expressões geográficas que não são simplesmente ocorrências, posição ou distribuição dos objetos no espaço. Mas algo mais amplo que demonstra as relações que se processam no cotidiano das diferentes sociedades que neles ou deles vivem.

3.3.1 – O extrativismo no contexto sócio-econômico do Baixo-Tocantins

Para o camponês na referida região, de forma geral, historicamente, a prática do extrativismo tem representado muito mais que fonte de emprego e complementação da renda para as milhares de famílias aqui instaladas. Tem representado também, a ampliação da possibilidade da reprodução social, e a oportunidade de garantir seu modo de vida a partir da recuperação dos vínculos com a terra e o desenvolvimento de sistemas familiares de produção agropecuários ou extrativistas próprios.

O Baixo Tocantins, já em meados do século XX, com o fim dos surtos por produtos como as drogas do sertão, e a crise da borracha vira uma espécie de corredor no circuito de circulação da produção da castanha e vários municípios, a exemplo de Abaetetuba, Igarapé Miri e Cametá, serviam como entrepostos comerciais e pautavam suas economias em uma lógica endógena (CRUZ 2006) ligada a uma produção extrativa menos valorizada no período (UCUUBA ocouba, andiroba, açaí, etc.) e a agricultura de subsistência em terra firme, sobretudo a mandioca, e a pesca, nos rios. Esse fato caracterizou uma estagnação econômica, com um baixíssimo dinamismo econômico da região.

Nos últimos anos do século XX e, principalmente nos primeiros anos do século XXI, conforme destaca o IBGE (2011, p. 14, 15), produtos extrativistas amazônicos, como por exemplo o Açaí, a Castanha-do-pará, a andiroba e outros, passam a ter (ou voltam, dependendo da perspectiva) um papel de destaque em mercados além da região Amazônica, e um dos mais expressivos, é com certeza o açaí, que possui enorme importância cultural e econômica para a maioria dos municípios do Baixo Tocantins. E que tem tido sua produção intensificada em virtude

de uma crescente demanda nos últimos anos. Fato comprovado no relatório Produção da extração vegetal e da silvicultura 2011 do IBGE (p.14):

A produção de frutos de açaí, em 2011, registrou um aumento de 73,1% em Relação a 2010. Com exceção dos Estados da Bahia e de Tocantins, todos os demais estados produtores apresentaram aumento, sendo que o mais expressivo ocorreu no Amazonas. A incorporação de áreas extrativas, que anteriormente eram consideradas como cultivadas, determinou o crescimento desta produção nesse estado.

A produção total obtida foi de 215 381 toneladas, sendo o Estado do Pará o maior produtor (109_345 toneladas) seguido pelos Estados do Amazonas (89 480 toneladas) e Maranhão (12 119 toneladas). Dos 20 maiores municípios produtores de frutos de açazeiros nativos do País, 12 se encontram no Pará e oito, no Amazonas. O principal município produtor é Codajás, no Amazonas, seguido pelos Municípios de Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras, Oeiras do Pará e Muaná, todos no Pará. Os 20 maiores municípios produtores concentram 71,4% da produção nacional.

Conforme indicado pelo IBGE (2011), a produção do açaí tem tido, só nos últimos três anos, um crescimento de 73,1%. Ademias, o consumo do açaí como bebida energética tem ganhado grande importância nacional e internacional (HOMMA, 2006), e, em virtude disso, sua produção tem se tornado cada vez maior na região amazônica, possibilitando a geração de renda de trabalhadores rurais das várzeas do Baixo Tocantins , onde o açazeiro é encontrado em abundância. Como consequência dessa demanda e o aumento da produção do açaí em pequenas ou médias cidades, cujo crescimento do consumo tem fomentado o surgimento de novas empresas com o objetivo de processar o fruto para consumo local ou regional ou industrializá-lo para mercados externos a Amazônia, tem sido expressiva.

O crescente aumento da produção do açaí tem acompanhado uma tendência de crescimento da importância do referido produto e de muitos outros produtos do extrativismo na Amazônia. Observe a tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade produzida e participações relativa e acumulada de açaí, dos 20 maiores municípios produtores e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente – 2011

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Açaí (Fruto)		
	Quantidade Produzida (ton.)	Participações	
		Relativa	Acumulada
BRASIL	215 381	100,0	-
Codajás - AM	34 421	16,0	25,8
Limoeiro do Ajuru - PA	21 242	9,9	31,1
Ponta de Pedras PA	11 217	5,2	35,4
Oeiras do Pará - PA	9 355	4,3	39,5
Muaná - PA	8 930	4,1	43,0
São Sebastião da Boa Vista - PA	7 525	3,5	46,2
Itacoatiara - AM	6 804	3,2	49,1
Anori - AM	6 302	2,9	51,8
Inhangapi - PA	5 750	2,7	54,4
Mocajuba - PA	5 700	2,6	57,0
Igarapé-Miri - PA	5 600	2,6	59,2
São Miguel do Guamá - PA	4 650	2,2	61,3
Afuá - PA	4 450	2,1	62,9
Cachoeira do Arari - PA	3 460	1,6	64,4
Coari - AM	3 366	1,6	66,0
Manaquiri - AM	3 339	1,6	67,5
Parintins - AM	3 240	1,5	68,8
Manacapuru - AM	2 816	1,3	70,1
Magalhães Barata - PA	2 800	1,3	71,4
Manicoré - AM	2 716	1,3	71,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2011.

Podemos perceber que vários municípios do Baixo Tocantins, onde temos alguns dos maiores produtores de açaí do Brasil, ou em mesorregiões próximas, a participação relativa e acumulada dos municípios produtores é bem intensa, o que proporciona a renda direta ou indireta de milhares de famílias destes municípios.

O município de Abaetetuba, que, apesar de não estar destacado pelo IBGE entre os maiores produtores de açaí da região do Baixo Tocantins, possui dezenas de comunidades e milhares de famílias que tem no manejo, produção ou comercialização deste fruto uma estratégia de crucial importância para a manutenção de sua renda e para a sua subsistência.

No próximo item destacaremos essa intensa importância e a crescente produção no referido município a partir de um estudo *in loco* e através de entrevistas com produtores e comerciantes locais.

3.3.2 – O extrativismo do açaí no município de Abaetetuba

Neste momento da pesquisa buscaremos demonstrar a importância do extrativismo do açaí no município de Abaetetuba, tanto para a economia local quanto para seus habitantes e demonstrar também que a referida atividade encontra-se com sua produção além do que mostram os dados oficiais.

De acordo com levantamentos e pesquisas realizadas no IBGE através dos dados estatísticos específicos para o município de Abaetetuba, é possível perceber que no ano de 2004 a produção de açaí atingiu a histórica cifra de 10.500 toneladas (tabela 4) colocando o município entre os três principais produtores do estado naquele período.

Tabela 4. Produção de açaí no município de Abaetetuba entre 2004 a 2011

ANO	QUANTIDADE/ TONELADA	VALOR R\$ (x 1.000)
2004	10.500	4.200
2005	900	972
2006	900	972
2007	800	960
2008	770	1.155
2009	730	1.241
2010	680	1.360
2011	650	1.170

Fonte: IBGE 2012

Entretanto, embora as estatísticas do IBGE sinalizem para uma produção em torno de 650 toneladas no ano de 2011 para o município de Abaetetuba (como se observa na tabela), há indícios de que essa produção seja superior a esses dados.

De acordo com Pereira, Vavier e Barbosa (2013) através de pesquisa de campo realizada junto a diversos intermediários envolvidos direta ou indiretamente na cadeia de produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba, tomando como ponto de referencia o principal ponto de comercialização do município, a feira de Abaetetuba, num período de 12 meses compreendendo o mês de maio de 2012 á abril de 2013 e identificamos as seguintes estimativas: em maio e junho de 2012 (período de entressafra) a produção foi de 12.000 e 15.000 rasas de açaí respectivamente; no mês de julho (início da safra) a produção foi de 20.000 rasas e nos meses de agosto a dezembro do mesmo ano a produção se manteve estável em 25.000 rasas ao mês. Já no ano seguinte 2013, no mês de janeiro

(voltando à entressafra) a produção caiu para 15.000 rasas e nos meses seguintes, fevereiro, março e abril (ainda na entressafra) a produção se estabilizou em 10.000 rasas ao mês. No período estudado (1 ano) a produção acumulada somou 217.000 rasas. Estes fatos são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 5. Estimativa da quantidade de açaí (fruto) produzida em Abaetetuba entre maio de 2012 á abril de 2013 (em rasas).

2012 Entressafra		2012 Safra						2013 Entressafra				
MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	TOTAL Rasas /ano
12.000	15.000	20.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	15.000	10.000	10.000	10.000	217.000

Fonte: Pereira, Vavier e Barbosa (2013)

De acordo com a estimativa apresentada na tabela 5, somente na feira de Abaetetuba estima-se que são comercializadas aproximadamente 217.000 (duzentas e dezessete mil) rasas de açaí/ano. Sendo uma rasa o equivalente a 15 kg, esse quantitativo equivaleria à aproximadamente 3.255 toneladas/ano, somente neste ponto de comercialização – a feira de Abaetetuba – ou seja, um quantitativo consideravelmente superior ao apresentado nas estatísticas do IBGE para o ano de 2011, que foi de 650 toneladas. Isso denota a grande importância do produto para a economia local.

Toda essa produção provém de diversas partes do município, uma vez que o mesmo possui grande parte de seu território entrecortado por muitos rios, formando extensas áreas de várzea e além de possuir cerca de 72 ilhas, em sua maior parte também formadas por extensas áreas de várzeas proporcionando o ambiente propício à produção do açaizeiro (figura 7).

Nestas ilhas, grande parte de sua população sobrevive da atividade extrativista do açaí ou da extração de outros recursos naturais oferecidos em abundância pela natureza como a pesca, seja como fonte de renda principal ou simplesmente para complementar sua dieta diária.



Figura 7 -Área de várzea com abundancia de açaizeiros, Comunidade Capim, 17/03/2013 (créditos do autor)

A fala a seguir, de um entrevistado da Ilha do Capim, demonstra claramente a crescente importância do açaí.

Hoje podemos dizer que o açaí é, com certeza, o principal recurso que nós temos em nossa comunidade, antes era a pesca, que ainda é muito importante, mas os peixes estão sumindo, às vezes nem dá pra garantir o mínimo para a família. Os pescadores tem que ir cada vez mais longe pra conseguir peixes suficientes para ter uma boa renda. Já o açaí não, cada ano que passa, graças a Deus, temos cada vez mais. Dá pra garantir a “bóia”, na entressafra e no período da safra muita gente “lava a égua”. Aqueles que são mais seguro se dão muito bem. Já tem “nego” que comprou barco novo, rabeta, motor novo, móvel novo, “tá bem na foto”. (Morador da comunidade da ilha do Capim)

Sempre que buscávamos, através de entrevistas ou mesmo conversas informais com moradores das ilhas, ou habitantes da zona urbana do município de Abaetetuba, era muito comum os mesmos se referirem a atividade extrativista (caça, pesca, coleta) como importante atividade em suas vidas, conforme a fala de um entrevistado a seguir:

Aqui nos moramos, nos vivemos sempre tirando uns peixes do rio ou pegando camarão com o matapi. O meu pai e meu avô todo dia saem pra pescar e às vezes trazem até caça. Outras vezes a gente

mesmo sobe nos açazeiros daqui do terreiro e tira umas pencas e depois bate e faz o vinho, o mingau, o que der. (Marcilene Souza, moradora da comunidade Campompema)

O extrativismo se apresenta como atividade cotidiana, e percebemos que é muito fácil para as pessoas, principalmente na zona rural ou nas ilhas de Abaetetuba, conseguir encontrar recursos naturais para extrair e suprir suas necessidades ou obter renda. Esse fato é, de certa forma, facilitado devido haver neste município uma imensidão de áreas verdes de mata, em alguns casos ainda primária, outras vezes secundária e também devido a imensidão das ilhas do município, no total de 72, e suas extensas várzeas, altamente propícias à proliferação do açaí, conforme observamos na figura 8.



Figura 8 - Habitação típica da Várzea no Baixo Tocantins, Comunidade Campompema, 18/03/2013

Durante o período da pesquisa, iniciada no segundo semestre do ano de 2011, pudemos constatar que independentemente de ser na zona urbana ou rural, nas várzeas ou nas ilhas o açaí é um alimento de extrema importância cultural, econômica e de subsistência para a população de Abaetetuba. A diferença é que nas comunidades de Campompema e Capim, que diferente da zona urbana não possuem uma diversificação das atividades econômicas, a produção do açaí acaba sendo, em muitos casos, a única alternativa de subsistência.

4 - CAPÍTULO III - A DINÂMICA EXTRATIVISTA DAS COMUNIDADES CAMPOMPEMA E CAPIM NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ.

Neste terceiro capítulo objetivamos descrever as estratégias extrativistas e de produção do açaí nas comunidades Campompema e Capim, no município de Abaetetuba, a partir das dinâmicas territoriais de cada uma, de acordo com suas formas de organização e produção coletiva ou individual.

A sistematização das ideias se dará em quatro itens, onde o primeiro demonstra o histórico da exploração do açaizeiro (*Euterpe Oleracea Mart*) no município de Abaetetuba desde meados do século XX, as ameaças às populações nativas desta palmeira devido ao avanço do extrativismo do palmito nas últimas décadas do século XX, e as estratégias de resgate das populações de açaizais dos municípios do Baixo Tocantins frente às necessidades culturais e de subsistência, e também ao surto de valorização do açaí desde o final do século XX.

No segundo item identificamos as atividades de extrativismo, produção e comercialização do açaí na comunidade Campompema a partir de estratégias de organização coletiva e as vantagens em termos de mercados, preços para a produção e melhorias nas condições de vida dos ribeirinhos cooperados.

No terceiro item identificamos as formas de extração, produção e comercialização do açaí na comunidade do Capim a partir de estratégias individuais, demonstrando as diferenças entre os grandes e os pequenos produtores em termos de benefícios, e a consequência da ação dos atravessadores.

Já no quarto e último item demonstramos as vantagens e desvantagens do cooperativismo para as comunidades Campompema e Capim.

4.1 – A apropriação do açaizeiro pelas populações tradicionais das comunidades Campompema e Capim no contexto amazônico

Observamos que, na Amazônia, a apreensão do extrativismo pressupõe a inserção dessa atividade num universo em que a interação homem-natureza gera conhecimento empírico e simbólico capaz de orientar os diversos ecossistemas de manejo. É com base neste ponto de vista que se deve abordar a dinâmica atual da extração vegetal na região.

As observações realizadas nas comunidades Campompema e Capim nos levaram a compreender que nestas, a atividade extrativista possui dinâmicas que, ao mesmo tempo em que reproduzem relações sociais complexas e intensas, também demonstram um modo de vida que pode ser considerado simples, por não estar totalmente atrelado às necessidades do modo de vida urbano, e manter-se ainda vinculado, de certa forma à temporalidade da natureza.

O presente estudo não tem a intenção de levantar todo o histórico de apropriação do açaizeiro pelas populações tradicionais amazônicas, uma vez que este possui uma história de vários séculos de utilização. Pretendemos somente trabalhar o contexto de utilização deste produto a partir de meados do século XX.

O histórico da atividade extrativista nestas comunidades remete ao histórico da produção do açaí em todo o município de Abaetetuba e na região do Baixo Tocantins, que desde meados do século XX, passou a ser cada vez mais frequente e importante na vida de suas populações. Até por volta de 1940, a demanda pelo açaí se dava principalmente a partir da necessidade de complementação da dieta da maioria dos ribeirinhos do estuário amazônico (MARINHO, 2009), e a atividade de extração do açaí e produção do vinho não possuía relações voltadas para as necessidades externas de consumo deste produto. As necessidades se davam, sobretudo, para o abastecimento das milhares de indústrias caseiras vinculadas ao comércio local, confirmando seu imenso valor enquanto fonte de alimento para a maioria da população ribeirinha.

Entretanto, por volta de 1970, os açaizeiros do Baixo Tocantins começam a ser ameaçados em virtude da valorização do palmito oriundo dessa palmeira, fato este que proporciona a instalação de diversas indústrias palmitteiras nos vários municípios desta região, com destaque para o município de Abaetetuba.

Na década de 1970, com o esgotamento das fontes de *Eutherpe edulis* na Mata Atlântica e a transferência das indústrias de palmito para regiões de várzea no Pará nas décadas de 1970 e 1980, a região do Baixo-Tocantins sofre grande pressão pela extração do palmito do açaí (*Eutherpe oleraceae*). Com o corte indiscriminado dos açaizeiros em idade produtiva para a extração do palmito apical, a ação predatória chegou inclusive a afetar o estoque de frutos para a dieta alimentar local, baseada na farinha de mandioca, peixe e polpa de açaí. (SOBRINHO, 2005, p.).

A palmeira *Eutherpe edulis*, principal fornecedora do palmito consumido nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, oriunda da Mata Atlântica, torna-se escassa nestas regiões, o que favorece uma corrida para as áreas de várzea amazônicas, com intensa abundância de palmeiras, com destaque para os açazeiros. Este fato proporcionou que vastas áreas de açazais nativos fossem intensamente desmatadas, fazendo com que o açai começasse a sofrer um desabastecimento na mesa das populações ribeirinhas.

Neste contexto, o açai, que ainda não era visto como um produto com elevado valor comercial, e por conta disso a produção do vinho do açai era realizada apenas de forma artesanal, produzido principalmente para o consumo doméstico e com comercialização apenas do seu excedente, não tinha *status* de produto comercialmente estratégico.

Este fato permanece com poucas alterações, até meados da década de 1980. Nascimento (1999) *apud* Marinho (2009, p. 185), dissertando acerca da demanda por este produto já na década de 1980, afirma:

Esta demanda, no entanto, começa a mudar com a progressiva demanda do açai para o mercado, verificada no decorrer das três últimas décadas. Neste período, além das motivações vinculadas historicamente à sua importância alimentar (valor de uso), a extração desse fruto passa a ser determinada cada vez mais por interesses de natureza econômica (valor de troca), decorrentes da ampliação do comércio (NASCIMENTO, 1999). Isto fez que em diversas áreas do estuário amazônico o açai se tornasse uma das principais fontes de renda, sobretudo com o declínio de outras atividades agroextrativistas tradicionais.

Entretanto, a procura pelo palmito, que pareceu inicialmente uma nova oportunidade de renda para milhares de famílias ribeirinhas em virtude do crescente aumento da produção de palmito para os mercados externos, conseqüentemente proporcionou a redução da oferta do açai nos mercados locais e regionais, ocasionada por uma intensa exploração predatória dos açazais nativos, fato que comprometeu ainda mais o abastecimento deste fruto para os crescentes mercados externos e também para as populações ribeirinhas, que tem nesse produto mais que uma fonte de renda, mas um elemento vital para sua sobrevivência e complementação de sua dieta.

A atenuação desta crise só começou a partir de 1985, quando o estabelecimento de uma legislação disciplinadora da ação dessas fábricas permitiu a restauração gradativa do potencial produtivo dos açazais. Isto é evidenciado em diversos estudos que mostram que a extração do açaí vem se firmando progressivamente, até as antigas áreas onde a extração de palmito tomou feições extraordinárias, como nos municípios de Gurupá e Abaetetuba. Neste quadro, é possível afirmar que o extrativismo do açaí se reveste novamente de grande importância para a reprodução familiar no estuário amazônico (MARINHO, 2009, p 189).

Observamos, segundo Sobrinho (2005), que a redução dos estoques de açazais nativos, a conseqüente falta do açaí na mesa das populações ribeirinhas e o processo de valorização do açaí nos mercados nacionais e internacionais, já no final dos anos 80, proporcionaram que as populações tradicionais do Baixo Tocantins, mais particularmente do município de Abaetetuba, se manifestassem no intuito de recuperar os seus vastos açazais.

Nesse momento, em que as reservas de palmito se distanciavam e as famílias produtoras reagiam para recuperar o alimento, essa tendência foi entrecortada por outra na década de 90, quando o suco de açaí passou a ser moda entre jovens de classe média no Rio de Janeiro e São Paulo, introduzindo uma demanda por frutos em escala nacional.

Assim, conjugando a necessidade de recuperar os estoques de alimento com a abertura do mercado nacional para os frutos de açaí, as famílias da região do Baixo - Tocantins no Pará, onde localiza-se o município de Abaetetuba, iniciaram um processo de recuperação das áreas de açazais nativos, retomando as práticas tradicionais de manejo agroflorestral, o que levou a produção de açaí a triplicar. (SOBRINHO, 2006, 23)

A partir deste contexto, compreendemos que a produção do açaí passa a ser incentivada cada vez mais na região, favorecendo que os estoques passassem a se ampliar de forma intensa a cada safra, gerando renda e novas oportunidades para milhares de famílias da referida região e, conseqüentemente, para o município de Abaetetuba e as comunidades de Campompema e Capim, objeto deste estudo.

Observamos também, que em ambas as comunidades existem duas dinâmicas distintas quanto às formas de obtenção dos frutos do açaí. A primeira, e que de forma muito rápida tem se tornado a mais comum, é a obtenção do fruto do açaí extraído ou cultivado nos “terreiros” (figura 9) próximos das residências das famílias dos produtores, e que fazem parte de sua propriedade. A outra forma é a que se dá

pela obtenção do açaí “selvagem” (expressão usada por um entrevistado), que é aquele que normalmente é retirado de áreas de mais difícil acesso e que, por isso, dificilmente sofreram algum tipo de manejo. Porém, ambas ainda apresentam-se estafantes, perigosas e, fato também constatado, muito desiguais do ponto de vista das relações de trabalho.



Figura 9 - Paisagem típica dos "terreiros" nas comunidades de Abaetetuba, Pará, 20/03/2013 (créditos do autor)

A observação empírica nas comunidades nos levou a constatar situações semelhantes às citadas por Marinho, (2009, p. 193):

A extração do açaí, não é em termos amplos, uma atividade tão simples quanto parece. Envolve, inicialmente, a localização dos cachos maduros, o que nem sempre é fácil, dada a variedade das nuanças dos frutos no açazal. Em seguida, pressupõe a coleta dos cachos selecionados, fase na qual o extrator tem que escalar a palmeira e, depois, fazer a debulha dos cachos coletados e a catação, etapa cuja finalidade principal é retirar os caroços que ainda não estão em condições de ser aproveitados. Assim, concretamente, a extração do açaí constitui num processo complexo que exige muita habilidade, experiência e cuidado do extrator, sob o risco de

cair da palmeira ou ser picado por serpentes que costumam ficar camufladas no meio das touceiras.

Muitas pessoas, nos mais diversos locais, sejam eles urbanos ou rurais, que têm o hábito de consumir o açaí, mas nunca tiveram a oportunidade de observar a forma como se trabalha a extração deste fruto e, conseqüentemente, a produção do vinho do açaí, por conta disso podem considerar uma atividade simples. Entretanto, a partir de uma observação mais aprofundada das atividades vinculadas diretamente ao extrativismo do açaí, pudemos verificar que as tarefas são árduas e estafantes, e também possuem certo risco à saúde das pessoas diretamente envolvidas na atividade.

4.2 – O extrativismo do açaí e cooperativismo na comunidade Campompema

Na comunidade Campompema, juntamente com outras comunidades e ilhas do município de Abaetetuba onde o extrativismo do açaí tornou-se, desde o final da década de 1980, uma atividade que foi favorecida por ações conjuntas de diversos atores e entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba – STR, o Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e das Várzeas de Abaetetuba – MORIVA, a Associação dos Moradores das Ilhas e das Várzeas de Abaetetuba - AMIA, a Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, para resgatar as práticas de manejo do açaí e garantir a biodiversidade dos sistemas tradicionais, os produtores familiares associados, consolidaram o que ficou conhecido como o consórcio fruticultor (COSTA, 2004), e a partir de então iniciaram, em 1996, um trabalho de manejo florestal de açazais e outras práticas agroecológicas nas áreas de várzea do município, trabalho este que se tornou referência, repercutindo em toda região.

Este fato é confirmado nas palavras de Sobrinho (2006, p. 25):

No ano 2000, foi elaborado um programa de educação em Gestão de Empreendimentos Econômicos Associativos, investindo na profissionalização de jovens rurais em cooperativismo, informática, planejamento de negócios e outras atividades desenvolvidas com a pedagogia da alternância. Os produtores, por sua vez, se articularam em uma Comissão Regional de Comercialização, envolvendo três cooperativas e 44 associações de produtores dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Cametá e Igarapé-Miri, que planejam de maneira conjunta a produção e

efetuem operações de comercialização coletiva de abrangência regional. Como resultado dessa nova estratégia, conseguiu-se uma significativa melhoria na gestão das cooperativas e uma grande ampliação na comercialização de açaí por parte dos produtores organizados na região do Baixo Tocantins. Entre os anos de 2000 e 2005, o volume de açaí comercializado anualmente aumentou 40 vezes, passando de 81 a 3.200 toneladas. Trabalhando com 904 famílias na comercialização de açaí da safra 2004/2005, as cooperativas de produtores organizados alcançaram um faturamento bruto de R\$ 1,9 milhões”

Estas estratégias, articuladas a um processo de conscientização dos ribeirinhos da comunidade Campompema, favoreceram que, de início, 22 famílias produtoras de açaí estivessem dispostas a se associarem à COFRUTA no ano de 2000, e posteriormente esse número subiu para 28 famílias produtoras, que resolveram fazer parte desta cooperativa e resolveram aderir à luta para se obter o reconhecimento da importância deste fruto a nível internacional.

A comunidade Campompema apresenta uma realidade onde ocorrem estratégias de organização conjunta de sua produção, e a atividade cooperativista é tida como uma alternativa real de organização para as famílias de ribeirinhos produtores de açaí. A partir da observação da atividade econômica voltada para a produção do açaí nesta comunidade percebemos que os produtores cooperados se beneficiam das vantagens de fazer parte de uma cooperativa.

Este fato se consolidou já no ano de 2003, quando a necessidade de reconhecimento do fruto do açaí como um produto agroecológico de origem orgânica, uma vez que sua produção é feita sem o uso do fogo ou de qualquer insumo químico, proporcionou uma série de articulações entre as cooperativas e uma empresa multinacional, a SAMBAZOM, que exporta a polpa de açaí congelado para os Estados Unidos, no intuito de conseguir esta certificação. Fato consolidado, segundo Sobrinho (2006, p. 26):

O diploma de certificação do açaí foi obtido em 2003 através da agência *Guaranteed Organic Certification Agency (Goca)*, possibilitando um grande diferencial no processo de comercialização, já que os compradores de açaí orgânico aceitam contratos seguindo as normas do comércio justo.

Esta certificação favoreceu, além da obtenção de melhores preços para o açaí produzido, a conquista de novos mercados para este produto. Na comunidade Campompema esta certificação foi comemorada pelas famílias cooperadas, uma vez

que, segundo Sobrinho (2006), *“a média dos preços pagos pelo açaí orgânico superou em 25% os preços praticados pelos atravessadores da região”*.

Em entrevista com um cooperado da comunidade de Campompema, o mesmo explicou que a relação com a cooperativa acontece da seguinte forma:

A cooperativa vende uma lata de açaí, dependendo do período, safra e entressafra, varia muito, mas pra entender melhor vamos colocar um valor de R\$ 20,00 a lata. Daí se tira uma taxa de R\$ 0,50 a R\$1,00 por lata, que se refere ao custo operacional, pra cobrir os gastos que a cooperativa teve. Depois nós pagamos mais ou menos 10% do valor arrecadado que vai para a manutenção da cooperativa. No total dá em torno de 15 a 20% que nós deixamos com a cooperativa. Mas ela é quem banca todo o custo de transporte e carregamento do produto (cooperado de Campompema).

Observamos aí que a negociação com o comprador final é feita diretamente pela cooperativa, que se responsabiliza em transportar o produto e entregá-lo ao comprador, arcando com os custos do processo. Fato que pode ser cômodo para os produtores cooperados, que só se preocupam em receber o valor negociado no final do processo.

Na pesquisa bibliográfica realizada para o referido trabalho, encontramos em Costa (2004, 6) esse processo como uma prática comum entre as cooperativas:

É retirado de cada lata entregue a cooperativa o valor de R\$0,50 (cinquenta centavos) referente ao que é chamado por eles de “custo operacional”, ou seja, esse valor é utilizado para cobrir os gastos com reuniões, combustível, salários das pessoas que fazem parte da comissão, gastos com material didático e de expediente, pagamento dos trabalhadores na pedra, carregadores. Esse valor de R\$ 0,50 cinquenta centavos é calculado a partir da soma de todos os gastos incorridos ou que poderão incorrer durante o processo produtivo e dividido pelo nº de latas projetadas para serem comercializadas.

O custo de R\$ 0,50 indicado pelo autor se refere ao valor de R\$ 10,00 de cada rasa de 14 Kg, que, dependendo do valor negociado pela rasa pode aumentar ou diminuir. Este autor identificou uma média de 20% de custo que o produto tem com as taxas da cooperativa, ou seja, a taxa definida como custo operacional e outra no valor de 10% do total arrecadado, onde o mesmo descreveu da seguinte forma:

Ainda é retirado 10% (dez por cento) do valor de cada lata entregue a cooperativa destinado para constituição de um fundo para o consórcio, esses valores são utilizados na organização da produção, nos gastos com fechamento de novos contratos, na realização de reuniões, etc. Esse valor percentual partiu de um acordo entre as organizações e é cobrado de todas os produtores que fornecem frutos para o consórcio (COSTA, 2004, p, 06).

Na comunidade Campompema encontramos ribeirinhos produtores cooperados que nos últimos anos tem celebrado, através da COFRUTA, convênios com empresas estrangeiras ou de outras regiões no intuito de fornecer seus produtos, além do açaí. Indústrias como a Natura, empresa brasileira de cosméticos e produtos de perfumaria, que, neste início de década tem ampliado seus estudos para obter produtos a partir de recursos do extrativismo amazônico, como por exemplo, o corante resultante do caroço do açaí, a amêndoa do murumuru (*Astrocaryum Murumuru*), o buriti (*Mauritia flexuosa*), o óleo da andoriba (*Carapaguaiensis*), etc. entretanto, a atividade que tem se demonstrado mais lucrativa é mesmo o extrativismo do açaí, pois este tem um incentivo constante, devido à crescente demanda por este produto nos últimos anos.

Nesta comunidade encontramos exemplos de pessoas cooperadas que obtiveram melhores condições de venda e rápido comércio para seus produtos, como o exemplo indicado abaixo, a partir de uma entrevista com a senhora Madalena, cooperada há quatro anos:

Eu produzi esse ano R\$14.621,00 por conta da venda de Murumuru e ano passado a venda de açaí e Murumuru foi produzido cerca de R\$8.400,00 na venda de Murumuru e de açaí R\$ 5.000,00 então fica cerca de R\$1.000,00 por mês para administrar, esse ano eu já recebi R\$14.621,00 e ainda vou receber da venda do açaí cerca de R\$10.000,00, sendo assim R\$10.000 com mais R\$14.621,00 dá R\$ 24.621,00 e dividindo por 12 dá pra ter uma renda mensal, para três pessoas, de R\$2.000,00, então dá pra se manter, a 4 anos atrás eu não tinha nem canoa para atravessar o rio, agora eu já comprei uma parábólica bonita, tenho antena para celular, tenho uma casa bonita, então eu acho que a coisa está melhorando. (Madalena, cooperada da Comunidade Campompema)

A entrevista foi realizada no fim da safra de açaí do ano de 2013, e fazia referência também à safra do ano anterior (2012) buscando mostrar o crescimento

de sua produção e, conseqüentemente, dos benefícios advindos de fazer parte da cooperativa, que conseguiu rapidamente um bom preço para a sua produção.

Confirmando as vantagens em termos de obtenção de mercados e benefícios materiais provenientes da relação com a cooperativa, o senhor Brito, presidente da COFRUTA, indica as estratégias da cooperativa para tal sucesso.

Nós trabalhamos com o sistema monetário familiar que visa manter a pessoa na área (de cultivo) e trabalhar para agregar a renda daquele produto, uma experiência muito importante no município de Abaetetuba. Nós temos alguns agricultores que cultivam uma diversidade de produtos como açaí, cajá, etc. e que formam a sua renda familiar daquele lote de terra em uma diversidade de meses, então são 9, 12 meses. (Seu Brito, presidente da COFRUTA).

Este sistema de cultivo familiar busca valorizar ao máximo a produção de cada cooperado, insistindo na produção local e fixando cada trabalhador à sua terra, garantindo que os mesmos possam tirar seu sustento o ano todo dos produtos de sua propriedade.

De maneira geral, como indicado no início do presente capítulo, compreendemos que a atividade extrativista não deve ser compreendida no presente trabalho de acordo com a visão simples, de atividade arcaica e atrasada, conforme indicado por Homma (1992), Benchimol (1992) e Amim (1997), que afirmam que essa atividade tem sido a causa dos empecilhos que dificultam o desenvolvimento socioeconômico regional, gerando e reproduzindo a pobreza, pois não estimula a modernização dos processos produtivos e contribui para a manutenção de relações socioeconômicas injustas.

Temos que compreender a atividade extrativista como uma atividade integrada, com uma intensa relação do homem com a natureza, e que favorece e é favorecida por uma reprodução socioespacial de milhares de famílias que sobrevivem desta atividade, e que através dela garantem e reproduzem a sua territorialidade.

Assim, compreendemos que o manejo de açazais nativos e o conseqüente plantio desta palmeira no intuito de se retirar o fruto e garantir a ampliação da renda monetária advinda do mesmo, é resultante de um processo que já dura milênios, onde, segundo Marinho (2009), os povos nativos da Amazônia já praticavam o manejo do açaí e a eliminação de espécies consideradas menos atrativas do ponto

de vista da subsistência, favorecendo na paisagem, a predominância de açazais sobre outras espécies nativas.

Na comunidade Campompema, em virtude da intensa valorização do açaí nas últimas três décadas, o sistema de manejo tem sido empregado de forma cada vez mais efetiva, proporcionando intensas mudanças na obtenção do açaí, garantindo uma produção mais eficiente. Em entrevista com um cooperado desta comunidade, o mesmo indicou que, a partir da prática de manejo (figura 11), sua produção chegou a triplicar:

Quando eu aderi à cooperativa, há mais ou menos 10 anos, no meu terreiro, que deve dar hoje mais ou menos dois hectares eu conseguia retirar entre cinquenta e cento e cinquenta latas por cada hectare na safra do açaí. Quando a cooperativa começou a prestar assessoria pra nós da comunidade, orientando novas formas de manejo do açaí, eu passei a tirar entre 400 e 480 latas por hectare durante as últimas safras. Tem sido muito bom o resultado (Anderson, cooperado da comunidade Campompema).



Figura 10 - Área típica de Açai manejado em Abaetetuba, Pará, 20/03/2013 (créditos do autor)

Esses resultados, segundo o cooperado, só puderam ser obtidos a partir de orientações vindas através da cooperativa, que organizou os produtores para os

mesmos poderem obter melhores condições de produção do açaí sem precisarem buscar outras alternativas de complementação de sua renda.

O mesmo entrevistado ainda complementa suas colocações afirmando o seguinte:

Desde o ano de 2003 eu também passei a cultivar o açaí no meu terreiro e então eu consegui melhores condições para ter uma safra melhor. De lá pra cá, graças a Deus, eu nunca mais soube o que era ter dificuldade pra conseguir comprar as coisas lá pra casa (Anderson, cooperado da comunidade Campompema).

Além deste entrevistado, outros cooperados ainda afirmaram que passaram a cultivar em suas terras a palmeira do açaí para conseguir ampliar sua produção e não depender apenas da busca pelo açaí nativo. Ademais, as práticas de manejo são hoje realizadas entre quase todas as famílias produtoras de açaí da comunidade Campompema, mesmo aquelas que não são integrantes da cooperativa. Este fato decorreu da conscientização através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba e do MORIVA, que junto com a COFRUTA, passaram a incentivar essas práticas, contribuindo assim com o aumento da produção do açaí nesta comunidade.

Diante disso, temos uma questão intrigante: Se mesmo os produtores não cooperados conseguiram realizar práticas de manejo e obter uma maior produtividade com relação ao açaí, conseguindo com isso uma maior lucratividade, o que leva os cooperados a permanecerem na cooperativa?

A resposta veio através de uma análise mais aprofundada a respeito da estrutura da cooperativa, ou seja:

As cooperativas, que são regidas por uma Legislação específica, a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que as define como uma associação independente de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de uma organização, com força de pessoa jurídica, voltada a buscar, numa economia de mercado, o justo preço de seus produtos e serviços, por meio da solidariedade e da ajuda mútua, de propriedade conjunta e gestão democrática (PEREIRA, 2008, 118).

Dessa forma, a cooperativa é uma organização com força jurídica, podendo firmar convênios com empresas e instituições e negociar livremente os valores de seus produtos a partir de estratégias de mercado. Pode também participar de concorrências públicas para fornecer seus produtos aos governos locais e regionais,

disputando mercado com outras empresas. Além do mais, o que se tem observado muito comumente é que muitas empresas exigem a certificação de qualidade e de origem dos produtos. Essas exigências são cumpridas pelas estratégias coletivas advindas da cooperativa, que sempre está buscando se inovar para conseguir aumentar a participação e a produtividade de seus cooperados.

A dificuldade que temos é de inserção no mercado, o mercado é muito exigente, essa questão de gestão sempre tem que ser incentivado. E como a cooperativa em si ela não tem recurso para modernizar existe essa dificuldade, porque precisa de equipamentos caros, há a dificuldade de celebrar convênios, porém sempre trabalhamos isso e a COFRUTA tem crescido graças a isso, já conseguimos uma ajuda de R\$100.000,00 do governo de onde usamos R\$ 30.000,00 para comprar uma câmara frigorífica, conseguimos valores para compra de equipamentos também pela UFPA e também com o apoio da Natura. (Cláudio Brito, cooperado de Campompema)

O mesmo entrevistado prossegue afirmando:

No caso da Natura celebramos um convenio e já recebemos o prédio pronto com o valor estipulado e depois celebrou outro convenio para compra de equipamento, onde foi cerca de R\$ 410.000,00 entre construção, equipamento, treinamento, etc. Existe outro prédio que temos uma dívida, conseguimos um empréstimo em 2001 do governo do Estado no valor de R\$ 195.000,00 e já pagamos uma pequena parcela e estamos pedindo isenção da dívida porque não temos condição para pagar, procuramos uma pessoa jurídica para fazer um documento e encaminhar para o governo, pedindo isenção da dívida porque no contrato diz que o valor pode ser pago por meio de trabalhos sociais e esse tipo de trabalho a COFRUTA fez e faz. A COFRUTA criou duas cooperativas em Igarapé-Miri, uma em Cametá, uma em Santo Antônio do Tauá e praticamente criamos a do Mojú. Pretendemos conseguir uma para Barcarena”.(Cláudio Brito, cooperado de Campompema)

As dificuldades existem e são muitas, entretanto, a organização da cooperativa proporciona que a mesma tenha melhores condições de firmar estas parcerias enquanto entidade jurídica do que os produtores de forma individual teriam. Assim, os cooperados podem ter condições de negociação garantida para seus produtos, obtendo melhores preços e condições de pagamento.

Outra questão que responde ao questionamento supracitado é o fato de que, para a maioria dos cooperados entrevistados, o aumento da renda e os benefícios

materiais são muito importantes, entretanto, os benefícios para a comunidade como um todo são tidos como essenciais, e os mesmos indicam sempre isso em suas falas.

Ainda existem famílias produtoras de açaí em Campompema que não se interessaram em fazer parte da cooperativa. Há diversas razões expostas por entrevistados para não participarem, mas a que mais chamou-nos a atenção foi o fato de ainda haver desconfiança com relação à cooperativa, ou às vezes devido ao fato de não se interessarem em se organizar de forma coletiva, pois acreditam que o lucro individual pode ser maior. Isso ocorre devido à cooperativa, de acordo com seus princípios, não dividir o lucro entre os associados, pois o mesmo é revertido para novos investimentos em infraestruturas e para o pagamento de despesas da cooperativa.

4.3 – Extrativismo do açaí na comunidade do Capim a partir de estratégias individualistas

A comunidade do Capim, apesar de possuir uma extensão territorial maior que a da comunidade Campompema (cerca de 1223 hectares contra 450 de Campompema) e menor porção de várzea em termos percentuais, pois possui mais da metade de seu território formado por áreas de terra firme, possui extensas áreas de açais nativos e cultivados, onde a produção da ilha, segundo pesquisas *in loco*, ultrapassa as 20.000 rasas de açaí durante a safra, intercaladas entre muitos pequenos e poucos grandes produtores desta comunidade.

Nesta, das 180 famílias, cerca de 10 possuem alguns de seus membros exercendo atividades de funcionários públicos, porém, todas praticam a atividade extrativista, seja da pesca ou do açaí. Entretanto, existem grandes diferenças entre alguns produtores, pois observamos, a partir das entrevistas, que produtores considerados como grandes na comunidade, retiram, por safra, uma média de 15 mil a 20 mil latas em conjunto.

Este fato proporciona uma enorme disparidade entre esses grandes produtores e os demais em termos de obtenção de renda e benefícios, como melhores residências e estruturas, instrumentos de trabalho e locomoção, como barcos em melhores condições e motores geradores de energia. Todos esses benefícios advindos da produção e comercialização do açaí.

Não encontramos nesta comunidade nenhuma referência a alguma cooperativa ou que qualquer produtor local que fosse associado à COFRUTA, que é a mais influente cooperativa da região, ou qualquer outra cooperativa do município de Abaetetuba ou da região. Mesmo os produtores considerados grandes ou os outros não indicaram nenhum tipo de organização conjunta de sua produção e nem para a comercialização de seu produto. Entretanto, encontramos outras formas de organização que, de forma geral, influenciam na vida, na produtividade e na territorialidade das famílias que ali vivem. Verificamos a organização da colônia de pescadores, muitos moradores se identificaram como participantes do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e das Várzeas de Abaetetuba – MORIVA, a associação Agroextrativista da ilha do Capim e as comunidades eclesiais de base, vinculadas à igreja católica.

Em entrevista a respeito da importância dessas organizações para a comunidade do Capim, o senhor Almir Pereira, presidente da Associação Agroextrativista do Capim, afirma:

Olha, pra mim está muito claro. O importante nisso tudo é lutar por tudo o que seja necessário para a vida desse povo. Fazer com que todo mundo possa afetar políticas públicas do governo federal que às vezes os dinheiros são desviados e ficam aí pegando mofo no banco por falta de organização estrutural das ONGs, o dinheiro até volta. Então nosso grande papel hoje pra mim está bastante claro no sentido que agente, através de uma associação a gente vai acessando as políticas públicas do governo e fazendo chegar na ponta, que é aqui no campo onde a gente mais precisa. Seja lá qual for o governo que estiver no poder, mas se o povo não estiver organizado através das ONGs, sindicatos, dificilmente vão chegar os resultados do governo pro povo, isso aí está bastante claro que tudo isso só vem através da luta. Não é formar uma associação que o governo vai encher de dinheiro lá. Pra nós está bastante claro que isso é um instrumento de luta que a gente tem pra acessar as políticas do governo, mas também a parte de organização do assentamento. Nós não criamos a associação somente para acessar as políticas do governo, mas sim para trabalhar a organização do assentamento para a melhoria da qualidade de vida do povo (Almir Pereira).



Figura 11 - Área da Reserva agroextrativista da Ilha do Capim 17/03/2013 (créditos do autor)

Das formas de produção e atividades econômicas nesta comunidade, além daqueles que são funcionários públicos, encontramos cerca de um terço, ou 60 famílias, que sobrevivem quase que exclusivamente da pesca, um terço que sobrevive intercalando entre a pesca e o extrativismo, e o restante que vive exclusivamente do extrativismo e manejo do açaí. A situação curiosa é que mesmo aquelas famílias que não extraem o açaí para o comércio, o fazem para o autoconsumo, pois todos possuem, em maior ou menor grau, a sua plantação de açaí no seu terreiro. Ou seja, da mesma forma que o restante do município de Abaetetuba e dos vários municípios do Baixo Tocantins, o açaí para esta comunidade é um elemento essencial para a subsistência. Observamos também que nos últimos anos várias famílias que tinham no pescado a sua principal fonte de renda estão buscando diversificar suas atividades em virtude das crescentes dificuldades para se conseguir sobreviver exclusivamente desta atividade:

tá cada dia mais difícil conseguir sustento somente do pescado, dependendo da época do ano, todo dia pegamos menos peixe, às vezes mal dá pra bóia. Quando precisamos mesmo temos que sair dias atrás dos cardumes até conseguir o suficiente para ter uma renda mais ou menos, é muito sacrificoso (Pescador da Comunidade do Capim).

Foi muito comum, nas entrevistas, essas referências à redução do pescado e também às dificuldades de se conseguir obter uma renda satisfatória a partir da atividade da pesca. Muitas famílias indicaram a importância da pesca em suas vidas, mas admitiram que não conseguem melhorar de vida com esta atividade. Porém, com o açaí tem sido diferente, foi comum a indicação: “*o peixe pode falhar, mas o açaí não falha*” ou “*tendo o açaí já tem metade da boia*”, ou seja, a constatação do açaí enquanto produto de alto valor alimentício, cultural e simbólico para essas pessoas tem coincidido com o fato de que nas últimas décadas tem ocorrido muitas mudanças em virtude do crescente aumento da demanda pelo açaí nos mercados regionais e externos.

Além do mais, essas mudanças na apropriação deste recurso demonstram mudanças no território e remetem à indicação de Saquet (2009), que afirma que o território é considerado produto de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve um grupo social. No caso da comunidade do Capim, pode-se dizer que mudanças significativas em relação à socioeconomia ribeirinha, vinculadas à valorização do açaí, processadas a partir da década de 2000, ensejaram novas formas de apropriação e/ou uso do território.

Hiraoka (1993) afirma que as ilhas de Abaetetuba têm passado por uma “*açaização*” devido ao crescente aumento da produção deste produto. Fato constatado na Comunidade Capim, onde vastas áreas de várzea estão tomadas por açcaizais cultivados e manejados pelos moradores desta comunidade. Além da valorização econômica, a produção do açaí pode ser realizada também por aqueles que não têm condições de sair para a pesca ou mesmo pelas mulheres e crianças, fato constatado em Leitão (1997, 75):

O açaí não exige muitos investimentos para aquisição de equipamentos, tampouco exige o afastamento para áreas distantes da Ilha, como a pesca. Assim essa atividade pode ser realizada por mulheres e crianças ou pelos homens idosos, que já não saem mais para ir pescar. Na maioria dos casos a venda do açaí é feita através de marreteiros, i.e., compradores vindos de Abaetetuba ou da região de Belém. Eles chegam em suas embarcações com empregados que sobem nas palmeiras para colher os

frutos. O pagamento é feito imediatamente, no momento em que o marreteiro leva o produto. Muito raramente o proprietário do açaizal coleta ele mesmo (ou seus filhos) o produto.



Figura 12 - Habitantes da Comunidade da Ilha do Capim, 17/03/2013 (créditos do autor)

Diferentemente da pesca, que é realizada quase que exclusivamente por homens adultos, as mulheres, os idosos e as crianças podem se envolver na atividade de extração, cultivo e manejo do açaí. Entretanto, fato comum observado nesta comunidade são marreteiros vindos de outras comunidades e até de outros municípios, que negociam diretamente a produção do açaí com a população local.

Esses marreteiros muitas vezes já trazem os peconheiros para tirar o açaí, e é muito comum adiantarem um valor financeiro ou comprarem alguns bens para as famílias, como motores, rabetas ou até mesmo eletrodomésticos. Tudo isso para garantir a compra da produção destas famílias com exclusividade. Essa prática é observada também como uma estratégia para conseguir um preço mais baixo pela produção, obtendo maior lucratividade. Fato indicado no relato a seguir:

Na última safra do açaí eu tive que negociar antecipado uma boa parte do açaí que eu ainda ia tirar. Eu tava precisando de um motor novo pra minha rabetta e o marreteiro me adiantou um dinheiro, negociando a rasa a R\$ 8,00. Não foi bom negócio pra mim, mas tive que fazer (Seu Antonio, morador da comunidade Capim).

Este mesmo morador indicou ainda que muitas pessoas da comunidade comumente realizam essa prática, negociando o que ainda vão tirar na próxima safra, alguns o fazem por necessidades imediatas, outros afirmam que *“pode ser que não se consiga comprador logo e o açaí pode ser perdido”*.

Quando questionados se não havia interesse em se criar estratégias de organização conjunta, mesmo alguns dos grandes produtores da comunidade, indicaram que seria interessante a formação de uma cooperativa, ou mesmo o ingresso na COFRUTA, posto que todos os entrevistados indicaram que conheciam ou ouviram falar nesta cooperativa no município de Abaetetuba. As falas de dois entrevistados abaixo ilustram bem isso:

Seria bom né, organizar uma cooperativa, pois nós aqui somos muito carentes na nossa vida, às vezes, algumas famílias têm muito dinheiro na safra do açaí, a gente vê fartura mesmo, ficam “bamburrando” no dinheiro. Só que quando chega na entressafra e que coincide com o período do defeso do pescado, essas pessoas já não tem mais nada de dinheiro, acaba rapidinho. Se não fosse o açaí, passavam fome mesmo”. (Manoel Costa, morador da comunidade do Capim)

Quem sabe uma cooperativa pode sim funcionar, mas tem que reunir na associação de moradores e conscientizar esse povo, mostrar as vantagens que tem, pelo menos eu acredito que a gente possa pelo menos tentar. O problema é que ninguém se manifesta pra isso (Jairo, morador da comunidade Capim)

Entretanto, ao mesmo tempo em que muitas pessoas afirmavam que seria importante a formação de uma cooperativa, nesta comunidade, o índice de descrença no cooperativismo também chamou a atenção na hora das entrevistas. Foi comum ouvir de entrevistados a seguinte frase: *“Isso não dá certo não, esse povo aqui é muito egoísta, não pensam na comunidade, não pensam no dia de amanhã”*. A fala do entrevistado João Maciel ilustra essa diversidade de opiniões a respeito disso, como:

Eu não acredito que venha dar certo, pois cada um vende para si, o povo daqui são individualistas, pois ninguém teve a iniciativa de reunir com as famílias para demonstrar a importância e benefícios que uma cooperativa trará para a comunidade. Eu mesmo nunca ouvi falar disso aqui não (João Maciel, morador da comunidade Capim)

Estas opiniões divergentes foram encontradas em várias famílias, mesmo aquelas que não trabalhavam com o extrativismo do açaí, mas possuem alguma outra forma de produção, como a agricultura ou a pesca.

Entretanto, quanto mais nos envolvíamos nas entrevistas e conhecíamos as famílias, pudemos encontrar uma situação interessante com relação à organização da produção na comunidade. Em entrevista com a senhora Deusa Maria (figura 14), também integrante da associação agroextrativista, identificamos a seguinte situação:

O meu filho que está terminando agronomia diz que aqui deveria ter uma cooperativa, pois o nosso povo é muito lesado devido ao marreteiro. A marretagem é ruim, eles vêm muito do rio Caripetuba, do rio Xingu, ilha das Onças. Aí a gente vê que tem umas famílias que são mais avisadas e tem outras que não. Na época que tá ruim alguns já negociam o açaí do verão. Aí vem um cara que chega no porto deles e diz “aí amigo, se precisar eu te dou um dinheiro” e já diz quanto vai pagar pela rasa no verão (Deusa Maria)

O que mais chamou a atenção com relação ao fato indicado foi que o filho desta senhora faz parte de um grupo de estudantes da comunidade que, a partir de uma necessidade local, foram enviados para estudar no Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, e que possui uma enorme tradição na formação de profissionais voltados para a área agrícola. Esses estudantes realizam seus estudos a partir da estratégia da pedagogia da alternância, onde passam um tempo na escola, e de tempos em tempos voltam para suas comunidades para trabalharem seus conhecimentos na prática e difundirem novas estratégias de produção e conscientização das outras famílias locais.



Figura 14 - Dona Deusa Maria - Comunidade Capim, 17/03/2013 (créditos do autor)

Esse grupo passou a desenvolver na comunidade uma iniciativa que visa estimular a produção local a partir do aproveitamento da potencialidade de cada parte da Comunidade do Capim, e a partir daí pretendem criar uma incubadora para fortalecer essas iniciativas. Para isso, fizeram a divisão da comunidade em três áreas, onde, a partir de estudo prévio, identificaram a potencialidade mais viável em termos de produção. São elas: Área do Furo, onde incentivariam a construção de hortas; Área Marituba, onde incentivariam o plantio e o manejo do açaí e Área Caratateua, onde incentivariam a piscicultura através de tanques-rede.

Essas iniciativas estão voltadas para o fortalecimento da produção local e a redução da dependência dos mercados externos com relação a gêneros alimentícios de primeira necessidade, como verduras e proteínas, e também para incentivar o plantio racional do açaí para o maior aproveitamento econômico deste produto.

De início não há a pretensão de se criar qualquer cooperativa no intuito de garantir a comercialização conjunta desta produção, pois o que pudemos observar é que é uma iniciativa ainda embrionária:

O objetivo desta iniciativa não é somente a produção para a subsistência, mas também para o mercado. Para que cada família rompa culturalmente com a questão só de comprar, comprar. Temos que romper com esses paradigmas e quebrar essa dinâmica, caso isso dê certo poderemos estender para as demais famílias da comunidade Capim (Deusa Maria, moradora da comunidade Capim).

Dessa forma encontramos uma estratégia endógena, voltada para as necessidades da população local, com o objetivo de intensificar a produção na ilha e possivelmente melhorar a vida das pessoas envolvidas, reduzindo a sua dependência com relação ao consumo de produtos de outros lugares.

Nesta comunidade, apesar de não haver nenhuma cooperativa de produtores de açaí ou de qualquer outro produto, observamos que cerca de 90% dos açazais são trabalhados com técnicas de manejo. Essa conscientização para o manejo do açaí ocorreu devido à intensa procura por esse produto na última década, e devido à influência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do MORIVA e da AMIA na comunidade.

Observamos ainda que os ribeirinhos da comunidade do Capim que têm os terreiros e trabalham com o manejo do açaí, sejam os pequenos ou os maiores,

comercializam a maior parte de sua produção para os marreteiros, ou vendem para as empresas. Já negociam antes de colher por que acham uma segurança. Na safra quase todo mundo ganha, pois mesmo quem não tem terreiro acaba trabalhando no terreiro do outro, como peconheiro, debulhador, mas sempre tira o seu para viver. Não tem uma organização como uma cooperativa que organizasse os donos de açais para vender para uma empresa, uma organização. Não há nada criado com relação a isso. Apenas algumas ideias embrionárias. Porém, o individualismo ainda é muito forte.

Entretanto, fato constatado nesta comunidade é que é no período da safra do açaí que as pessoas conseguem obter condições para arrumar suas casas, comprar umas coisas melhores, por que a renda, segundo as entrevistas, aumenta muito. O grande problema detectado nesta comunidade é que, no período da entressafra, não há estratégias voltadas para se manter a renda da terra, diversificando a produção com outros produtos, e a renda das famílias cai bastante, proporcionando uma redução drástica da qualidade de vida e insegurança social.

Antes a pesca vinha em primeiro lugar, e depois o açaí. Hoje é o contrário, o açaí está melhor que a pesca, apesar da safra ser de poucos meses do ano. Entretanto, a ação dos atravessadores, impondo seus preços abaixo do praticado pelo mercado, acaba proporcionando que as vantagens advindas da produção do açaí nesta comunidade não sejam algo duradouro.

4.4 – Campompema e Capim: Diferentes estratégias, diferentes vantagens.

Nas referidas comunidades foram constatadas algumas situações que puderam nos direcionar a respeito das mudanças no modo de vida e nas formas de produção local, principalmente voltadas para a atividade extrativista e a consequente produção do açaí.

Na comunidade Campompema encontramos 28 famílias cooperadas que demonstraram grande satisfação referente à sua adesão à cooperativa COFRUTA. Estas famílias celebraram, nos últimos anos, um aumento médio na produtividade de suas terras, principalmente referentes ao açaí, onde foi constatado que, depois do incentivo ao manejo e ao aumento das áreas de extração e cultivo de açais, essas famílias puderam ter um aumento substancial médio de 50 a 150 latas por hectare para uma média de 400 a 480 latas de açaí em cada safra. Fato este

conquistado à custa de muito trabalho, incentivo e conscientização da importância cultural, social e econômica do referido fruto. Além do mais, a partir da adesão à cooperativa e aos incentivos dados por outras associações e movimentos incentivados pela própria cooperativa, os produtores da comunidade Campompema conseguiram um aumento médio de 25% nos preços obtidos por cada rasa produzida.

As vantagens em termos de organização são também registradas na maior possibilidade das famílias cooperadas conseguirem negociar diretamente com os grandes consumidores sem precisar passar pelos marreteiros ou atravessadores, que antes subvalorizavam a produção local, obtendo maior lucratividade do que os próprios produtores, que dispendiam boa parte do ano cultivando e manejando seus terreiros e preparando-os para a safra seguinte. Além do mais, pudemos identificar também que, com o incentivo da cooperativa, muitas famílias passaram a aproveitar outros gêneros extrativistas locais de crescente valor comercial, como o *murumuru*, a *castanha-do-pará*, o *cajá*, o *cupuaçu* e outros, complementando assim sua renda e reduzindo sua dependência exclusiva com relação ao açaí, que proporcionava elevada produção e benefícios apenas sazonais, deixando essas famílias sem alternativas no período da entressafra.

Benefícios materiais também foram identificados na comunidade Campompema, onde observamos que os ribeirinhos desta comunidade envolvidos com a produção extrativista e vinculados à cooperativa conseguiram nos últimos anos melhorias em suas residências em termos estruturais e materiais, como a obtenção de antenas para celulares, televisores novos, motores geradores de energia e novas embarcações ou montarias, de reserva de capital para o período de menor produtividade e crédito bancário para investir em sua produção.

Em Campompema os cooperados identificados não possuem mais o interesse crescente de deixar a comunidade em busca de emprego na zona urbana ou enviar seus filhos para a cidade em busca de qualificação que os tirasse do vínculo com a terra. Muito pelo contrário, observamos que muitas famílias têm membros que buscam qualificação na cidade para implementá-la na zona rural, proporcionando assim um reforço à territorialidade destas famílias, aumentando seu vínculo com a terra a partir de um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, conforme Raffestin (1993), e demarcando claramente seu território, tornando-os distintos e exclusivos (SOJA, 1971).

Na comunidade do Capim, apesar de não termos encontrado nenhum ribeirinho produtor de açaí vinculado a alguma cooperativa, identificamos que a maioria dos produtores entrevistados, fossem eles pequenos ou grandes produtores, possuíam algum conhecimento do trabalho da cooperativa COFRUTA no município de Abaetetuba. Estes mesmos produtores, apesar de se utilizarem de estratégias individualistas de produção e comercialização, sofreram influência das organizações sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, MORIVA e AMIA, dentre outros, para realizarem técnicas de manejo e cultivo dos açaizais em suas propriedades, conseguindo assim um aumento potencial de sua produtividade.

Entretanto, observamos também que a maioria dos ribeirinhos produtores de açaí na comunidade Capim sofrem as consequências de dependerem de marreteiros e atravessadores para poderem escoar sua produção, e não conseguem diretamente os ganhos advindos da grande valorização do açaí nos mercados interno e externo, pois esses atravessadores acabam subvalorizando o produto destes ribeirinhos, obtendo assim enorme lucratividade nas transações comerciais com os empresários produtores de polpas para exportação.

As melhorias em termos de obtenção de melhores preços, mercados, crédito bancário e benefícios materiais advindos do lucro da venda e comercialização do açaí na comunidade Capim concentram-se apenas nos poucos grandes produtores da ilha que têm condições de negociar diretamente com as empresas ou os consumidores finais a sua produção.

Há também nesta comunidade um crescente desinteresse de algumas famílias em manterem seu vínculo com a terra em virtude do fato de não conseguirem atingir políticas públicas efetivas voltadas para a qualificação profissional ou melhoria da qualidade de vida, ou aumento da renda local. Este fato proporciona que haja um constante movimento de êxodo para as zonas urbanas do município de Abaetetuba.

Ademais observamos que, apesar de haver influências de organizações sociais nesta comunidade, compreendemos que o fortalecimento de estratégias para a produção e comercialização conjunta característicos do cooperativismo, ainda não se desenvolveram na comunidade Capim, apesar de haver, por parte de alguns entrevistados uma necessidade direcionada para isso.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é o resultado de uma inquietação que não se resolve com sua conclusão, mas que se tornou ainda mais latente a partir do conhecimento mais aprofundado da realidade de algumas comunidades extrativistas do município de Abaetetuba. Ou seja, isso com certeza é apenas um incentivo para a continuidade das pesquisas acerca da dinâmica territorial e do modo de vida ribeirinho na região do Baixo Tocantins e em especial no município de Abaetetuba.

Não temos a pretensão de indicar todos os processos resultantes da produção extrativista nas comunidades Campompema e Capim no município de Abaetetuba, mas sim compreender como as formas de organização coletiva, com destaque para o cooperativismo, poderiam gerar impactos positivos para as comunidades ribeirinhas extrativistas.

As populações de ribeirinhos dessas comunidades possuem uma relação de identidade com seus territórios que ultrapassa os limites da simples moradia ou vivência. Realizaram construções simbólicas, econômicas, políticas. É a chamada multidimensionalidade do território, que para as mesmas é uma realidade que observamos facilmente a partir dos usos do território que estas realizam, e comumente demonstram a lógica da resistência perante os diferentes processos que se desenvolvem no entorno das mesmas, no município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins e na região amazônica como um todo.

O setor produtivo do açaí, que cada vez mais ganha relevância na economia ribeirinha deste município e que, graças à considerável potencialidade produtiva nas áreas de várzea desta região, também favorecida pelas condições naturais propícias ao desenvolvimento desta fruticultura, e à grande aceitação no mercado local, regional, e internacional, sobretudo a partir dos anos 1990, situa a região das Ilhas de Abaetetuba entre os principais produtores de açaí do Estado do Pará.

Assim, o açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*) tem se destacado como componente do ecossistema de várzea nas Ilhas de Abaetetuba pela facilidade de reconstituir o revestimento florístico destas áreas, além de exercer importante papel na dinâmica territorial ribeirinha, sobretudo no que concerne ao uso do território pelas práticas econômicas envolvendo estes agentes.

Desta feita, tal importância não decorre somente pelo caráter alimentar (valor de uso), ou pela sua capacidade de recomposição florestal, mas progressivamente

da possibilidade da geração de renda monetária com a comercialização (valor de troca) desse fruto. De fato, atualmente, os circuitos comerciais desse produto tornaram-se muito mais abrangentes do que aqueles de outrora.

Esse destaque do açaí vem se consolidando por seu impacto positivo na economia abaetetubense. A produção de frutos *in natura*, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açazais nativos manejados e de cultivos implantados, principalmente nas áreas de várzea. Ou seja, seu padrão produtivo está sendo alterado, de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado, em função da crescente procura no comércio regional e nacional.

Esta potencialidade natural na produção do açaí nas comunidades ribeirinhas de Campompema e Capim valoriza economicamente a produção deste fruto, atraindo iniciativas de caráter local, através da organização de diversos grupos de atravessadores com destino às cidades mais próximas, como Abaetetuba, Igarapé-Miri, Belém, e de outros seguimentos empresariais que visam a exportação do açaí. Estes últimos, porém, por estarem organizados em cadeias comerciais mais amplas, acabam obtendo retorno financeiro maior que do próprio produtor rural através da agregação de valor na exportação deste produto.

A constatação de que as famílias de ribeirinhos produtores de açaí cooperadas da comunidade Campompema obtêm melhorias de ordem material, técnica e financeira a partir de sua adesão à cooperativa, é fato comprovado. Entretanto, ainda ocorreram situações que nos direcionaram para conclusões divergentes disso, como o fato de apenas 28 famílias serem cooperadas em Campompema, e também ao fato de que, além da cooperativa, tanto em Campompema quanto na comunidade do Capim, existem ainda diversos movimentos sociais de presença e atuação constante em ambas as comunidades, organizando, conscientizando, buscando revigorar o modo de vida e a produção dos ribeirinhos, vinculando-os às suas tradições e costumes, valorizando seus produtos a partir do conhecimento empírico, para que os mesmos tenham melhores condições de se fortalecer perante os intensos processos referentes aos avanços do modo de vida urbano e da mercantilização da natureza.

Há diferenças enormes com relação às estruturas produtivas e à qualidade de vida entre os ribeirinhos das duas comunidades, e existem produtores tanto de Campompema quanto no Capim que não fazem parte da cooperativa, negociam sua

produção direto com marreteiros e atravessadores, e mesmo assim possuem condições financeiras, materiais e logísticas que se destacam perante o restante da sua comunidade.

Constatamos que há sim vantagens no cooperativismo, entretanto, não podemos afirmar definitivamente se o fato das famílias do Capim não estarem vinculadas a nenhuma cooperativa é a principal causa de os mesmos serem mais dependentes da ação de marreteiros e atravessadores, pois as organizações sociais existentes na comunidade estão presentes na luta por maior conscientização, melhores condições e acesso a políticas públicas para todos os seus habitantes, independentemente de como vivem, produzem ou trabalham.

As pesquisas nos levaram a constatar que os recursos naturais amazônicos, com destaque para os produtos do extrativismo vegetal não-madeireiro, tem se tornado nos últimos anos uma alternativa para as milhares de famílias da região. E também que a extração, o cultivo e a comercialização do fruto do açazeiro *in natura*, além de representar uma possibilidade economicamente viável, (de excelente rentabilidade), pode significar ainda, conservação enquanto recurso natural, eficiência produtiva e equidade social, exercendo, assim, efeito econômico e ecológico positivo sobre a conservação de açazais.

Fato também constatado é que os ribeirinhos extrativistas do município de Abaetetuba estão buscando alternativas no intuito de obter melhorias econômicas a partir de sua produção e, principalmente, consolidar sua identidade enquanto ribeirinhos, pescadores, extrativistas, agricultores, valorizando sua produção local e consolidando sua territorialidade. E que existem diversas iniciativas criadas e incentivadas pelos próprios ribeirinhos para tal fato. Ou seja, hoje existem estratégias endógenas para a melhoria de vida de populações tradicionais da região do Baixo Tocantins e do município de Abaetetuba.

6 – REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo: Paradigmas do Capitalismo agrário em questão. Hucitec. São Paulo, 1998.
- ALMEIDA, Rogério (2010): Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. Estudos Avançados, vol.24 no.68, São Paulo,
- ALMEIDA, Inaide Corrêa de: O papel da pesca na Eficiência Reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins: O caso do município de Mocajuba – PA. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.
- ANDERSON, A. et al. (orgs). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Curitiba. Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/Fundação Konrad Adenauer/Relume Dumará.
- ARAMBURU, M. (1992), "O poder dialógico. Etnografias sobre relações de trabalho na Amazônia". Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp.
- ATLAS Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- AZEVEDO, James Ribeiro de: Tipologia do sistema de manejo de açais nativos praticado pelos ribeirinhos em Belém. Estado do Pará. Dissertação de mestrado do programa de pós graduação em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável. UFPA, 2005. Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos – ENG, Porto Alegre, 2010.
- BECKER, Bertha K. (2007). *Amazônia: Geopolítica na virada do terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Garamond.
- BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio (2010) *Brasil, uma nova potencia regional na economia mundo*, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
- BUENO, Magali F. (2004) A construção de um imaginário brasileiro sobre a Região amazônica. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 80, p. 34-61.
- CARLOS, A F. A (1996). *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo. Hucitec.
- CASTRO, Edna. (2005) Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In *Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: uma agenda de debate*/Maria Célia Nunes Coelho; Armin Mathis, organizadores – Belém: UFPA/NAEA.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

- CLEMENT, Charles R. FRUTAS: À Espera de Mercados. Coleção Amazônia: a Floresta e o Futuro ed. 2. Scientific American Brasil. São Paulo, Duetto editorial.
- COSTA, Francisco de Assis: Formação rural extrativista na Amazônia – os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970) – Belem: NAEA, 2012.
- CRUZ, M.J.M. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. São Paulo, 2007. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – Departamento de geografia, Universidade de São Paulo.
- CRUZ, Valter do Carmo: *Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia (dissertação de mestrado)* Universidade Federal Fluminense, 2006.
- DEPONTI, Cidonea Machado. *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural publica do Rio Grande do Sul*. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Tese de doutorado, Porto Alegre, 2010.
- DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=424. Acessado em 22/03/2014.
- EMPERAIRE, L.; LESCURE, J.-P. (2000). Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, L (org.) *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP.
- FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE. *Relatórios anuais da Fase Programa Amazônia/Pará*. Belém: Fase, 2001-2005.
- FERREIRA, Denison da Silva :*Território e territorialidade nas ilhas de abaetetuba-pa: dinâmica ribeirinha nas comunidades de maúba e baixo- itacuruçá*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA, 2011.
- FERREIRA, Denison da Silva e PINHEIRO, Pedro Wander dos Santos: *A cultura do Açaí na Várzea Amazônica: Circuito Espacial Produtivo e Comercial do Açaí nas Ilhas de Abaetetuba/Pa*. Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos – ENG, Porto Alegre, 2010
- GONÇALVES, Carlos Valter Porto. *Amazônia, Amazônias – São Paulo, contexto*, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- _____ . Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Rio de Janeiro: UFF, Ano XI, n. 17, mar/2007a. (p. 19-44).
- HÉBETTE, Jean; MOREIRA, S. Edma. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos do estudo do campesinato na Amazônia**. vol. 2. Belém: EDUFPA, 2004.
- _____, Jean: “O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense”: in CASTRO, E.M.R & HEBETTE, J. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Cadernos NAEA 10, UFPA, Belém, 1989.
- HOMMA, Alfredo K. O. Et Al: Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.
- HURTIENNE, Thomas Peter. (2005). Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Novos Cadernos NAEA. V8, nº 1, p. 19-71.
- IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003
- IBGE <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/pevs2010.pdf>
- _____ Censo demográfico. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- _____ Produção da extração vegetal e da silvicultura 2010, Rio de Janeiro, v. 25, 2010.
- ISAAC, V. J. ; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 11, n.2, 1995. (Série Antropologia).
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972 (1899).
- LÊNIN, Vladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).
- LEITÃO, Wilma M. 1997. *O Pescador Mesmo. um estudo sobre as políticas de crédito para o setor pesqueiro no Brasil* (Dissertação). UFPA, Mestrado em Antropologia. 168p.
- LOUREIRO, Rafkalefsky. Violeta. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém, CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana nº 1).
- _____, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Uma História de Perdas Danos, um futuro a (Re)construir**. Estudos Avançados 16 (45), NAEA, 2002.

- MARINHO, Vicka de Nazaré e MARINHO, José Antônio Magalhães: Campesinato Ribeirinho e o Extrativismo do Açaí em São Sebastião da Boa Vista, ilha do Marajó-Pa.
- MARQUES, Gilberto de Souza. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. **Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro 2007.**
- MARQUES, Maria Estefania Farias e SILVA, José Luis Gomes da: *a cadeia produtiva do açaí*. Anais do XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, Paraíba, 2009.
- MEDEIROS, Fábio: Noções de Cooperativismo <http://peraus.globo.com/educacao/educacao-e-carreiras/sociologia-e-filosofia>. Acesso em 10 de out. de 2011.
- MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR., J.F. O extrativismo em tempos de globalização. In: *Sociedade Brasileira de Sociologia*, 13. Recife. Anais. Recife: SBS, 2007.
- MOURÃO, Leila. **Do Açaí ao Palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico**. 01. ed. Belém: Editora Açaí, 2011. v. 400. 391p.
- NAHUM, João Santos. **Região, Discurso e Representação: A Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. Boletim de Geografia de Maringá, v. 29, n. 2 p. 17-31, 2011.
- _____. DE RIBEIRINHA A QUILOMBOLA: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. 79-103, ago., 2011.
- NABOZNY, Almir e RODRIGUES, Danilo Associativismo rural: avanços e retrocessos no desenvolvimento socioespacial na Comunidade de Guamirim - Irati/PRREVISTA CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. 264-286, ago., 2011.
- NEVES, Josélia Gomes. Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível. P@rtes (São Paulo), São Paulo, 2005.
- NICACIO, Jose Angelo. **Alianças estratégicas entre agroindústrias integradas em cooperativas**. 1997. Dissertação de mestrado (mestrado em engenharia da produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1997.

Disponível em <http://www.eps.ufsc.br/disserta97/nicacio/cap2.htm#2.1.3>. Acesso em 15 de Setembro de 2013.

- OLIVEIRA, Francisco: Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa de gestão pública e cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.
- PEREIRA, Adelmo Bittencourt, cooperativismo de credito rural e sua influencia no desenvolvimento local: estudo de caso da Sicoob Sertão, Pintadas – BA, Dissertação de mestrado, Universidade Salvador – UNIFACS, 2008.
- PEREIRA, Francineide de Nazaré Valente, VAVIER, Maria do Socorro Ferreira e BARBOSA, Marinilde Rodrigues. A importância do açaí como fonte de geração de renda no município de Abaetetuba-pa. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém, 2013.
- PINTO, Lúcio Flávio (2008) Tem futuro o futuro? Coleção Amazônia: a floresta e o futuro ed. 3. Scientifcan American Brasil. São Paulo, Duetto Editorial.
- _____(2002) Internacionalização da Amazônia. Belém, Ed. Jornal Pessoal.
- PLOEG, J. D. van der. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4, p. 391-408, 2000.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993.
- REGO, José Fernandes do: Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf. Acesso em 13/02/2013.
- SACK, R. D. Human territoriality: its tneory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SALAZAR, S. N. Economia Solidária: Possibilidade de construção de uma nova sociedade? **O Social em Questão**, PUC Rio de Janeiro, v.12, n. 12, ano VIII, 2004.
- SANTOS, M. 1988. Metamorfose do Espaço Habitado. São Paulo. Hucitec.
_____. **O dinheiro e o território**. Rio de Janeiro, GEOgraphia. UFF, Ano 1. n. 1, 1999, (p. 7-12).
- SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Paraná: UNIOESTE. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, vol. 1, 2009 (p. 03-61).
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- SCHNEIDER, José Odelso. *Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Instituto Humanitas, UNISINOS/RS, 2004 (Paper).
- SERRA, M.; MEDINA, G.; SHANLEY, P.; HOMMA, A.K.O. (2006). O mercado invisível: espécies frutíferas e medicinais na cidade de Belém e implicações para seu manejo nas áreas de extração. (mimeografado).
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.). *Campeinato e Territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 23-47.
- SOJA, E. W. *The political Organization of Space*. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.
- SOUZA, Aldo Luiz Fernandes: *Organização do espaço na Amazônia oriental: a especificidade dos municípios de Abaetetuba e Barcarena no Pará*. Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos – ENG, Porto Alegre, 2010
- SOUZA, Marcia Celestino de. *Gestão cooperativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/SICOOB-SAROMCREDI*, Dissertação de mestrado, UFV, programa de pós-graduação em Extensão Rural, Minas Gerais, 2008.
- SOARES, Luciane Cristina Costa e COSTA, Francisco de Assis: OS LIMITES DO AGROEXTRATIVISMO NO BAIXO TOCANTINS. <http://ufpa.br/beiradorio/novo/index.php?option=com>. Acesso em 20 de setembro de 2013.
- SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno: *A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia*. Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* - v. 2 - no 3 - outubro de 2005.
- SOUZA, Marcia Luana Moreira: *Empreendimentos de Economia Solidária e desenvolvimento local sustentável na Amazônia Paraense: fatores que influenciam no desenvolvimento de cooperativas de produção*. Dissertação de mestrado. UFPA;NUMA, 2009.
- SOUZA, Marcia Luana Moreira de & VASCONCELLOS, Mário: *Cooperativismo, Parceria e Desenvolvimento Local Sustentável: Uma Análise do Ambiente Político-Institucional e do Desempenho de Organizações Cooperativas de Pequenos*

Produtores Rurais na Amazônia Paraense in *Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações* <http://rgs.wiki.br> 1/16, 2010.

- VALADARES, Jose Horta. *Teoria Geral do Cooperativismo*. 1ª versão. 2005. 116f. Pos-Graduação em Cooperativismo. Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG. 2005.

- VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Serie economia solidaria. Rio de Janeiro: FASE, 1999. 134 p.

- VERDES, Valéria, *Villa: Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 2004.

- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil).

- WEISTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC, 1993 (tradução Lólio Lourenço de Oliveira).

- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

- XAVIER, *Lena Núbia Bezerra Et. Al*: EXTRATIVISMO E MANEJO DO AÇAÍ: atrativo amazônico favorecendo a economia regional. Anais do XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, Paraíba, 2009.

- XIMENDES, Romero. O fruto que alimenta, cura e inspira. http://ufpa.br/beiradorio/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=93:o-fruto-que-alimenta-cura-e-inspira&catid=9:edição. Acesso em 12 de Out. de 2011.